

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Gabriel Vielmo Gomes

**OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS NO MUNDO DO TRABALHO:
IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Santa Maria, RS
2022

Gabriel Vielmo Gomes

**OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS NO MUNDO DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES
PARA O CAMPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de grau de **Mestre em Educação Física**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maristela da Silva Souza

Santa Maria, RS
2022

Gomes, Gabriel Vielmo
OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS NO MUNDO DO TRABALHO:
IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO FÍSICA /
Gabriel Vilemo Gomes.- 2022.
45 p.; 30 cm

Orientadora: Maristela da Silva Souza
Projeto de dissertação (mestrado) - Universidade Federal
de Santa Maria, Centro de Educação Física e desportos,
Programa de Pós-Graduação em Educação Física, RS, 2022

1. Mundo do Trabalho 2. Educação Física 3. Pós-modernidade
4. Cultura Corporal I. da Silva Souza, Maristela II. Título.

§
Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GABRIEL VIELMO GOMES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Projeto de Dissertação) foi por mim elaborada e que as formações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gabriel Vielmo Gomes

**OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS NO MUNDO DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES
PARA O CAMPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de grau de **Mestre em Educação Física**.

Decisão da banca 18 de Maio de 2022:

Maristela da Silva Souza, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Daniele Rorato Sagrillo, Dra. (UFSM)

Valdelaine da Rosa Mendes, Dra. (UFPEL)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho ocorreu, principalmente, pelo esforço coletivo de vários sujeitos que de alguma maneira/contribuição acrescentaram na sistematização do presente estudo. Assim, dedico este manuscrito:

- A orientadora e coautora Maristela da Silva Souza, pelos anos de convivência, pelos conhecimentos transmitidos, pelo exemplo de coerência, militância e docência no transcorrer de minha formação, pelo incentivo e confiança em depositado nas diferentes construções teóricas, confeccionadas ao longo da formação acadêmica nesses últimos anos, grato pela parceria e orientação nesse período.

- A minha mãe (Maristela) que me possibilitou concretamente, o acesso à pós-graduação e o exercício reflexivo teórico sobre a realidade concreta do país e da Educação Física no atual estágio.

- Aos companheiros de vida, estudos, lutas e de movimento que, sem os incessantes diálogos, debates, práxis, eventos e trocas nenhum trabalho poderia ser aqui sistematizado e concretizado com tanta riqueza e compromisso com a materialidade dos sujeitos que, verdadeiramente, produzem e modificam o mundo, os trabalhadores.

- A universidade pública que apesar dos constantes ataques e poucos investimentos do Estado, consegue manter sua qualidade superior e oferece o acesso, o aprendizado a vasta gama de conhecimentos, historicamente, construída pela humanidade nas diferentes áreas.

- Por fim, aos trabalhadores em geral que necessitam da venda de sua força produtiva para sobreviver em um mundo pautado em valores fetichizados, onde o lucro e o capital valem mais do que as vidas dos seres humanos que, concretamente, possibilitam a sua produção.

*De nuestros miedos
nacen nuestros corajes
y en nuestras dudas
viven nuestras certezas.*

*Los sueños anuncian
otra realidad posible
y los delirios otra razón.*

*En los extravíos
nos esperan hallazgos,
porque es preciso perderse
para volver a encontrarse.*

(Eduardo Galeano)

RESUMO

OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS NO MUNDO DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

AUTOR: Gabriel Vielmo Gomes
ORIENTADORA: Maristela da Silva Souza

A presente pesquisa possui como temática central o mundo do trabalho em educação física, a partir de um enfoque epistemológico. Levantamos como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como se apresenta no mundo do trabalho as metamorfoses promovidas pelos ideários pós-modernos e as implicações para a área da educação física? Essencialmente, pretendemos: analisar como se apresenta os ideários pós-modernos no mundo do trabalho e as implicações para o campo de trabalho da educação física; verificar as consequências das mudanças do mundo do trabalho na elaboração das novas políticas educacionais da área; Analisar as consequências das alterações do mundo do trabalho no contexto do emprego formal e/ou autônomo da área da Educação Física; investigar como o conhecimento científico da área é tratado/reconhecido no contexto contemporâneo. Assumimos como hipótese: o fenômeno da uberização como a categoria que expressa os ideais da pós-modernidade, que vem promovendo, intensas modificações no mundo do trabalho, e, por conseguinte, na especificidade da educação física, bem como na sua formação específica e no conhecimento científico requisitado no atual contexto da sociedade contemporânea. Recorremos como método de pesquisa ao materialismo histórico – dialético, configurando assim o estudo, numa pesquisa de abordagem crítico-dialética. Nosso processo investigativo se caracteriza por ser de base teórica a partir da literatura clássica da temática central do estudo, elaborando mediações e sínteses com a especificidade da educação física. Utilizamos como categorias metodológicas: totalidade, contradição e mediação, e como categorias de conteúdo: mundo do trabalho; uberização; pós-modernidade; educação física; políticas educacionais de formação inicial. Como resultados dessa pesquisa, obtivemos a constatação que o mercado de trabalho em Educação Física, tem se deslocado de maneira similar com as proposições inerentes ao modelo Toyotista (quando se refere à racionalidade/forma do trabalho contemporâneo), bem como as implicações oriundas da efetivação da Indústria 4.0 (quando se relaciona com os instrumentos/sistema de trabalho). Dessa maneira, pode-se verificar a prática no mercado específico, situações que objetivam acentuar as condições de trabalho (polivalência, aumento da carga de trabalho, etc.), ao mesmo passo que, promove a fragilização das relações de trabalho (terceirizações, contratos temporários, pejotização, entre outras formas), associando-se, ainda, a realidade das plataformas digitais/aplicativos que intensificam, por exemplo, o trabalho intermitente/uberizado num contexto de crise estrutural do sistema de produção capitalista. A consideração final volta-se para dar conta que no atual momento sócio-histórico o mercado de trabalho da Educação Física assume o caráter de empregar a perspectiva pós-moderna neoliberal que, desdobra-se em visões individualizadas e fragmentadas da realidade, implicando ao labor contemporâneo a efetivação numa visão empreendedora, expressada pela percepção fetichizada do “patrão de si mesmo”, muito utilizada pelo cenário laboral digital/computacional que faz uso massivo dessas tecnologias, capilarizando o “fenômeno da uberização”, onde o labor tem assumido, sua relação e dependência para com a tecnologia.

Palavras-chaves: Mundo do Trabalho. Uberização. Pós-Modernidade. Educação Física. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

POST-MODERN IDEAS IN THE WORLD OF WORK: IMPLICATIONS FOR THE WORK FIELD OF PHYSICAL EDUCATION

AUTHOR: Gabriel Vielmo Gomes

ORIENTADORA: Maristela da Silva Souza

The present research has as its central theme the world of work in physical education, from an epistemological approach. We raise as a research problem the following question: how are the metamorphoses promoted by postmodern ideas and the implications for the area of physical education presented in the world of work? Essentially, we intend to: analyze how post-modern ideas are presented in the world of work and the implications for the field of physical education work; to verify the consequences of the changes in the world of work in the elaboration of new educational policies in the area; Analyze the consequences of changes in the world of work in the context of formal and/or self-employed in the field of Physical Education; to investigate how the scientific knowledge of the area is treated/recognized in the contemporary context. We assume as a hypothesis: the phenomenon of uberization as the category that expresses the ideals of postmodernity, which has been promoting intense changes in the world of work, and, therefore, in the specificity of physical education, as well as in its specific training and in the scientific knowledge required in the current context of contemporary society. As a research method, we resort to historical materialism – dialectical, thus configuring the study, in a research with a critical-dialectical approach. Our investigative process is characterized by being theoretically based from the classical literature of the central theme of the study, elaborating mediations and syntheses with the specificity of physical education. We used as methodological categories: totality, contradiction and mediation, and as content categories: world of work; uberization; postmodernity; PE; initial training educational policies. As a result of this research, we found that the job market in Physical Education has moved in a similar way with the propositions inherent to the Toyotist model (when referring to the rationality/form of contemporary work), as well as the implications arising from the realization of Industry 4.0 (when it relates to the instruments/work system). In this way, it is possible to verify the practice in the specific market, situations that aim to accentuate working conditions (polyvalence, increased workload, etc.), at the same time that it promotes the weakening of work relationships (outsourcing, contracts temporary jobs, pejetization, among other ways), associating, still, the reality of digital platforms/applications that intensify, for example, the intermittent/uberized work in a context of structural crisis of the capitalist production system. The final consideration turns to realize that in the current socio-historical moment the Physical Education job market assumes the character of employing the neoliberal postmodern perspective that, unfolds in individualized and fragmented visions of reality, implying to the work contemporary the realization of an entrepreneurial vision, expressed by the fetishized perception of the “boss of himself”, widely used by the digital/computational labor scenario that makes massive use of these technologies, capillarizing the “phenomenon of uberization”, where labor has assumed, its relationship and dependence on technology.

Keywords: World of Work. Uberization. Post-Modernity. Physical Education. Educational Policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	PROBLEMA	17
1.2	OBJETIVOS.....	17
1.2.1	Objetivo Geral	17
1.2.2	Objetivos Específicos.....	17
1.3	JUSTIFICATIVA.....	17
2	METODOLOGIA	18
3	O MUNDO DO TRABALHO: DO TRABALHO ONTOLÓGICO AO FETICHISMO CONTEMPORÂNEO	25
3.1	OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS COMO SUSTENTAÇÃO TEÓRICA DAS NOVAS FORMAS DO TRABALHO	42
3.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA SUBSUNÇÃO AO CAPITAL	54
4	AS NOVAS TENDÊNCIAS DAS RELAÇÕES ESTRUTURAIS NO ÂMBITO DA CULTURA CORPORAL.....	61
4.1	MANIFESTAÇÕES DO TRABALHO NOS ÂMBITOS FORMAIS E INFORMAIS DA CULTURA CORPORAL	62
4.2	O PAPEL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA ERA DA REVOLUÇÃO 4.0	78
4.3	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos na terceira década do século XXI, o mundo capitalista ainda se encontra enfrentando uma das piores crises de sua história, ocasionada originalmente pela eclosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos. Datada inicialmente no ano de 2007, a referida crise, que se expandiu por toda economia global nos anos subsequentes, afetando gravemente a lógica de reprodução capitalista, balizada pela constante e insaciável necessidade de expansão do capital (HARVEY, 2011). Para piorar esse cenário, a pandemia de Coronavírus (COVID-19)¹ que tem sido implacável por onde passa, tem deixado vítimas na casa dos milhares em diferentes países e de centena de milhares se somado o planeta inteiro². A mesma tem promovido o acirramento da crise capitalista, ao demandar políticas de isolamento social por um tempo significativo na maioria dos países, como medida para a desaceleração do contágio e preparo dos sistemas de saúde³ nos diferentes países. Tal medida restritiva, por consequência levou a drástica redução da circulação de pessoas e do consumo, além de afetar as atividades da produção industrial, em especial, as operações das pequenas empresas, que no caso brasileiro representam 99% dos estabelecimentos e 52% dos empregos formais (LEITE, 2020).

De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e publicado pelas Nações Unidas Brasil⁴, a economia global afetada pela pandemia de COVID-19, previa o encolhimento de pelo menos 3% em 2020, maior recessão desde a crise (Grande Depressão) de 1929. Tal contexto epidemiológico escancara com maior nitidez as contradições/antagonismos e a fragilidade estrutural em que o sistema do capital se baliza para se autoconstruir. Corroborando, Bezerra (2019) sintetiza que a abundância adquirida no desenvolvimento histórico do capitalismo, baseia-se na escassez de grande parte dos trabalhadores.

Se por um lado, o capitalismo tem avançado em várias frentes, como por exemplo, no desenvolvimento de novas tecnologias em diferentes áreas (agricultura, saúde, informática),

¹ O novo agente do coronavírus foi descoberto no final de 2019, seus primeiros registros foram identificados na província de Wuhan na China. Segundo o site do ministério da saúde, a doença é causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, onde o acometido pode apresentar um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>.

² Dados do dia 25 de março de 2022 mostram que no Brasil mais de 659 mil pessoas já tinham falecido em decorrência do COVID-19. Em relação ao mundo inteiro, o número de óbitos demonstra um quantitativo superior a 6,1 milhões desde o início da pandemia (GOOGLE, 2022).

³ A crescente precarização dos serviços públicos, alvos das políticas neoliberais hegemônicas do último período socioeconômico, tem deixado desprevinidos grande parte da população, já que em alguns países o sistema de saúde não consegue comportar a demanda ocasionada pela pandemia.

⁴ Site disponível em: <https://nacoesunidas.org/fmi-preve-para-este-ano-maior-recessao-global-desde-1929/>.

bem como na melhora da qualidade de vida de uma parcela da população e nos inúmeros progressos dos meios de transporte e comunicação. No outro lado da moeda, o mesmo sistema capitalista, não se interessa de erradicar a fome de 820 milhões de pessoas (ONU, 2019), mesmo produzindo alimentos suficientes para alimentar toda a população mundial, como também não oferta o acesso básico de água potável a 2,1 bilhões de indivíduos (UNICEF, 2017), do mesmo modo que não combate a triste realidade de 1 bilhão de habitantes que não possuem uma moradia adequada para morar no mundo inteiro (BRASIL, 2013).

Contraditoriamente, o capitalismo durante a pandemia tem revelado seu verdadeiro caráter conservador de fazer o possível para manter sua lógica. Para isso, reserva políticas distintas através dos Estados para amenizar os impactos ocasionados pela pandemia, aos empresários e ao mercado é destinado um valor grande de capital, enquanto aos trabalhadores institui-se a legalidade da redução dos salários, além do desemprego, do subemprego e da informalidade⁵, restando utilizar o insuficiente auxílio disponibilizado pelos governos.

Observa-se que a desigualdade, já bastante acirrada, agravou-se consideravelmente no Brasil durante a pandemia. Dados do Relatório “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”⁶ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ilustram que em 2019, 5% das residências brasileiras com os maiores rendimentos per capita detinham 30,6% dos ganhos totais do país e a faixa dos 10% compreendiam um total de 42,9% (IBGE, 2020).

Com a chegada da pandemia de COVID-19, concretiza-se a dualidade da lógica capitalista de propagar a desigualdade entre os que vivem do trabalho e os que exploram essa força produtiva. Dados do relatório produzido pelo banco suíço UBS em parceria com a consultoria PwC⁷ e sintetizados pela revista “Super interessante”, demonstram o aumento do número de bilionários no mundo (31 a mais que em 2017), bem como a fortuna desse seletivo grupo que alcançou o valor de 10,2 bilhões de dólares em 2020. Entretanto, na outra ponta da

⁵ Para Filgueiras, Druck e Amaral (2004, p. 215), a denominação consensual para essa realidade do mundo do trabalho seria a “denominação ‘não fordista’ [que] busca sintetizar e reunir os trabalhadores que têm uma inserção precária no mercado de trabalho e que, portanto, não estão sob a proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado”, que no caso do Brasil, se expressa pela legislação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Contudo, os autores apontam ainda que, com o avançar da reestruturação produtiva toyotista e sua peculiar desregulamentação do mercado de trabalho nas últimas décadas, estaria se substituindo essa “informalidade” por novos modelos de exploração da força de trabalho, sustentados na forte noção de individualização do trabalho, representado/propagandeado pelo binômio ideológico da empregabilidade/empreendedorismo (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

⁶ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>.

⁷ Relatório na íntegra disponível em: <https://www.pwc.ch/en/publications/2020/UBS-PwC-Billionaires-Report-2020.pdf>.

pirâmide social, a revista se utilizando de dados do Banco Mundial⁸, revela que a extrema pobreza (pessoas que vivem com menos de 1,90 dólares por dia) no mundo deve ser a maior desde 1998, alocando mais 115 milhões de pessoas nessa faixa socioeconômica, podendo chegar em 2021 a um quantitativo de 150 milhões de pessoas (ABRIL, 2020).

No mesmo contexto contemporâneo, percebe-se também a acentuação da depredação do meio ambiente de uma maneira descomunal, destruindo ecossistemas inteiros, para expansão de fronteiras agrícolas, expropriação/exploração de matérias primas e, que tem sido o pano de fundo do modo de reproduzir a vida no século XXI, tudo isso, em prol dos interesses econômicos e sociopolíticos do capital.

Segundo reportagem de Escobar (2020)⁹, que se utilizou de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a depredação ambiental no país tem se agravado nos últimos dois anos, período do final do mandato de Michel Temer e os primeiros anos de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil. No período de agosto de 2018 a julho de 2019, o desmatamento na Amazônia alcançou 6,8 mil quilômetros quadrados (Km²), 50% superior ao ano anterior e, no período subsequente, esse quantitativo aumentou 34%, atingindo 9,2 mil Km² desmatados, avançando sobre territórios protegidos por lei, como as unidades de conservação, terras indígenas ou áreas de preservação permanente (APP's), em decorrência da grilagem de terras públicas, da exploração predatória de madeira e da garimpagem (ESCOBAR, 2020).

Neste sentido, Mézáros (2011) vai caracterizar esse movimento complexo em diversas frentes, como uma crise estrutural do sistema do capital como um todo. O autor já salientava que se destinava a piorar consideravelmente, tornando-se cada vez mais profunda, no sentido de ultrapassar o mundo das finanças globais, avançando sobre os domínios da vida social, econômica e cultural (MÉZÁROS, 2011).

Com esse entendimento, nosso estudo se destina a analisar o contexto atual, mas embora, nossa contextualização referenda, também, a crise sanitária que estamos vivendo, procuramos mostrar que o que está ocorrendo, bem como as suas consequências, são um processo em curso, materializado por uma complexa precarização das condições de vida de grande parte da população mundial. Seja na esfera social, pela carência de condições básicas (habitação, alimentação) a parcelas ascendentes da população e pela falta de acesso a serviços públicos de qualidade (saúde, educação, transporte). Seja no âmbito econômico, por causa do

⁸ Dados disponíveis em: <https://www.worldbank.org/en/research/brief/poverty-and-shared-prosperity-2020-reversals-of-fortune-frequently-asked-questions>.

⁹ Reportagem na integralidade, disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>.

aumento da informalidade e do desemprego, pela expansão da precarização do trabalho, associado a crescente elevação dos custos de vida e a exponencial taxa de endividamento dos indivíduos e núcleos familiares, como também aos diferentes estados nacionais do mundo imperialista. E por fim, no campo cultural, referente às metamorfoses das relações e dos valores sociais, o acesso à cultura e ao conhecimento em sua totalidade.

Esse processo de modificações está alicerçado na base material objetiva mais avançada da ordem econômica do capital, ou seja, o fenômeno contemporâneo denominando *globalização*¹⁰, implicando novos significados tanto à sociedade, como aos indivíduos. Essa é a nova (des) ordem de responsabilidade exclusiva do capital, após derrotar a polarização com o modelo de produção socialista/comunista (SANFELICE, 2009).

Na perspectiva de Moura (2015), a globalização é um fenômeno que sustenta e articula toda uma multiplicidade de manifestações, visando se afirmar como modo estrutural de organização, planejado por múltiplos meios, sustentar-se como dispositivo único e sem alternativa(s) tanto no plano da facticidade, como na esfera das ideias e, que considera os acontecimentos, os avalia e estabelece perspectiva combatível ao seu *modo operandi*, subsumindo a totalidade das atividades humanas.

Resultante desse contínuo processo, a efetiva integração das esferas econômicas, políticas, sociais e culturais possibilitadas pela redução de custos, como também, do grande avanço tecnológico do último período, ascendeu à possibilidade de reinventar o processo de acumulação/expansão do capital, empregando a esse, novos determinantes tanto na: a) *esfera política e econômica*: na adoção de regimes mais democráticos (não se configurando como um princípio imutável); na hegemonização das instituições supranacionais; no emprego ideológico do neoliberalismo e seus respectivos pilares da austeridade, da liberalização dos mercados e da redução do aparato estatal/privatizações (ROSSI; DRECK, 2018); b) *esfera cultural e social*: na realização de mudanças na subjetividade, ao aprofundar elementos fetichizadores e alienantes nas relações humanas (ANTUNES, 2011); no direcionamento da liberdade individual, intimamente ligada a liberdade de mercado – implicando em pensamentos, como por exemplo, o empreendedorismo e o investimento em si mesmo – (SILVA; ALEXANDRE, 2019); no exacerbamento da individualização em detrimento das relações coletivas, que, agora dão espaço as trocas/relações competitivas, do sucesso e do

¹⁰ O uso do termo no presente trabalho faz menção ao que Castanho (2009) denomina de Neoglobalização, marcado principalmente, na esfera socioeconômica, pela necessidade de redefinição dos Estados nacionais (centrais e periféricos). O autor afirma também, que a globalização acompanha a história do capitalismo, marcado por três fases bem nítidas: a mercantil no século XV (acumulação do capital pela forma comercial), a industrial no século XVIII (pela forma acumulativa da manufatura), e por fim, a pós-industrial no século XX (baseada na acumulação por vias gerenciais e financeiras).

investimento próprio (MANCEBO, 2002).

Foi no mesmo período, da revolução produtiva Toyotista e da ascensão do neoliberalismo, como doutrina ideológica e socioeconômica, que a reinterpretação do mundo do capital, se fez necessária, para explicar as intensas mutações propagadas no seio social. Assim, os ideários pós-modernos ganharam relevância nas discussões de diferentes campos.

A nova roupagem epistemológica tem por incumbência conduzir a sociedade ao novo modelo imposto pela lógica de reprodução do capital, centralizada na tecnologia e na intensificação dos processos de trabalho. Para isso, as teses pós-modernas empregam, por um lado, em suas narrativas, o culto ao consumo, ao mercado e as novas tecnologias, por outro lado, defende a crise do trabalho, o obscurecimento histórico, além da falência das metanarrativas que visavam à emancipação social.

Para Sá (2006), os ideários pós-modernos incorporam questões divergentes, principalmente, em quatro diferentes aspectos da modernidade. No campo da epistemologia, a crise moderna traz consigo a instabilidade a concepção de ciência, da busca pela verdade e do pensamento de que a realidade pode ser expressa pelo conhecimento científico, neste sentido o autor, afirmar que “a modernidade busca o consenso em torno de uma forma de se fazer ciência, a pós-modernidade irá valorizar o dissenso. As metas-narrativas e as afirmações com caráter de leis já não são mais tidas como pertinentes” (SÁ, 2006, p. 50). O conjunto das ideias pós-modernas, também se caracteriza por fortalecer a dimensão cultural, tornando-a essencial para o funcionamento do capitalismo, forjando assim, a necessidade de uma indústria cultural alicerçada no novo ideário consumista da massa populacional (SÁ, 2006).

Já no âmbito social, as sociedades contemporâneas apresentam uma forte presença da fragmentação, do pluralismo e do individualismo, e sua manifestação cotidiana tem se dado pelo êxtase comunicacional, aproximando-se da ideia de uma sociedade da informação (SÁ, 2006). Por fim, no âmbito econômico, promove-se a produção da informação, dos serviços e da cultura pronta para o consumo. Surge o a ideia de capitalismo desorganizado, de acumulação flexível, apoiado na concepção da flexibilidade de seus “processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, afirma acontecer uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego, e que as economias de escopo vencem as economias de escala” (SÁ, 2006, p. 55).

De pano de fundo, tal visão recheada de inúmeros ideais, de novas formas de ser ver, entender e reproduzir a nova sociedade contemporânea, entendida pelos teóricos pós-modernos como necessária, que visa o encobrimento da perpetuação do sistema de exploração de uma forma ainda mais intensificada, conseguindo, assim, minimamente dar respostas ao

cenário de crise do capitalismo.

Para D'ANCONA (2018), o atual contexto social, também adentra numa fase de combate político e intelectual, que direcionam seus ataques as bases sociais, em vista que:

A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade; pelo nativismo; a liberdade; por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa de ideias. A ciência é tratada com suspeição e, às vezes, franco desprezo (D'ANCONA, 2018, p. 19).

Neste contexto, o sistema do capital carente de credibilidade nas últimas décadas, continua constantemente, patinando em manter sua lógica de acumulação. Para D'Ancona (2018) a crise de 2008, levou a economia à beira do abismo, que só foi evitado pelos enormes resgates financeiros provenientes dos Estados, tornou-se então, corriqueiro questionar o sistema econômico apresentado como fonte da prosperidade capitalista. Assim, a base social da era da pós-verdade¹¹ baliza-se no colapso da confiança, que relacionada com a crise das instituições jornalísticas, como fontes de informação, acabam por debilitar o crédito da população no fornecimento de notícias confiáveis e verídicas da realidade.

O fracasso das instituições tradicionais¹² contribuiu também, para a ascensão da indústria da desinformação e da falsa ciência (desvalorização do conhecimento científico), que em muitos casos tem por objetivo criar uma confusão popular, semear dúvidas, para procrastinar a discussão e não alcançar conclusões verídicas. O uso desenfreado da internet e das redes sociais, bem como o consumo passivo da mídia eletrônica e as informações geradas (*big data*) pelos usuários, se tornaram a *commodity* mais valiosa do mundo, que associada à perda de privacidade, o amontoamento *on-line* e a criação de refúgios de eco, se tornaram alguns dos produtos gestados pela nova tecnologia – *Web*, assumindo o protagonismo de efetivar a era da pós-verdade, indiferente à mentira, à honestidade e as diferenças entre ambos (D'ANCONA, 2018). Não por acaso, que as notícias falsas (*Fake News*) se efetivaram como centro do debate midiático dos últimos anos e se configuraram como um alicerce central na “concepção” da pós-verdade, já que sua principal questão “não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona sua própria mentira, de modo não menos arbitrário” (D'ANCONA, 2018, p. 57).

¹¹ Para o autor a era da pós-verdade é marcada por pressões sobre a verdade de forma complexa, dispersa e traiçoeira, como também são mais perturbadoras, porque não emanam de um sujeito/grupo identificável (D'ANCORA, 2017).

¹² Mais adiante no subitem sobre as teses Pós-modernas, vamos discutir melhor esse cenário contemporâneo.

É a partir dos relativismos e pseudoespecialistas da era contemporânea, que os ideários pós-modernos ganham forma em todos os campos sociais. Dentro do universo da ciência, a concepção tem se alastrado nas produções acadêmicas com ideias que pregam a incapacidade de compreensão da totalidade concreta, a ineficácia do estudo das macroestruturas, afirmando assim, a crise dos paradigmas e da racionalidade científica para explicar os novos fenômenos sociais da era da informação.

A Educação Física (EF), inserida nesse movimento social, acompanha o ritmo das metamorfoses da sociedade contemporânea. Bungenstab (2020) constata que, no contexto brasileiro, uma das preocupações dos intelectuais da área no presente século está voltada na disputa do campo científico e na proposição de novas chaves de leituras de mundo envolvendo dois movimentos. O primeiro se dá pelo aprofundamento do debate das teorias críticas em relação às teorias “pós-modernas”, que fazem uso dos giros (linguísticos, hermenêutico e pragmático) em suas narrativas e o segundo movimento, se destina em direcionar a discussão na tentativa de compreender, analisar e refletir quais são os limites e possibilidades que os autores trazem para a o campo da EF (BUNGENSTAB, 2020).

Se pelo lado das teorias, aplica-se os giros em sua prática e defendem o pluralismo teórico e político, tendo como centralidade de suas proposições, a relação entre a linguagem e o mundo e, por consequência, balizam seu entendimento no colapso da objetividade, além de defender a possibilidade de capturar a “essência” da realidade por meio das descrições linguísticas, dos discursos que compõem a cultura (ALMEIDA; VAZ, 2010). Portanto, os autores pós-modernos, alegam que pela interpretação subjetiva do indivíduo, que interage com os jogos de linguagens, é possível que o sujeito possa entender a realidade.

Por outro, a teorias modernas, baseadas na ideia da racionalidade e da verdade, preocupadas com as metanarrativas para explicar o real, contrapõem-se aos giros linguísticos, tendo em vista, que sua defesa está no fato, da impossibilidade de transformar o mundo, o homem e a sociedade, senão o fizer a partir da interpretação e do conhecimento correto da sua totalidade (SACARDO; SILVA, 2017).

Essa discussão epistemológica impõe desdobramentos em diferentes aspectos da área de EF, seja nos campos de atuação no trato com conhecimento, bem como no papel social que o profissional da área deve desempenhar frente aos desafios que a sociedade contemporânea enfrenta na atualidade.

Na realidade concreta atual, o que se pode constatar, é a rápida expansão da participação tecnológica nas relações de trabalho e na formatação de novas formas de trabalho. Dentro desse espectro, a discussão epistemológica ganha sentido crucial, na análise

das mudanças do mercado de trabalho e suas respectivas consequências para a formação da nova geração de trabalhadores. Enquanto, os intelectuais pós-modernos, posicionam-se favoráveis à adequação aos novos ditames do mercado, outros estudiosos, objetivam compreender o sentido encoberto nas profecias alardeadas pela revolução 4.0 do século XXI.

Para tanto, a organização do mundo do trabalho, forjada nas últimas décadas pelo sistema do capital, tem constantemente readequado os processos produtivos com vistas de operacionalizar, mais rapidamente a obtenção de lucros. A utilização das recentes tecnologias, na organização do mercado, do trabalho e no atendimento dinâmico do consumo, tem sido a grande ferramenta para aperfeiçoar a circulação de produtos, pessoas e capitais na atualidade, demandando também, de trabalhadores adaptados ao novo cenário do mercado de trabalho.

Na especificidade do trabalho, o fenômeno da *uberização*¹³, indica as rápidas mudanças e naturalização das novas formas do trabalho no século XXI. Segundo Abílio (2017), a *uberização* refere-se a um novo estágio do trabalho, trazendo mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à organização das empresas, às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho.

Para Slee (2019), a uberização do trabalho está materializada num cenário capitalista, denominado de “Economia do Compartilhamento”, onde a internet intermedia uma onda de negócios que conectam os consumidores com os provedores de serviços no mundo real (serviços domésticos, viagens de carro e aluguéis imobiliários). Para tanto, os idealizadores dessa economia defendem a ideia que a tecnologia pode resolver os problemas que acompanham a humanidade a tempo, resultando na obsolescência das instituições e das regras antes estabelecidas (SLEE, 2019). Em outras palavras, às empresas-aplicativos, efetivam a negação do Estado como mediador da vida social e muitas vezes entrando em conflito com o mesmo, visando à ampliação dos mercados desregulamentados e do trabalho precarizado que interessa a esse “novo” modelo de negócios.

Dentro do mesmo universo, a EF não passa desassistida das investidas do capital, ainda que recentes alguns indícios já orbitem o mercado de trabalho específico da área, no mesmo sentido de reordenar as relações e as formatações do trabalho específico da EF como, por exemplo, o trabalho intermitente dos professores das redes escolares e os recentes aplicativos de *personal trainers*.

¹³ Slee (2019), relata que as empresas-aplicativos, se edificaram como a principal transformação do capital no presente século, alicerçadas no aumento exponencial de processar, coletar, armazenar, analisar dados, reduziram os custos das transações, além de serem capazes de conectar simultaneamente os consumidores e os varejistas de bens e serviços.

1.1 PROBLEMA

Dialogando com esse cenário supracitado, levantamos como problemática¹⁴ da presente dissertação: como se apresenta no mundo do trabalho as metamorfoses promovidas pelos ideários pós-modernos e as implicações para a área da Educação Física?

1.2 OBJETIVOS

Tendo como premissa responder tal questionamento, organizamos os nossos objetivos da seguinte maneira.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como se apresentam os ideários pós-modernos no mundo do trabalho e as implicações para o campo de trabalho da Educação Física.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar as consequências das alterações do mundo do trabalho no contexto do emprego formal, informal e autônomo da área da Educação Física;
- b) Verificar as consequências das mudanças do mundo do trabalho na elaboração das novas políticas educacionais da área;
- c) Investigar como o conhecimento científico da área é tratado/reconhecido no contexto contemporâneo.

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa¹⁵, apresenta como ponto de partida, o interesse no assunto, derivado dos

¹⁴ Compartilhamos da ideia que o problema de pesquisa deve ser concretizado no confronto teórico entre o conhecimento já sistematizado pela humanidade (naturais e sociais) e aquele que se faz necessário conhecer, em decorrência da prática social concreta dos homens (MARTINS; LAVOURA, 2018).

¹⁵ Para Martins; Lavoura (2018), três pressupostos articulam-se com vistas a afirmar a realização dessa atividade humana (pesquisa científica): a) a necessidade de pesquisar sobre algo que ainda não existe estudos a respeito do tema; b) a necessidade de investigar no sentido de avançar o conhecimento já existente, caracterizado com insuficiente; c) a necessidade de fazer avançar os saberes sobre o que se caracteriza como inadequado/equivocado, exigindo revisão num movimento de superação por incorporação.

recentes estudos realizados¹⁶ em temáticas que tangenciam os ideários pós-modernos e seus reflexos na área da EF. Neste sentido, a presente dissertação vai expandir e aprofundar a reflexão dos desdobramentos das teses pós-modernas na constituição do campo científico e do mercado de trabalho específico da EF, englobando também, as particularidades do desenvolvimento da área da EF no âmbito não escolar, não contemplado anteriormente.

Também se justifica a tematização do assunto, em decorrência da necessidade de tratar o tema no atual contexto sociohistórico, de intensas mudanças, tanto no âmbito específico da EF como num contexto geral da sociedade contemporânea, buscando assim, contribuir com o debate científico da área, buscando levantar novos elementos para auxiliar na compreensão da complexa realidade social.

Por fim, a defesa na relevância do estudo também se dá nos termos da práxis, tendo em vista, que no atualmente os cursos em EF do Brasil e em específico, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estão em processo de reestruturação curricular, com objetivo de atender as novas normativas legais, impostas pelos órgãos institucionais do campo educacional, embebecidas pelas noções das teses pós-modernas.

Como primeiro passo, apresentamos a metodologia empregada no trabalho e a respectiva composição dos elementos (capítulos) a serem abordados no desenvolvimento teórico com vistas a analisar como se apresenta os ideários pós-modernos no mundo do trabalho e as implicações para o campo de trabalho da EF.

2 METODOLOGIA

Dentro do âmbito metodológico da presente dissertação, fazemos mão da filosofia marxista, como referencial/paradigma teórico do trabalho, com a intenção de através da mesma, responder o problema levantando, bem como alcançar e contemplar a gama dos objetivos já elencados em sua integralidade.

Inicialmente, partimos do pensamento de Gil (2008) que, define a ciência como uma das formas de conhecimento produzidas pelos seres humanos, idealizada pela necessidade de capturar conhecimentos mais seguros e, que atualmente se consolida como um importante componente intelectual do mundo contemporâneo. Assim, o autor afirma que a ciência pode

¹⁶ Refere-se ao trabalho final da especialização que abordava a formação básica e a secundarização do componente curricular da Educação Física frente a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415 e Base Nacional Comum Curricular) e o Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física – Licenciatura que tematizou a nova formação das licenciaturas proposta pela Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, dando enfoque especial ao contexto da Educação Física através da análise do conteúdo da Resolução 06/2018 (nova diretrizes nacionais curriculares para os cursos de Educação Física).

ser identificada através de suas características essenciais e, respectivamente, seu conhecimento pode ser qualificado como:

[...] **objetivo** porque descreve a realidade independentemente dos caprichos do pesquisador. É **racional** porque se vale sobretudo da razão, e não de sensação ou impressões, para chegar a seus resultados. É **sistemático** porque se preocupa em construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas **gerais**, que explicam todos os fenômenos de certo tipo. É **verificável** porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações. Finalmente, é **falível** porque, ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborados pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar. (GIL, 2008, p. 3, grifos nossos).

Corroborando, Martins e Lavoura (2018) caracterizam a ciência, ou ainda, a investigação científica como atividade teórica, uma modalidade muito peculiar de conhecimento que busca explicar a vida humana, necessitando ser compreendida como uma gama de conhecimentos historicamente construídos, oriundos do trabalho humano e decodificados abstratamente sobre a realidade concreta. Além disso, o ato investigativo também se caracteriza por ser um processo de enriquecimento do pensamento do sujeito, que se confronta com o objeto, a partir de um percurso de aproximações, constituindo assim, o sistema de mediações inserido concretamente no objeto (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Gil (2008) salienta ainda que no ato investigativo, o sujeito pesquisador não é capaz de ser absolutamente objetivo, em decorrência de suas preferências, inclinações, preconceitos e valores que o informam previamente acerca do fenômeno e, que com base nessas concepções, o sujeito pesquisador irá abordar o tema de estudo, ou seja, “o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator envolvido no fenômeno” (GIL, 2008, p.5).

No cenário apresentado, Sanchez Gamboa (2002) defende que, os métodos devem ser compreendidos como modelos diversos de abordar a realidade e, por conseguinte, fornecem a possibilidade de construção do quadro de referências à pesquisa científica, necessitando seu imbricamento com as técnicas que adquirem sentido ao se conectarem com os processos de pesquisa e com as abordagens metodológicas, do mesmo modo, que os “passos” metodológicos só efetivam sua significação, quando alocados no interior de algum paradigma científico, ou seja, um referencial teórico.

Nesse sentido, Martins e Lavoura (2018) afirmam que as investigações que elegem o materialismo histórico-dialético¹⁷ (MHD) como estofa metodológico apresentam a

¹⁷ Therborn (2012) afirma que o marxismo se constituiu historicamente a partir de três polos diferentes, a distâncias que variavam entre os mesmos. Intelectualmente, o marxismo se constituiu como uma ciência social

necessidade de compreender e explicar os objetos/fenômenos investigados, tais como eles são essencialmente na prática. Tomando essa linha de raciocínio, Frigotto (2010) defende a ideia que a dialética materialista histórica, deve ser considerada tanto uma postura, como um método de análise, assim como, uma práxis.

Para tanto, tal perspectiva (materialista histórica) fundamenta sua concepção (postura), a partir de que o pensamento é o reflexo da realidade e se constitui na apreensão subjetiva da realidade objetiva (FRIGOTTO, 2010). Ao mesmo tempo, admite-se que a existência dessa realidade objetiva é independente as ideias e ao próprio pensamento, cabendo ao último, trazer para o plano do conhecimento a dialética real, derivada da trama das relações contraditórias, conflitantes e dotadas de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. Para isso, a concepção utiliza-se das categorias totalidade, contradição, mediação ideologia, práxis, entre outras para estruturar suas análises. (FRIGOTTO, 2010).

Reforçando, Martins e Lavoura (2018) justificam que, o processo de conhecimento para o MHD não pode ser fruto do imediatismo do pensamento, que capta apenas a aparência dos objetos/fenômenos. É por isso, que ao efetivar o método, pressupõe-se um trajeto investigativo que passe – não significa negar – pela superação do empírico e possibilite ascender ao concreto, através da análise e abstração do pensamento por parte do pesquisador.

Tomando emprestado o exemplo que Marx (2008, p. 260) tematiza¹⁸, e com o objetivo de ilustrar o seu genuíno modo de pensar materialista, o autor diz que:

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegando a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.

Contudo, o conhecimento impregnado pelo viés materialista, parte do entendimento

histórica que direciona sua preocupação na operação do capitalismo e, termos mais gerais, a dinâmica das forças e relações de produção. Num segundo polo, o marxismo se constitui como filosofia das contradições ou dialética, com aspirações epistemológicas e ontológicas e éticas. Por fim, o terceiro polo do marxismo, se caracteriza por ser uma estratégia política da classe trabalhadora socialista, sendo está o vértice dominante, que torna o marxismo uma corrente social e não apenas uma linhagem racional.

¹⁸ Refere-se à obra intitulada “Contribuição à crítica da economia política”, escrita por Karl Marx e publicada pela primeira vez no ano de 1859.

que o concreto (realidade) é a síntese de muitas determinações, histórica e socialmente constituídas, apresentando-se como resultado no pensamento humano, mas que na verdade, é o ponto de partida para o método. Essa síntese necessita ser especulada e abstraída pela capacidade intelectual humana, para que se consiga extrair a gama de determinações e relações estabelecidas em torno do objeto concreto que interessa/estuda o pesquisador, chegando assim, ao patamar concreto do real em sua totalidade.

Ao evidenciarmos o processo dialético de produção do conhecimento, através do emprego do MHD como método científico, também se faz necessário explicar sobre a lógica de elaboração do conhecimento desse método. A concretização dos saberes no viés materialista, se caracteriza por superar por incorporação a lógica formal do conhecimento. Tal perspectiva capacita o pesquisador a identificar os elementos da realidade e classificá-los conforme suas características específicas, uma organização meramente lógico-formal, de maneira estática, sem a presença de movimento, não oferecendo a possibilidade de capturar as relações e mediações inerentes a esses elementos do real, isto significa, que desconsidera a presença de movimento na realidade social (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Por sua vez, a lógica dialética em que se apoia o MHD, é oriunda do imbricamento histórico entre sujeito e objeto. Nesse sentido, Kopnin (1978) entende que a dialética subjetiva não é só o movimento do pensamento e sim da atividade histórica humana em seu complexo, abarcando o processo de pensamento. Segundo o autor, a atividade humana se norteia por leis objetivas e o movimento da dialética geral do sujeito e do objeto vem a ser a conexão das leis e das formas do pensar humano com a realidade concreta que se encontra fora dele, portanto, a “evolução do nosso pensamento é apenas o reflexo da dialética objetiva, as leis do pensamento são o reflexo das leis da natureza”. (KOPNIN, 1978, p. 51).

A dialética pode ser compreendida como meio de transformação do conhecimento real através da investigação crítica do concreto, ou seja, modo de verificar concretamente os eventos reais. Assim, o MHD utiliza-se da lógica dialética:

[...] em sua capacidade de relacionar a objetividade do conteúdo dos conceitos e teorias da ciência com a sua mutabilidade, instabilidade. Além disso, a dialética demonstra que fora do desenvolvimento é impossível a obtenção da verdade objetiva. A ciência contemporânea necessita de uma lógica que revele as leis do conhecimento enquanto processo de conhecimento do objeto pelo pensamento. (KOPNIN, 1978, p. 82).

Ao assumir esse posicionamento, Kopnin (1978) afirma que esse reflexo da natureza na consciência humana não pode ser compreendido como uma cópia morta da realidade e sim

um processo de sucessivo aprofundamento na essência das coisas e, por decorrência disso, não podem ser consideradas a mesma coisa, pois ambas (leis do ser e as leis do pensamento) são unidas por seu conteúdo e divergentes nas suas formas de existência. Assim:

O marxismo demonstrou que a base mais essencial e próxima do pensamento humano é a mudança da natureza pelo homem: a prática. A incorporação da prática à teoria do conhecimento é a maior conquista do pensamento filosófico. A objetividade do conteúdo do nosso pensamento, a coincidência das leis do pensamento com as leis do ser é obtida e verificada pela ação prática do homem sobre a natureza. (KOPNIN, 1978, p. 52).

O MHD compreende a atividade humana como uma sucessão de concretizações absorvidas ao longo do percurso da humanidade, em outras palavras, poderíamos dizer que se efetiva uma relação dialética na história humana: onde as leis do mundo objetivo, fornecem aos homens as informações necessárias para sua conversão e representação no pensamento humano e assim revelam-se as leis do desenvolvimento do objeto. Por outro lado, ocorre a apreensão das leis do desenvolvimento do conhecimento, que, revelam as leis do mundo objetivado. Portanto, é através da dialética que podemos identificar as leis do movimento, tanto dos objetos como dos processos, ao mesmo tempo em que se converte em método, em lógica do avanço do pensamento, desvelando a natureza objetiva do objeto e, que dirige o pensamento segundo leis objetivas, para que o pensamento possa convergir em conteúdo com a realidade objetivada, após sua concretização prática, proporciona-se o florescimento de um novo real, tanto ao que se refere a objetos, quanto às relações (KOPNIN, 1978).

A dialética materialista vincula-se e possibilita uma compreensão de realidade no seu conjunto, que se utiliza da postura para mediar o processo de apreender, revelar e expor a estruturação, a evolução e as mutações dos fenômenos sociais, ao mesmo tempo em que interessa a obtenção da explicitação de como é produzido concretamente o fenômeno social estudado, em síntese, importa o caráter histórico dos objetos investidos (FRIGOTTO, 2010).

Nessa esteira, o nosso objeto conceitual de estudo (Mundo do Trabalho na área da EF) se constitui como um dos fragmentos do *Trabalho Humano*, historicamente determinando pelo desenvolvimento das forças produtivas da humanidade (atualmente correspondem ao modelo social capitalista de produção) e, que, aparentemente se constitui conectada com a prática social que transformou essa atividade fetichizada e alienada não importando seu caráter ontológico, transformando-a em meio de troca para os atores sociais.

Para contemplar a historicidade do objeto, a investigação científica deve capturar a matéria (realidade) em sua múltipla determinação essencial, apreender o específico, o

singular, a parte e suas ligações imediatas ou seus reflexos com a totalidade, as suas contradições, ou seja, as leis fundamentais que sustentam o fenômeno social estudado (FRIGOTTO, 2010). Da mesma forma, a exposição desse objeto, deve ter por objetivo organizar logicamente e coerentemente a realidade capturada no processo de análise.

Na especificidade desse trabalho, assumimos como o *singular* o campo de trabalho na área da EF, dotado de contexto e público específicos que atuam nessa área de trabalho; o *universal* é o próprio Mundo do trabalho, onde se materializa toda a organização socio-histórica e que expressam o atual estágio das forças produtivas, a saber, capitalistas; Esses dois “/polos/opostos” são mediados pela *particularidade*, efetivada pelas políticas trabalhistas que regulamentam o mundo do trabalho como um todo, bem como as relações de trabalho entre os atores inseridos no âmbito socio-produtivo capitalista.

Assumimos como hipótese científica do presente trabalho, o processo de *Uberização do Trabalho*. Para Kopnin (1978), a hipótese atua como forma de desenvolvimento do conhecimento científico, quando colocada em conexão com o conhecimento antecedente autenticamente estabelecido e com as conclusões que dele se originaram, possibilitando o avanço desse saber, através da construção de um sistema que nos leva a novos resultados.

Kopnin (1978), também salienta que para a pesquisa dialética, a hipótese científica similarmente está interligada com as necessidades de aquisição do conhecimento objetivo do mundo, que almeja capturar as propriedades e leis do objeto estudado. Ou seja, a hipótese é o reflexo do mundo concreto na consciência, uma imagem subjetiva do mundo objetivo. Assim:

A hipótese científica fornece o conhecimento objetivo-verdadeiro das leis do mundo exterior, seu conteúdo não depende do homem nem da humanidade; ela não é uma ficção, um símbolo, um sinal estenográfico, um padrão lógico, um instrumento de trabalho, uma floresta acima do edifício da ciência nem as muletas mas uma imagem cognitiva, uma fotografia dos objetos, dos fenômenos do mundo material e das leis do movimento destes. Mas como qualquer outra forma de conhecimento objetivo-verdadeiro do mundo exterior, a hipótese não é uma cópia especular morta da realidade mas um processo ativamente criador de representação do mundo. (KOPNIN, 1978, p. 250).

Nossa hipótese se configura a partir da *Uberização do Trabalho* como manifestação do labor moderno, em rápida expansão no mundo do trabalho contemporâneo, materializando-se como uma determinação da precarização do trabalho, inerente ao processo de reprodução do capital. Visando, contemplar o movimento do conhecimento, no sentido de comprovar ou recusar tal hipótese, teremos em nossa iniciativa investigativa, o objetivo de construir uma compreensão do movimento próprio do conhecimento, bem como na fundação dos fenômenos e fatos sociais da realidade que tangenciam e influenciam o referido objeto de estudo.

No viés de consubstanciar a discussão teórica acerca da temática elencada, traremos como categorias de conteúdo da presente dissertação: O Mundo do Trabalho (Mercado de Trabalho e Campo de Trabalho em EF); Os ideários Pós-modernos (Pós-estruturalismo e Pós-modernismo); Políticas Educacionais de Formação Básica e Inicial (em específico para a EF).

Posteriormente, em segundo momento, possuímos a intenção de construir análises e debates, a partir dos acúmulos provenientes dos teóricos-pesquisadores que se dedicam a estudar as implicações das tendências teóricas que intentam justificarem/balizarem o atual direcionamento do mundo do trabalho (modernidade e pós-modernidade). Assim, objetivamos ascender ao plano da abstração, o concreto real. Por último, voltaremos ao processo de *Uberização* do trabalho, em especial na área da EF (concreto-pensado), acrescentando ao nosso objeto as sínteses obtidas no processo de aproximação com as tendências teóricas que sustentam a atual configuração do trabalho no sistema do capital.

Para contemplar a nossa proposta de pesquisa, lançamos mão de algumas técnicas de pesquisa com o objetivo de abastecer o estudo com diferentes fontes de informações. Para tanto, temos a pretensão de utilizar a Pesquisa Bibliográfica, que de acordo com Marconi e Lakatos (2013), possui a qualidade de abranger a bibliografia já publicada, tendo como pretensão colocar o pesquisador a par do manancial já sistematizado por outros pesquisadores da área. Aqui, a aplicação de tal utensílio científico foi concretizado no uso de publicações (livros, artigos, teses, entre outros) e reportagens provenientes de meios midiáticos. A mesma possui a finalidade de auxiliar na elaboração do referencial teórico das diferentes categorias de estudo já elencadas, bem como balizar nossa discussão sobre essas categorias e enriquecer as considerações que surgiram das análises realizadas no transcorrer do trabalho.

Por fim, o pensamento dialético materialista, se importa no uso da crítica e do conhecimento científico produzido para municiar uma prática social que vise transformar a realidade. Portanto, a práxis deve expressar a unidade indissociável da teoria e da ação (FRIGOTTO, 2010). Assim, não flertamos com o pensamento de produzir o conhecimento, com o caráter academicista e utilitarista do mundo investigativo (científico) contemporâneo, perspectivando assim, a instrumentalização, não só individual, mas como uma contribuição teórica para todos que ontem, hoje e amanhã dependerão da venda da sua força de trabalho para obter condições, nem que sejam mínimas, de sobrevivência no sistema do capital.

3 O MUNDO DO TRABALHO: DO TRABALHO ONTOLÓGICO AO FETICHISMO CONTEMPORÂNEO

Nosso objetivo neste capítulo é de apresentar a categoria *Trabalho*, desenvolvendo-a enquanto uma categoria geral e essencial em nosso estudo. Como ponto de partida abordaremos a categoria em seu sentido mais substancial e orgânico, enquanto instrumento necessário a transformação da natureza em prol da subsistência do gênero humano. Posteriormente, apresentaremos o *Trabalho* como instrumento estranhado pelo cenário capitalista, que apresenta como uma de suas expressões, a constituição dos diferentes campos de trabalho, dimensão essa, que também trataremos neste estudo. Para finalizar, discursaremos sobre a especificidade da área da EF e sua consolidação na contemporaneidade.

Entendemos o *Trabalho* como a atividade essencialmente humana que possibilitou a humanidade desenvolver diferentes hábitos, conhecimentos e técnicas para sua sobrevivência. Para Engels (1876), o *Trabalho* é a condição básica e fundamental da vida humana, que em certo grau forjou o próprio gênero humano.

Segundo Engels (1876), o longo processo de aprendizado, a partir do domínio da natureza, proveniente do desenvolvimento da mão, por meio do *Trabalho*, possibilitou a ampliação dos horizontes do homem e, por conseguinte, levou a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades antes desconhecidas. Contudo, o *Trabalho* também possibilitou multiplicar o auxílio entre os indivíduos, mostrando os benefícios da atividade conjunta que, demandou a contribuição dos mesmos para agrupar os membros da sociedade.

Essas novas necessidades propiciaram o surgimento de novas atividades que, auxiliadas com o processo de desenvolvimento de diferentes capacidades do homem (cérebro, mão, linguagem), auxiliaram na sua complexificação, elevando o alcance dos objetivos propostos por meio do *Trabalho* ao longo das gerações, surgindo a pesca, a caça, posteriormente, a agricultura, a fiação, a tecelagem, a navegação, o engenho, entre outras manifestações laborais, que também possibilitaram o surgimento em paralelo de manifestações como as artes, as ciências, o direito, a religião e a política (KOPNIN, 1876).

Nessa mesma direção, Marx (2009) vai apontar quatro importantes momentos no desenvolvimento histórico da humanidade, tomando como ponto central a categoria *Trabalho*. Para o referido autor o primeiro momento se materializa a partir das necessidades imediatas (comer, beber, vestir, habitar) que exigem a produção de meios para suprir tais necessidades materiais, já o segundo momento, seria a ação de atender tais necessidades imediatas conjuntamente com o instrumento já constituído – por meio do *Trabalho* – enquanto meio de

produzir a satisfação e que conduz a novas necessidades humanas (MARX, 2009). Por consequência dos momentos anteriores, a terceira relação aparece pela representação da capacidade de reprodução de outros indivíduos, através da constituição das relações sociais, num primeiro passo materializado pela família e, posteriormente, fruto do aumento das necessidades, cria novas relações, com caráter duplo: por um lado como relação natural e por outro lado social e, por fim, o quarto momento, é resultado dos passos anteriores, que concebem um determinado modo produtivo, ou ainda fase industrial, com nexo apurado no modelo cooperativo estabelecido entre os sujeitos¹⁹ (MARX, 2009).

Segundo Astrada (1968), coube a Marx apresentar a solução sobre o problema teológico vinculado ao Trabalho Humano, sintetizando-o como uma categoria eminentemente prática, como uma atividade humana que também expressa a relação entre o homem e natureza. Portanto, o gênero humano, por meio do *Trabalho* é capaz de ilustrar sua função produtiva e transformadora do mundo objetivo e da natureza, pois:

Na adaptação da natureza orgânica às necessidades da espécie humana, assim como na criação prática de um objeto, o homem demonstra que é um ser específico consciente, um ser que se comporta com relação à espécie como a seu próprio ser, isto é, que exhibe seu comportamento em relação a si mesmo como ser específico. Tal comportamento se realiza por meio do trabalho, da produção (ASTRADA, 1968, p. 40).

Nos termos apresentados, o *Trabalho* se manifesta para além do momento instantâneo, pois em sua essência se manifesta o caráter social, que transforma o homem não apenas em “executor” e sim como agente transformador tanto da natureza, como também em relação a si próprio e aos demais sujeitos humanos. Entretanto, Marx salienta a importância de compreender o processo histórico do *Trabalho* no seio social. Para isso, o autor lembra que há diferença entre as primeiras formas “instintivas” de *Trabalho* para o estágio em que o homem/trabalhador se disponibiliza ao mercado para vender sua própria força de trabalho. O *Trabalho*, em sua gênese, se caracterizava por ser:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [...]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em

¹⁹ Para Marx (2012) as relações sociais produzidas pelos indivíduos, transformam-se com alteração e o desenvolvimento dos meios materiais produtivos, bem como as forças produtivas. Na totalidade, as relações de produção formam as relações sociais, a sociedade num estágio histórico e determinado de desenvolvimento, possuindo caráter próprio, diferenciado. Assim, as diferentes sociedades (antiga, feudal, burguesa) são sínteses que expressam conjuntos de relações de produção, além de também caracterizarem um estágio particular de desenvolvimento histórico da humanidade.

movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 326-327).

Como sinaliza Marx, o homem se diferencia das abelhas, aranhas e demais animais por ter a consciência sobre a atividade que desempenha. O objeto do *Trabalho* é previamente elaborado na mente humana, pensado idealmente pelo trabalhador, que possui uma finalidade em executar seu labor. Ao ter consciência sobre a atividade laboral que, permitiu autonomia do gênero humano em relação à natureza, possibilitando aos mesmos desenvolverem diferentes e complexas relações sociais ao longo do período histórico. Prieb (2005) sintetiza os grandes modelos de produção desenvolvidos/executados pela humanidade em sua história, a saber, comunal primitivo, escravista, feudalismo e capitalismo.

O primeiro modo de produção efetivado pelos homens foi o *Comunal Primitivo*, caracterizado pelo regime de cooperação entre homens e mulheres onde a divisão do trabalho era estabelecida pelo sexo e pela idade dos sujeitos. Além disso, a produção, a distribuição, o consumo do que era adquirido, na natureza e, mais tarde também o que pode ser produzido, era socialmente coletivizada a partir da necessidade das tribos (PRIEB, 2005).

Subsequente, o modelo *Escravista*, marcada ainda pela cooperação simples, diferenciava-se por organizar a sociedade a partir de classes sociais, onde os escravos eram responsáveis pela produção e os proprietários de escravos responsáveis pela apropriação da maior parcela da produção. Portanto, a escravidão, enquanto forma de trabalho, estabelece uma relação de opressão e dominação na qual a produção de bens, serviços e mercadorias tem apenas um dono, o senhor de escravos (VERENGUER, 2003).

Nesse período, surgem diversos ofícios que, por conseguinte, fez a produtividade do trabalho fosse mais desenvolvida que no modo anterior (PRIEB, 2005). Já Silva e Lamas (s.d.), argumentam que essa nova realidade social fragmentada entre classes (despossuídos e possuidores), gestada pela presença inicial da propriedade privada (acúmulo de bens) no meio social, é proveniente das melhorias técnicas nas diferentes esferas produtivas e necessitava do aumento do *Trabalho Humano* que, efetivou, por consequência, uma divisão social do trabalho desigual na sociedade.

Posteriormente, o *Feudalismo* alicerçado no trabalho realizado pelos servos que, embora não fossem uma propriedade como os escravos anteriormente, deveriam entregar ao senhor feudal (dono da terra) parte daquilo que produziam nas terras do mesmo, ou seja, o servo dedicava parte do seu tempo à produção de alimentos visando sua subsistência e outra

parcela à produção de alimentos para o proprietário da terra (VERENGUER, 2003).

Desse modo, a sociedade feudal estruturou-se a partir da cisão entre os proprietários de terra e os servos, apresentando a conexão coercitiva sobre o trabalho rural, enquanto no trabalho urbano a relação sobre o labor se dava pelo tipo paternal, onde não se estabelecia o caráter pleno da exploração, base primordial ao capitalismo (PRIEB, 2005).

Para Antunes (2009), o sistema de metabolismo social do capital, a saber, o *Capitalismo*²⁰, nasce como resultado da divisão social que demandou a subordinação do estrutural do *Trabalho* ao capital²¹. Para isso, os atores sociais “tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido” (ANTUNES, 2009, p. 21).

Percebe-se assim, que o processo histórico tanto do *Trabalho* como da propriedade privada se relacionam na formação do próprio homem. Portanto:

Cada forma de produção, em sua época específica, exige uma nova forma de vida, produzida por ela. Para olhos eminentemente burgueses o trabalho não produz nada além de objetos, mercadorias. Mas a reprodução social do trabalho condiciona indelevelmente a formação ontológica de sua época, se, em verdade, não a determina. (SILVA; LAMAS, s.d., p. 16-17).

As condições materiais, são essenciais para transformação da consciência humana, são elas que ao longo do processo de humanização ofereceram condições de concretizar os diferentes “estágios” da humanidade. Por tanto, o homem deve ser compreendido numa perspectiva histórica que possibilite captar as modificações decorrentes das relações que se efetivaram ao longo do tempo. Tanto a existência da propriedade privada como o *Trabalho*, alterou a percepção do homem em relação ao mundo, possibilitando a humanidade recriar esse novo local para atender aos seus novos interesses.

É sob as bases capitalistas de produção, que o *Trabalho Humano* modificou-se profundamente, seu caráter útil (*concreto*) vai perder importância e, se subordinar a condição rentista de produzir mais-valor. O *trabalho abstrato*²² vai degenerar diferentes manifestações

²⁰ Para Antunes (2009), o sistema do capital é claramente identificável, onde suas formas convenientemente desdobradas subordinam as funções reprodutivas da sociedade (do gênero familiar à reprodução material) visando a expansão e reprodução do sistema de metabolismo do capital com um todo.

²¹ Marx (2013) analisa que o processo de trabalho no modelo capitalista revela dois importantes fenômenos: o primeiro se materializa pelo controle do capitalista sobre o trabalhador, sobre o uso adequado tanto dos meios de produção quanto no emprego das matérias-primas na consecução do trabalho. Já o segundo aspecto, se efetiva pela compra da força de trabalho pelo capitalista que se apropria do trabalhador, mediante a um valor, com vistas que esse ceda seu trabalho, ou ainda, o valor de uso de sua força de trabalho ao capitalista, que ao se conectar com os meios de produção, possibilitarão a propriedade dos produtos originados nessa relação laboral.

²² Tomando o pensamento de Marx, Chagas (2012, p. 8-9) define que o trabalho abstrato não pode ser considerado uma “simples generalização (generalização não posta), trabalha em geral (generalidade fisiológica,

de *trabalho concreto*²³, atendendo as necessidades de produção mercadológica e de valorização do capital (ANTUNES, 2010). Para isso:

[...] na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele é imprescindível para o capital, ele é um elemento central de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital (ANTUNES, 2010, p. 10).

Marx (2013) aborda que o *Trabalho* ao interagir com os meios de produção possibilita formar novos produtos, independente da sua especificação (carpintaria, tecelagem, mineração), o *Trabalho abstrato*, ou ainda, o trabalho social em geral, através de sua qualidade, como dispêndio de força humana de trabalho, adiciona valor novo aos produtos, ao mesmo tempo, através de sua qualidade concreta, particular e útil que o *Trabalho* transfere valor dos meios de produção ao produto, ou seja, é no sistema do capital, que o *Trabalho* vai desenvolver uma duplicidade em seu resultado, promovendo a conservação do valor dos meios produtivos e adicionando quantitativamente um novo valor, por meio do trabalho humano abstrato e, que se manifesta em diferentes fenômenos.

No mesmo raciocínio, Prieb (2005) ao se utilizar do pensamento de Marx, observa a alienação do *Trabalho* a partir de dois sentidos: primeiramente em relação ao que se produz, ou seja, os objetos/produtos frutos do esforço laboral e que não serão utilizados por quem o produz, não possuem valor de uso para esse sujeito, além disso, o autor nos atenta para o fato de que esse sujeito é obrigado a trabalhar para garantir sua sobrevivência, algo externo a si, que imbrica no esgotamento (físico/espiritual) ao invés de proporcionar alegria e satisfação.

Marx (2013) reitera que a produção baseada na divisão social do trabalho, um dos pilares do sistema do capital, impõem aos trabalhadores a produção indireta dos seus meios de

universalidade natural, como gasto de cérebro, músculos e nervos humanos)” ao mesmo passo que, também não é “uma abstração que se opera no real, uma abstração objetiva do trabalho no capitalismo, a homogeneidade, a redução, a simplicidade, a equivalência, o comum do trabalho social cristalizado num produto, numa mercadoria, que é trocada por outra, a fim de se obter mais-valia”. Assim, o autor aponta que o trabalho abstrato na realidade atual, “não é mais do que um meio para a criação de riqueza em geral e [que] deixou de estar organicamente ligado com os indivíduos numa particularidade, como determinação”, configurando-se, como “uma abstração [...] que se realizam todos os dias no processo de produção social” do sistema do capital.

²³ Ao analisar os escritos de Marx, Chagas (2012, p. 4) delimita que o trabalho útil-concreto que, objetiva-se a criar valor de uso, não é uma substância metafísica, genérica e imprecisa, mas é sim uma atividade de “autodesenvolvimento e auto-realização da existência humana, atividade primária, natural, necessária e presente em todas as formas de sociabilidade humana, inclusive na capitalista” e possui a finalidade de “criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais que sirvam para satisfazer as necessidades humanas”, portanto, para o autor “o homem não pode viver sem produzir seus meios de subsistência, e só pode produzi-lo na medida em que trabalha; sem trabalho, não é possível, pois, pensar a produção e a reprodução social, ou seja, a vida humana, ou qualquer forma de sociabilidade”.

subsistência, já que os mesmos, enquanto uma mercadoria particular deve ser produzida através da força de trabalho empregada na jornada de trabalho, possibilitando o acesso/troca aos meios de subsistência diários.

É dentro desses tramites, que é materializado dois momentos peculiares no desenvolvimento da jornada de trabalho. O primeiro, denominado por Marx (2013) de “tempo de trabalho necessário”, tem por objetivo produzir o valor diário necessário para a reprodução da força de trabalho, tendo como expressão o “*trabalho necessário*” que se materializa no tempo gasto para possibilitar essa reprodução do trabalhador. Já o segundo período do *Trabalho*, que também demanda dispêndio de força de trabalho, não gera valor algum ao trabalhador, pois origina mais-valor ao capitalista. Para Marx (2013), essa parcela é denominada como “tempo de trabalho excedente” e o *Trabalho* nela utilizado como “*mais-trabalho*”, se efetiva na intenção de extrair esse “*mais-trabalho objetivado*” do seu produtor imediato e, colocá-lo na posse de outrem, relação essa, que estrutura a sociedade capitalista.

Antunes (2009) elabora o raciocínio a partir de Mészáros que, somente a sociedade do capital, estruturada em hierarquias de dominação e subordinação, estabeleceu-se a necessidade de sobrepor um sistema de segunda ordem em relação às mediações básicas. As mediações de primeira ordem têm por finalidade a preservação das funções vitais de reprodução individual e societal, como, por exemplo, a regulação da reprodução em conjugação com os recursos disponíveis; regulação do *Trabalho* para a satisfação humana; o estabelecimento de trocas compatíveis com as necessidades demandadas e que aperfeiçoem os recursos existentes; organização/coordenação das atividades materiais e culturais; alocação de recursos materiais e humanos disponíveis; constituição de regulamentos societais.

Ao se materializarem as mediações de segunda ordem, promove-se a introdução de elementos *fetichizadores* e *alienantes* de controle da sociedade, objetivando converter a produção do capital em propósito norteador da humanidade, carecendo fragmentar/separar o valor de uso e o valor de troca dos objetos/utensílios, com vistas subordinar o primeiro ao segundo. Tal facticidade, é concretizada por meio da separação/alienação entre trabalhador e meios de produção; imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores; personificação do capital como um valor egoísta voltada para os imperativos expansionistas do capital; personificação do *Trabalho*, destinando estabelecer uma relação de dependência como o capital (ANTUNES, 2009).

Baseado nessa caracterização do modelo societal capitalista, onde o *Trabalho* se encontra *estranhado* em relação aos sujeitos, oferta-se o cenário ideal à propriedade privada, que implica na separação das funções produtivas e do controle do processo de trabalho entre

os necessitam vender/produzir e os que compram/controlam o trabalho social.

Pinto (2007) afirma que o *Trabalho* não só se manteve, como até a atualidade é à base da sobrevivência humana, o ato primário e pressuposto de todo o percurso histórico humano, assumindo novos papéis (tanto na apropriação da natureza, quanto no desenvolvimento racional sobre a mesma), o *Trabalho* consolidou o âmbito cultural dos diferentes povos e a diferenciação política interna das comunidades, atribuindo na atual sociedade o papel central da constituição das classes sociais, base da formação das identidades dos seus indivíduos.

É a partir do século XVIII, principalmente, após as revoluções industriais que, a organização do trabalho foi alçada à categoria de matéria do conhecimento, tendo como base a luta política e econômica explícita entre o empresariado (proprietários/compradores da força de trabalho) e os trabalhadores (expropriados/vendedores da força de trabalho), tal conhecimento assegurou a subsistência dos últimos (condições mínimas de saúde e direitos) e, também se forjou como meio de controle social, econômico e político dos trabalhadores por parte da classe empresarial, com vistas à manutenção do sistema de acumulação (PINTO, 2007).

No mesmo viés, Felizardo (2010, p. 10) afirma que o “desenvolvimento tecnológico como marca expressiva e fator preponderante para o controle do processo produtivo (capital e o trabalho). Sendo que o capital buscou disciplinar e controlar a mão de obra e garantir a apropriação do saber operário”. Ao produzir mais do que o necessário à subsistência, o capital se utilizou do excedente para favorecer seus interesses, legitimando o investimento em modelos organizacionais do trabalho e em tecnologias industriais (FELIZARDO, 2010).

Antunes (2009) aponta como primeiro padrão de acumulação capitalista, o binômio Taylorismo/Fordismo, modelo que vigorou na grande indústria do capital, praticamente ao longo de todo século XX. Seu modo de produzir baseava-se na produção em larga escala, com caráter homogêneo e verticalizado, além disso, o tempo de produção, outra preocupação central de tal modelo, deveria ser racionalizado ao máximo possível. Desse modo, o binômio Taylorismo/Fordismo, estruturou-se com base no:

[...] trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo [...]. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em *apêndice* da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão *absoluta*, intensificava-se de *modo prevalecente* a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A *subsunção real do trabalho ao capital*, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. (ANTUNES, 2009, p. 39, grifos do autor).

O modelo fazia uso de uma linha produtiva rígida, onde as diferentes ações realizadas individualmente pelos trabalhadores fossem articuladas, tecendo assim, vínculos do trabalho singular, interligado pela esteira que, exercia sua funcionalidade a partir da delimitação do ritmo e do tempo necessários para a efetivação das tarefas (reduzidas a ações mecânicas). Nas palavras de Pinto (2007), a ideia primordial do sistema era a especialização extrema das funções e atividades, passando pelo traçado das ferramentas empregadas no *Trabalho*, pelos movimentos executados nas atividades, pelas operações intelectuais necessárias, bem como pelos traços comportamentais exigidos ao trabalhador colocado para desempenhar tal labor.

Para Ferreira (2000), o Taylorismo proporcionou uma evolução da eficácia e eficiência que acompanha o desenvolvimento da racionalidade instrumental do sistema do capital, na especificidade das tecnologias o modelo contribuiu para diminuir os custos em materiais e matérias-primas utilizados na produção que, associado ao parcelamento e padronização dos movimentos na execução das atividades, contraiu substancialmente os gastos de energia (humana e mecânica), assim como ao separar as funções e as tarefas inerentes ao processo de tomada de decisão, reduziu-se o tempo do acesso e regulação das informações.

Já Antunes (2009), sintetiza o binômio, como uma mescla da produção em série do sistema fordista e o cronômetro Taylorista²⁴, além da vigência da fragmentação entre a elaboração e execução do trabalho, já que para o capital interessava apropriar-se do conhecimento processual do trabalho, para suprimir a dimensão intelectual do labor, que se transferiria as esferas da gerência científica.

É na gerência científica, que Taylor vai diferenciar seu modelo de organização do trabalho do antecessor, já que se utiliza da análise e do planejamento sobre todas as técnicas inerentes a atividade laboral, com vistas a reduzir a quantidade de operações desnecessárias, o tempo de execução, o desgastes físico e mental dos trabalhadores, a ociosidade dos equipamentos, entre outros pontos. Para isso, Taylor cessa a possibilidade de escolha dos trabalhadores, já que tais princípios são repassados como ordens aos trabalhadores (ficha de instrução), que contém as quantidades, os meios e os resultados esperados pela administração. Vale ressaltar também que, cabia a gerência a demanda, de identificar as possibilidades de aumentar a extração de mais-valia do processo produtivo, em outras palavras, aumentar a exploração sobre o *Trabalho* executados pelos operários nas fábricas (PINTO, 2007).

²⁴ Para Pinto (2007), Taylor propôs subdividir ao máximo as diferentes atividades em tarefas tão simples quanto a esboços de gestos, medindo o tempo de cada movimento, onde seu resultado seria o tempo real para realizar cada operação. Assim a gerencia científica poderia cobrar dos trabalhadores o cumprimento da produtividade ideal dos mesmos.

Nesses termos, é que Antunes (2009) vai afirmar que tanto no Taylorismo como no fordismo, ocorria a promoção da expropriação intensa dos trabalhadores, destituindo-os da organização do processo de trabalho, que se resumia aos sujeitos enquanto uma atividade repetitiva e desprovida de sentido.

É com a consolidação do Taylorismo, que Henry Ford vai avançar no processo de expropriação e organização do trabalho. Sua principal ideia se resumia em padronizar os produtos, fabricando-os em larga escala, provocando a redução dos custos, em contraposição tal modelo demandava o aumento do consumo, proporcionado pela elevação da renda, pago pela aceleração das vendas (PINTO, 2007). Já para Felizardo (2010) a principal diferença entre os dois modelos de produção é que o Taylorismo prezava por decompor as tarefas e distribuí-las aos trabalhadores individualmente, enquanto o fordismo²⁵ remontava as funções e, obrigava o trabalhador a ficar paralisado no seu local de intervenção.

Outra característica marcante do Fordismo foi à colocação do mecanismo automático que contemplasse todas as fases da produção, onde todas as diversas atividades de trabalho eram adicionadas, transformando as matérias-primas/insumos em produtos específicos. Assim, o *Trabalho* e seu grau de complexidade foram elevados ao extremo da simplicidade, bem como houve uma melhoria extrema da jornada de trabalho, no sentido de aumentar as ações produtivas do trabalhador, agregando, por consequência, valor aos produtos (PINTO, 2007).

Nesse cenário do *Trabalho* (Taylorismo/Fordismo), onde a capacidade de abstração conceitual, além de suas competências pessoais, profissionais e educacionais, era descartável que ressurgiu a questão da subjetividade do trabalhador. O objetivo tanto de Taylor como de Ford, se referia a limpeza – compreende-se como otimização extrema – dos locais de trabalho, da mente dos funcionários, abrindo caminho para o entendimento nítido das tarefas propostas, a extrema simplificação e uniformização do labor que pudessem, por fim, aumentar o controle do ritmo de trabalho de milhares de trabalhadores.

É justamente na alienação extrema sobre o *Trabalho* que o binômio Taylorista/Fordista vai enfrentar duras resistências por parte dos trabalhadores, que se utilizava de diferentes formas para “atrapalhar” a produção. Para Antunes (2009, p. 43-44) que se utiliza do pensamento de Bihl (1991):

²⁵ Para Santos (2009), o sistema de Ford se apoiava em cinco transformações principais: a produção em massa; o parcelamento das tarefas; o surgimento da linha de montagem; a padronização de peças; automatização das fábricas.

Essa contradição entre autonomia e heteronomia, própria do processo de trabalho fordista, acrescida da contradição entre produção (dada pela existência de um despotismo fabril e pela vigência de técnicas de disciplinamento próprias da exploração intensiva de força de trabalho) e consumo (que exaltava o lado “individualista” e “realizador”), intensificava os pontos de saturação do “compromisso” fordista. Acrescido, do aumento da contradição essencial existente no processo de criação de valores, que subordina estruturalmente o trabalho ao capital, de algum modo esse processo pode ser “suportável pela primeira geração do operário-massa, para quem as vantagens do fordismo compensavam o ‘preço’ a pagar pelo seu acesso. Mas certamente esse não foi o caso da segunda geração. Formada nos marcos do próprio fordismo, ela não se encontrava disposta a ‘perder sua vida para ganhá-la’: a trocar o trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento de seu ‘poder de compra’, privando-se de ser por um excedente de ter. em suma, a satisfazer-se com os termos do compromisso fordista, assumido pela geração anterior”.

O Compromisso Fordista, efetivado conjuntamente com as organizações sindicais e patronais, bem como o Estado como ente regulador desse cenário e, gestado pela própria dinâmica do período anterior do sistema do capital, criou um processo ilusório para esses agentes. Para os trabalhadores, o acordo pode ser entendido como uma barganha – troca da luta revolucionária pela seguridade social (saúde, educação, redução da jornada de trabalho) – já para a burguesia ofertava-se a possibilidade de deter o conflito com os operários, controlando-os por meio do Estado – mecanismo de regulação e negociação social – (SANTOS 2009).

Para Ferreira (2000), o Estado, o mercado e o patronato passaram a ter um papel inflamado na regulação das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais, delegando aos sindicatos o papel de intervir apenas nas relações socio-profissionais e no desenvolvimento da democracia industrial.

Nesse cenário social, constata-se uma atuação mais robusta por parte do Estado no modelo de autoreprodução do sistema do capital, principalmente nos países centrais. Para tanto, Santos (2009) analisa o imbricamento do fordismo com o Keynesianismo²⁶, durante a era de ouro do capitalismo, a partir de uma economia em franco crescimento, que possibilitou a efetivação tanto das conquistas da classe operária ao mesmo tempo em que correspondia como ferramenta central para a acumulação do capital. Assim, o Fordismo-Keynesianismo se hegemonizou como modelo de racionalização do trabalho e de regulação econômica.

Entretanto, com a chegada dos anos 60, o receituário Fordista começa a apresentar desgastes em sua lógica de reprodução, proveniente da incapacidade de manter os ganhos de produtividade, conquistados durante o período de ouro do capital. A crise Fordista foi gestada

²⁶ Este modelo político-econômica aponta que o Estado deve intervir na organização econômica e oferecer benefícios sociais aos trabalhadores (saúde, seguro-desemprego, salário mínimo, férias, etc.). O Estado de Bem-Estar social é proveniente desse modelo teórico, efetivado principalmente em países centrais do capitalismo, possuía como objetivo intervir no meio societal, através do aparato estatal para reduzir as desigualdades sociais e proporcionar mais bem estar na sociedade.

por diversos fatores que se articularam e deu sentido a reordenação socioeconômica.

Rocha (2003) aponta que a insatisfação social foi à primeira advertência ao modelo, que reivindicava melhor distribuição da riqueza produzida e questionava as condições de trabalho impostas pelos métodos Taylorista/Fordista. No âmbito macroeconômico, o estilo produtivo passa enfrentar também uma inversão na regência do mercado, já que até os anos 60 os mercados eram pautados pela demanda e, começam a ser regidos pela oferta, pois a capacidade de produção superava a demanda mundial (ROCHA, 2003). Por fim, a crise do petróleo em 1973 configura o marco final à crise Fordista que se deparava com o esgotamento de suas possibilidades em perpetuar o regime de acumulação de capital.

Frente à crise que se instalava no cenário do *Trabalho*, as forças capitalistas tiveram que atuar, para reorganizar a lógica produtiva, introduzindo novos problemas e desafios para o mundo do trabalho como um todo. Assim, os processos produtivos foram reinventados, visando camuflar a acentuação da exploração sobre o *Trabalho*. Se no modelo anterior o trabalhador se via altamente explorado pela repetição de movimentos específicos, no novo sistema, a saber, Toyotista, o mesmo sujeito agora também passa a ser cobrado tanto nos âmbitos físicos, quanto em âmbitos intelectuais, sociais e criativos.

Segundo Linhart (2002 apud Kovács, 2006), a racionalização flexível, inerente ao novo modo de produzir o mundo, exalta a subjetividade e autonomia dos indivíduos, apelando para uma moral individualista que prega a realização do sujeito individual (na sua criatividade, no seu empenho) desconsiderando o interesse coletivo e os valores sociais. Nesses termos, o culto a subjetividade e responsabilidade individual são princípios à mobilização dos recursos humanos ao emprego por parte das empresas²⁷.

Assentado sobre a crise de acumulação Taylorista/Fordista, o Toyotismo²⁸ surge para reestruturar o sistema produtivo, bem como o padrão de *Trabalho* necessário na produção contemporânea. Para Antunes (2009, p. 49), o modelo Toyotista, gestado a partir dos anos 70 expressa:

²⁷ Para Kovács (2006), as práticas de gestão recorrem corriqueiramente à responsabilização individual no trabalho, à individualização de remuneração, das carreiras, do processo formativo, da informação/ comunicação e da avaliação das potencialidades de cada sujeito, para fins de racionalização geracional com vistas a fomentar a competitividade e impedir a mobilização dos trabalhadores que possa interferir na lucratividade das empresas.

²⁸ As bases para a implementação do novo modelo, se gestou a partir de variações de diversas ordens, que culminaram no sentido de estabelecer um novo equilíbrio para o sistema de relações capitalistas. Assim, no âmbito econômico, as contas externas da maioria dos países altamente desequilibradas em decorrência do preço do petróleo no mercado internacional, bem como, a variação do dólar imposta pelos EUA, que levaram a variações nas taxas de câmbio em diferentes países e, por conseguinte, acentuaram a internacionalização do volume de investimentos em capitais financeiros, advindos da recente tecnologia da microeletrônica aplicada a informação. (PINTO, 2007, p. 38).

[...] uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar do seu ciclo produtivo e, ao mesmo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que, como vimos, questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

Em relação ao processo produtivo, Pinto (2007) vai definir que o sistema de organização Toyotista, elaborado no interior da Toyota Motor Company (a partir dos anos 50), perspectivava a reorganização profunda do *Trabalho* no interior das plantas produtivas, além de prever a sua sustentação a partir duma rede de subcontratações entre firmas, concretizando o sistema *Just-in-time*²⁹ na sua autoreprodução. Contudo, referido modelo, também demandava como fundamento:

[...] uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa “enxuta” e “flexível”. Isso era obtido pela focalização no produto principal, gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades, com utilização de uma força de trabalho polivalente agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades. (PINTO, 2007, p. 40).

Já na questão ideológica, a reestruturação contemporânea avançou na transformação da natureza do *Trabalho*, demandando metamorfoses na classe trabalhadora, já que adotou nova lógica de racionalização do ambiente laboral, executando tais mudanças a partir de dispositivos organizacionais/institucionais como o *Just-in-time* e o *Kaban* (ALVES, [20--?]).

Com vistas a viabilizar o novo mundo do trabalho, que, deslocou seu eixo central da produção de bens de consumo em série (Taylorismo/Fordismo) para o setor dos serviços e de bens de consumo personalizados, além da relevância crescente do setor financeiro especulativo no modelo capitalista contemporâneo, obrigaram as empresas multinacionais repensar as estruturas organizacionais e a circulação de seus produtos pelo mercado internacional, associando-se ao amparo jurídico e institucional dos Estados, que possibilitaram a viabilidade das novas relações entre as empresas e, em especial, as relações entre as classes sociais, ou seja, o empresariado e a classe trabalhadora (MATTOSO, 1994 apud PINTO, 2007). Soma-se a esse cenário, ações do ente estatal que flexibilizaram as políticas sociais por meio da implementação de ajustes fiscais nas contas nacionais e no

²⁹ Para Fernandes (2019), a produção baseada nesse princípio, caracteriza-se por não produzir o máximo possível na cadeia produtiva já que poderia resultar em deterioramento da produção excedente. Para isso o modo prevê uma produção a partir da demanda, operando com estoque mínimo e utilizando o *Kaban* (sistema de reposição de insumos/matérias-primas) para o perfeito funcionamento, otimizando assim a mobilidade de capital.

relativo aos trabalhadores, eliminou-se periodicamente as legislações que resguardavam os direitos básicos dos mesmos (MATTOSO, 1994 apud PINTO, 2007).

Felizardo (2010) aponta a década de 1970 como período de florescimento do Toyotismo no cenário capitalista, onde o conceito produtivo produzido pela Toyota ofertou aspectos inovadores à produção. Entre tais características atraentes ao sistema do capital, se apresentava a necessidade de trabalhadores que desempenhassem inúmeras funções e máquinas em sua jornada de trabalho³⁰. Esse conceito do *Trabalho*, comum nas indústrias têxteis do Japão, se adequou perfeitamente ao macro contexto Japonês pós o período da segunda guerra, onde se tinha a necessidade de aumentar a produção nacional sem demandar o aumento do contingente de mão de obra. Já em países do primeiro mundo, o modelo recebido com grande entusiasmo pelas corporações se associou ao cenário tecnológico presente nas cadeias produtivas (FELIZARDO, 2010).

Para tanto, ANTUNES (2009, p. 54) defende que o Toyotismo:

[...] se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como a introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade à redução do tempo de trabalho.

Santos (2009) sintetiza seis aspectos como os pilares básicos do novo sistema de organização do trabalho: crescimento pela demanda; combate a qualquer desperdício; flexibilidade do aparato produtivo; instalação do método *Kaban*; diversificação dos produtos; terceirização da produção. E Antunes (2009), acrescenta o trabalho em equipe com multivariabilidade de funções e o princípio do *Just-in-time* que prioriza a otimização do tempo de produção, como outros aspectos centrais do Toyotismo.

A autoreprodução do processo produtivo, efetivada a partir da intensificação da exploração do *Trabalho*, seja no âmbito da execução de várias máquinas diversificadas, seja pelo ritmo e velocidade imposta pela cadeia produtiva foi norteadada pelos novos sistemas de

³⁰ Pinto (2007) aponta que a ideia principal do novo modo de organização do trabalho se balizava pela aquisição do conhecimento pelos trabalhadores, bem com a execução e a responsabilização dos mesmos em relação as diferentes fases da produção, possibilitando a eles o desenvolvimento de múltiplas capacidades que poderiam ser reaproveitadas no cotidiano do trabalho e, por conseguinte, viabilizava o aumento da produtividade.

controle. Entretanto, em sua transferência para o lado ocidental do globo, o receituário Toyotista, mescla seu modelo com os elementos/práticas presentes nos países receptores, ocorrendo assim um processo particularizado de adaptação ao modelo (ANTUNES, 2009).

A adaptação ao novo modelo produtivo, também recai na formatação da classe trabalhadora contemporânea, comparada a existente na era Taylorista/Fordista, já que a mesma passou por inúmeras mudanças em sua estrutura, organização e identificação enquanto classe que sobrevive da venda da força de trabalho.

Nesse ponto, Antunes e Alves (2004) apontam que da passagem do binômio Taylorista/Fordista ao Toyotismo nove tendências principais modificaram a morfologia da classe trabalhadora nesse período: a) retração do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, especializado e estável; b) contraditoriamente um aumento do novo proletariado fabril e de serviços (terceirizados, subcontratados, *part-time*); c) aumento do trabalho feminino (principalmente em trabalhos mais precarizados); d) expansão dos assalariados médios “setor dos serviços”, incorporação parcial dos trabalhadores da produção industrial; e) crescente exclusão dos jovens do mercado de trabalho; f) afastamento dos trabalhadores caracterizados de “idosos” pelo sistema; g) crescente expansão do trabalho no terceiro setor; h) aumento acelerado do trabalho domiciliar (*Home Office*); i) reconfiguração, tanto de espaço como de tempo de produção, novas regiões produtivas, que se associa ao desenvolvimento de uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão do nível local até o âmbito internacional.

Contudo, Antunes; Alves (2004) sinalizam da importância de compreender ontologicamente o Trabalho dentro do sistema capitalista, a partir do conceito de subsunção presente nos escritos de Marx. Tal conceito, primeiramente, indica para a relação entre *Trabalho* e o capital, bem como expressa que o *Trabalho* constitui o capital, ou ainda, nas palavras dos autores:

[...] nas relações de trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente mediação de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista. (ANTUNES; ALVES, 2004. p. 344).

Para isso, a força de trabalho, é um dos elementos que constituem a relação social, que aprisiona e submete ao mesmo tempo em que nega essa relação e, por conseguinte, necessita ser reiteradamente afirmada pelo sistema do capital. Assim, o capitalismo visa superar uma subordinação – entende-se subsunção – meramente formal, transformando-a em subsunção real (ALVES, [20--?]). Portanto, na persistência do trabalho vivo no processo produtivo do

capital que se explica a maturação do impulso a racionalização do trabalho. Durante a grande indústria (Taylorismo/Fordismo) ocorria uma subordinação formal-material, já que as operações produtivas se reduziam aos aspectos físicos (ALVES, [20--?]).

Na pós-grande indústria (Toyotismo), surge uma subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital, caracterizada pela recente apreensão da subjetividade operária pela lógica do capital, inclusive no âmbito de subordinar o *Trabalho vivo* ao *Trabalho morto* (ALVES, [20--?]). Assim, o trabalhador moderno padece na mesma situação de estar à mercê do processo de valorização, mesmo que possuam um alto grau de autonomia e soberania sobre o *Trabalho*, eles ainda estão ligados ao trabalho “estranhado”, pois a lógica do capital impede o controle do processo produtivo, no sentido de reestabelecer os objetivos dessa produção.

A nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, marcadas pelas injunções mundiais do capital, demanda de forma aguçada a captura total da subjetividade operária, adquirindo seu pleno desenvolvimento, na era Toyotista, ascendendo do caráter formal ao real. Do mesmo modo, a alienação do trabalho, encontra-se essencialmente preservada, mas fenomenicamente minimizada pela diminuição da fragmentação entre a elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos nas empresas e a subjetividade tende a ser estranhada com relação ao que se produz e para quem se produz. Não obstante, com a aparência de um despotismo mais brando, o novo receituário, aprofunda e interioriza a condição do estranhamento presente na subjetividade dos trabalhadores, disseminando assim, novas objetivações fetichizadas para a classe trabalhadora, por exemplo, a incessante necessidade de qualificação para a empregabilidade moderna (ANTUNES; ALVES, 2004).

Pinto (2007) trata como uma das principais modificações do Toyotismo em comparação ao Taylorismo/Fordismo à questão da produtividade e da qualidade do trabalho, bem como a avaliação dessas nos processos de produção, para tanto, o autor sinaliza que, o binômio Taylorista/Fordista se responsabilizava, mesmo que teoricamente (através da gerência científica), por meio da permanente observação, experimentação e reimplementação de métodos na cadeia produtiva dessas questões apontadas, já no Toyotismo tais problemas são colocados na direção oposta, incumbindo aos trabalhadores a solução das problemáticas, cabendo à gerência apenas o incentivo do emprego dessa prática, focando assim, na análise do desempenho global das instalações e na viabilidade de utilização flexível das forças produtivas e de trabalho à disposição. Assim:

[...] passou a ser comum exigir dos trabalhadores, para além da execução de tarefas rotineiras, a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos com que trabalham a limpeza do local de trabalho, o controle de qualidade de seus produtos e

mesmo a tarefa de se reunir periodicamente e propor à administração da empresa modificações que elevem a sua própria produtividade. (PINTO, 2007, p. 69).

Portanto, o atual mercado de trabalho ao se modernizar e adotar modelos produtivos baseados na *lean production*, no trabalho *part-time*, na racionalização flexível, demanda a classe trabalhadora novas características em sua força de trabalho que a levam a intensificação da exploração do seu *Trabalho*.

Nozaki (2005), afirma que a mudança do conteúdo do Trabalho, demandou ao campo da formação humana uma requalificação do trabalhador, pririzando conhecimentos estratégicos para a formação de qualificação necessária para seu enquadramento seja no setor produtivo, através da polivalência e da flexibilidade, chaves da readequação do trabalho, bem como no setor de serviços e, assim, instaura-se a ideologia da empregabilidade, sem o questionamento da falta de emprego no sistema do capital, deslocando tal problemática para o âmbito da falta de condições/competências dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, Pinto (2007) discursa que na contemporaneidade, progressivamente mais adversa aos trabalhadores, estabeleceu-se um “tipo ideal” de trabalhador, exigindo desse sujeito qualidades/competências como a iniciativa, o equilíbrio, a acessibilidade, e facilidade do trabalho em equipe, o raciocínio ágil e a responsabilidade com a empresa.

Além da diversificação das características cobradas pela empregabilidade moderna, o atual cenário do mundo de trabalho, apresenta, por consequência, uma maior diversidade na composição da classe trabalhadora decorrente das novas relações hegemônicas no mercado de trabalho pelo Toyotismo, bem como no cenário sociopolítico pelo receituário neoliberal.

Antunes (2009) vai definir a *classe-que-vive-do-trabalho* a partir da totalidade dos que vendem sua força de trabalho, tendo em seu núcleo central, os trabalhadores produtivos, ou seja, os trabalhadores que produzem diretamente a *mais-valia* e participam diretamente do processo de valorização do capital, associado a esse primeiro grupo, também se encontram os trabalhadores improdutivos, onde seus labores são usados como serviços e não geram diretamente a valorização de capital (setor de serviços, bancos, turismo, serviços públicos, entre outros). Para tanto, o autor nos atenta há uma crescente imbricação entre o *Trabalho produtivo*³¹ e *improdutivo*³² no sistema do capital contemporâneo e a incorporação da classe

³¹ Duarte (2017, p. 292, grifo do autor) define o trabalho produtivo como sendo o trabalho que é “caracterizado como aquele que produz mais-valia e, assim, gera lucro para o capitalista, sendo o trabalhador produtivo não apenas aquele que produz o necessário para a reprodução de sua existência humana, mas, sobretudo, aquele que produz o excedente (um *quantum* adicional) que alimenta e garante a existência do capitalista”.

³² Já em relação ao trabalho improdutivo, Marx (1980 apud Duarte, 2017) define que esse trabalho deve ser concretizado no viés de ser consumido no ato de sua produção, não importando que seu valor de uso desapareça (seja empregada), com a atividade da própria força produtiva ou que se materialize/fixe numa coisa.

trabalhadora a essas duas dimensões básicas do *Trabalho* sob o capitalismo, sendo fundamental compreendê-las para entender o que é a classe trabalhadora nos dias de hoje (ANTUNES, 2009). Portanto, a classe trabalhadora, inclui:

[...] todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subcontratado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos McDonald's, os *trabalhadores hifenizados* [...], os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* [...], os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal” que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, nas fase de expansão do *desemprego estrutural*. (ANTUNES, 2009, p. 103-104, grifos do autor).

É associada com a heterogeneidade dos trabalhadores no atual período, que outras metamorfoses se materializam no interior do mercado de trabalho, visando acentuar a exploração sobre o *Trabalho*. Dentre as metamorfoses recentes, apresentam-se a divisão sexual do trabalho; a expansão do setor de serviços, o terceiro setor e o *Home-Office*.

A primeira transfiguração tem sido utilizada pelo capital para absorver, preferencialmente, o universo do trabalho precarizado, *part-time*, desregulamentado, onde é prática usual do sistema capitalista, as desigualdades salariais, aos direitos, as condições de trabalho e ao acesso aos postos de trabalho mais qualificados para o público feminino, já castigada culturalmente pela duplicidade da carga de trabalho (no ambiente laboral e doméstico), tendo essa parcela da classe como as responsáveis pela produção das condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de suas famílias (ANTUNES, 2009).

A segunda tendência do atual mundo de trabalho é a expansão dos assalariados médios e de serviços, que de certa forma incorporou amplos contingentes provenientes da reestruturação produtiva industrial e das mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão submetidos mais intensamente à racionalidade do capital. Contudo, as repercussões dessa lógica são um processo crescente de exclusão de jovens e dos trabalhadores “idosos” pelo capital que acabam por ampliar os contingentes do exército de reserva (ANTUNES, 2009). As Outras duas manifestações, são a expansão do terceiro setor (em especial nos países centrais), incentivando o trabalho voluntário, em inúmeras áreas, sobretudo nas assistenciais, decorrente da retração do mercado industrial e mais recentemente do setor de serviços consequência da crise estrutural do capital, além da expansão do trabalho em domicílio, oportunizada pela desconcentração do processo produtivo, pela introdução da telemática, do aumento da flexibilização do trabalho, da horizontalização do capital produtivo e da necessidade da

contemplação a um mercado mais individualizado, o *Home-Office* vem presenciando sua expansão em todo o mundo (ANTUNES, 2009).

3.1 OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS COMO SUSTENTAÇÃO TEÓRICA DAS NOVAS FORMAS DO TRABALHO

A perspectiva pós-moderna, aqui denominada de ideários pós-modernos, representam determinadas e recentes produções a cerca da realidade concreta contemporânea. Para Lavoura (2016), a agenda pós-moderna, gestada com maior veemência a partir dos anos 1970³³, compreende uma vasta gama de correntes de pensamentos (pós-estruturalismo, o neopragmatismo, o multiculturalismo, o construcionismo social e o pós-colonialismo, entre outras) em que se assemelham no conteúdo de seus respectivos anúncios.

Segundo, a síntese produzida por Sanfelice (2009) sobre a produção teórica “*A condição pós-moderna*” de Jean-François Lyotard, o desabrochamento da pós-modernidade estaria relacionada ao aparecimento da suposta sociedade pós-industrial, onde o conhecimento se efetivaria como principal força produtiva, mesmo com a perda de suas legitimações tradicionais e, portanto, a ciência enquanto mais um jogo de linguagem, não poderia reivindicar o privilégio sobre as demais manifestações de saberes, como única fonte de verdade em relação ao conhecimento comum.

O alarde em torno do que seria o fim da era moderna é, a nosso modo de ver, uma face da mistificação ideológica do capital, ou seja, o pós-modernismo não inaugura uma nova era, uma nova sociedade (pós-industrial, pós-classista, descentrada, indeterminada, etc.), mas sim constitui as próprias expressões da modernidade na atual fase de acumulação e expansão do capitalismo. Dito de outro modo, compreendemos que a chamada sociedade pós-moderna não existe, uma vez que a humanidade segue vivendo sob a ordem capitalista e, portanto, sob a era moderna. O que existe é o chamado pós-modernismo enquanto expressão ideocultural da atual fase do capitalismo, ou seja, enquanto uma expressão contemporânea da decadência ideológica burguesa (VALENTINI, 2021, p. 476).

Corroborando, Lavoura (2016) defende a posição que, a confluência de diversos fatores possibilitou o êxito da ofensiva capitalista, restaurando o poder do grande capital no seio social, portanto, continuamos a reproduzir a sociedade moderna burguesa, uma sociedade que, alicerça-se na “produção e reprodução das relações sociais a partir da produção material das condições de vida social, produção essa fundada na exploração do trabalho pelo capital,

³³ Corroboramos, com Lavoura (2016) quando afirma que os germes dessa perspectiva teórica não florescem, historicamente, na década de 70, já que seu eclético substrato teórico bem como suas linhagens intelectuais antecede o estado de tempo que elas encenam.

contendo contradições e limites em suas estrutura e dinâmica” (LAVOURA, 2016, p. 202).

Contraditoriamente, os ideários pós-modernos, propagam a ruptura com o conceito moderno de conhecimento, ou seja, demarcam uma posição cética, tendo por objetivo combater a ciência moderna e, por consequência, a racionalidade científica, como método de explicação do real, além de refutar as metanarrativas, enquanto formas de compreensão sobre a realidade social, assumindo como única possibilidade a perpetuação do capitalismo, já que o mesmo é o modelo sociometabólico mais avançado ao longo da história humana (LOVOURA, 2016).

Já Duarte (2009), sinaliza que os autores dessa corrente de pensamento, anunciaram diferentes mortes em seus postulados teóricos, para além das metanarrativas, da razão e da ciência moderna, também demarcam o óbito da História, da arte, da filosofia, da política (substituída pelo embate cotidiano aos poderes difusos) e, por fim, a falência do sujeito moderno, estruturado a partir de um núcleo, uma essência racional, uma definição pessoal (identidade), substituindo-os por indivíduos (pós-modernos) fragmentados, divididos em papéis múltiplos e efêmeros³⁴, estando essa identificação em constante dissolução no movimento caótico de uma realidade sociocultural desprovida de centro, desagregada e irracional.

Entretanto, essa ruptura segundo Duarte (2009) se caracteriza como um blefe, já que os ideários pós-modernos objetivam levar a cabo as últimas consequências às perspectivas irracionais do pensamento burguês desde o século XIX e que se acentuaram durante o transcorrer do século XX. Para Duarte (2009) e Lavoura (2016), o pensamento pós-moderno, produto cultural da sociedade capitalista, se trata de uma ideologia que, desconsidera o que há de humanizador no modelo social burguês historicamente produzido, se entregando veementemente ao culto do irracionalismo, do ceticismo e do cinismo contido nos atuais postulados da pós-modernidade. Nesses termos, Duarte (2009, p. 223) afirma que:

Para ele [o pensamento pós-moderno] não se trata apenas da crítica à concepção burguesa de progresso, mas de rejeitar a própria ideia de progresso; não se trata apenas da crítica à visão burguesa de ciência, mas de negar a própria possibilidade de conhecermos cientificamente a realidade social e natural; não se trata apenas da

³⁴ Duarte (2009), balizado pelos escritos da autora pós-moderna Rosenau onde trata de uma distinção entre os pós-modernos céticos e os pós-modernos afirmativos, afirma que o pensamento pós-moderno, que visa combater o sujeito moderno devotado ao trabalho, racional, disciplinado, planejado e responsável, além de ser adepto aos projetos políticos e ideológicos, favorável à coletividade e possuidor de identidade própria, propõe substituir pelo sujeito pós-moderno, sem identidade pessoal marcante, fragmentado, sem pontos de referência fixos e tolerante interessado na livre expressão, na dispersão e na diversidade, configuram esse “novo sujeito” que no entendimento de Duarte, na verdade perpetua o fetichismo da individualidade, tornando-o sua expressão mais radical e a rendição à alienação individualiza

crítica à concepção burguesa de ser humano, mas de rejeitar toda e qualquer forma de humanismo; não se trata apenas da crítica à forma burguesa de educação escolar, mas de implodir a escola por meio da negação da existência de um conhecimento objetivo a ser transmitido, da negação da autoridade do professor e da negação da intencionalidade do ato educativo.

Ao aprofundar suas análises sobre as teses pós-modernas, Lavoura (2016) associa a três importantes marcos históricos para ascensão dos ideários pós-modernos na contemporaneidade. Para o autor, o esgotamento do sistema taylorista/fordista de produção que afetou, simultaneamente, os países centrais, exigindo uma reestruturação produtiva como resposta estratégica para manutenção do sistema do capital, associado à substituição do modelo de Estado de bem-estar social, pelo Estado mínimo Neoliberal que, empregou políticas de equilíbrio fiscal (por meio de reformas), privatizações e desregulamentação do mercado, elevou o status de centralidade às políticas econômico-sociais e, por fim, a confluência de Maio de 1968, acontecimento de cunho cultural, destinado a questionar diferentes causas (morais, subordinação feminina, guerra/armamentos nucleares, ecológicos), tinha como denominador comum além da inclinação à esquerda, a “rejeição aos valores tradicionais e hegemônicos daquela época, foi acompanhada por um forte apelo ao *ilimitado desejo individual*” (LAVOURA, 2016, p. 201, grifos do autor), forjaram o ambiente propício para o alavancamento dos ideários pós-modernos na contemporaneidade.

É nessa conjuntura histórica, que os ideários pós-modernos ganham adeptos e formulação teórica robustas, balizadas centralmente na crítica retórica a modernidade estabelecida, utilizada com grande sucesso, na ofensiva do capital sobre o *Trabalho*, portanto:

[...] as teorizações pós-modernas se configuram como uma ideologia. Poderíamos dizer: a pós-modernidade não existe. O que existe é o pós-modernismo, enquanto ideologia funcional à sociedade burguesa e, portanto, em hipótese alguma tal pós-modernismo está associado à chegada histórica da humanidade a uma nova sociabilidade no mundo contemporâneo. (LAVOURA, 2016, p. 202).

Portanto, os ideários pós-modernos ao efetivarem a “atualização massiva” de pautas no cenário social, como as questões raciais e de sexualidade que, atualmente, não podem ser desconsideradas pela sociedade, foi à mesma vertente que efetivou a recusa pelas visões de mundo, das metanarrativas, rendendo-se explicitamente ou não, ao sistema capitalista (MEDEIROS, 2021).

Neste sentido, os ideários pós-modernos objetivam alterar o conteúdo e os elementos teóricos de explicação do real. Segundo Lyotard (2009), as teses pós-modernas enfatizam os fatos de linguagem, priorizando seu caráter pragmático, decompondo, por consequência, os

grandes relatos³⁵, buscando o deslocamento das coletividades sociais para trazer à tona a massa de átomos individuais, para isso, os ideários pós-modernos, se preocupam em desestabilizar a ideia de racionalidade moderna, ao proporem a troca da metalinguagem pela pluralidade de sistemas formais e axiomáticos, ou ainda, nas palavras do autor “a ciência pós-moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz, não o conhecido, mas o desconhecido” (LYOTARD, 2009, p. 108).

Universaliza-se, portanto, a naturalização do irracionalismo no cenário contemporâneo, Panassi (2009) apoiada nos escritos de Lukács, afirma que no período da guerra fria é desnuda a linha interposta entre os apologéticos ideais democráticos do liberalismo e os métodos irracionais fascistas de intervir social e economicamente que, historicamente se alternavam para readequar os efeitos devastadores das crises cíclicas do sistema sociometabólico, com vista a garantir a reprodução do capital.

Contudo, ao avançar em sua explanação a autora, alicerçada no trabalho crítico de Mézáros em relação ao capital, desmitifica toda ilusão positiva que se origine do modelo sociometabólico do capital, confrontando-o com a essência evolutiva inerente desse sistema, manifestada concretamente pela apresentação totalitária, antiontológica e destrutiva (PASSINI, 2009). Na especificidade dos trabalhadores que se inserem nesse sistema, a autora afirma que:

De fato, o destino da classe trabalhadora assim constituída está inextricavelmente associado ao sistema sociometabólico e hierárquico do capital, que, além de lhe negar a condição de sujeito da história, ainda reforça a sua sociabilidade deformada, reificada e alienada. Isso significa que, nesse sistema, os trabalhadores, além da exploração material a que são submetidos, recebem pronta uma sociabilidade a qual devem se sujeitar para viver e se organizar enquanto *classe para o capital* (PASSINI, 2009, p. 33, grifos do autor).

Nesses termos, o que se tem estabelecido historicamente pelo sistema do capital, bem como pelos irracionismos (pós-modernos) inerentes ao modelo, é a efetivação do agravamento das condições de sociabilidade/sobrevivência da classe trabalhadora no transcorrer da história capitalista, produzindo um longo percurso de crescente exploração e desumanização desses trabalhadores que, não conseguem vislumbrar uma alternativa concreta ao sistema hegemonicamente constituído pelo capital, bem como, para seus nefastos impactos

³⁵ Subintenda-se a partir do pensamento pós-moderno, a impossibilidade de compreensão do caráter totalitário e, por consequência, o entendimento da realidade social em si, produzindo a incapacidade de se obter respostas aos fatos sociais no transcorrer histórico da humanidade, já que todos os acontecimentos são retirados de seu contexto orgânico e refletidos em isolamento (VALENTINI, 2021).

nos diferentes âmbitos da sociabilidade humana.

Valentini (2021), balizada pelos pensamentos de Lukács afirma que, a partir do conceito de decadência ideológica burguesa, podemos compreender a manifestação do racionalismo (analítico-formal) ou do irracionalismo no ambiente capitalista, já que a hegemonização dessas “expressões” é balizada pelo momento sociohistórico em que a produção capitalista estiver passando, assim, em momentos de relativa estabilidade a classe burguesa irá fazer uso do vetor manipulatório do racionalismo para a conservação do sistema do capital, bem como em tempos de crise – como o atual, cenário de crise estrutural – marcados pelas tensões sociais, as manifestações teóricas irracionalistas obtém respaldo social, possibilitando, por consequência, a manutenção da ordem burguesa. De modo geral, para a autora, ambas as expressões do pensamento burguês, funcionam para impedir o avanço da consciência e da luta dos trabalhadores para a ruptura com a ordem capitalista, já que é interesse da classe burguesa negar toda e qualquer alternativa ao modelo do capital (VALENTINI, 2021).

É dentro dessa perspectiva contemporânea, que o capital, através de seus novos discursos, vem paulatinamente, afirmando que apesar das inúmeras dificuldades encontradas no atual momento, o amanhã se efetivará com prosperidade e progresso a todos, não tendo outra saída possível para a humanidade. Nas palavras de Passini (2009), ampara-se no pensamento da ideologia única que, essencialmente, tem investido contra o trabalho, resultando na perda dos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores em luta e, que, agora são substituídos por reformas extremamente necessárias. Ou seja, na ordem do dia, do sistema sem antagonista e descontrolado, promove-se uma democracia burguesa falida e uma normalidade – que na verdade é uma pseudonormalidade – materializada pelo desemprego, miséria, exploração, opressões, devastamento ambiental, inúmeros tipos de violência, entre outras manifestações que antes de tudo são expressões da crise estrutural do sistema do capital, travestidas de cruéis e absurdas formas de irracionalismo (PASSINI, 2009).

Tais características, relativizadas nos discursos pós-modernos da década 80, preferindo-se adotar nas narrativas a ideia de “adeus à classe trabalhadora”, balizando suas teses a partir do reposicionamento de conceitos, categorias e métodos de análise que apontavam para uma alteração em especial no cenário do mundo do trabalho: a tendência que automação (microeletrônica) tornaria marginal/abolir o trabalho humano na cadeia produtiva material, além da alteração do conteúdo e, por consequência, na racionalidade no setor de serviços (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2020). Para os autores, essa constatação situacional do mundo trabalho à época, colocou na mudança tecnológica um papel proeminente e

inalterável, já que se estabeleceu uma relação causal entre a perda de importância do trabalho na produção da riqueza e a contrariedade de refazer os padrões estáveis de regulamentação sobre o emprego, ou seja, uma determinação puramente técnica e não política e social (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2020).

Diferentemente, do recente novo adeus à classe trabalhadora do século XXI, que se utiliza da mesma base argumentativa do período anterior, entretanto, apresenta uma nova característica: a ênfase ao suposto declínio estrutural do trabalho assalariado e a não viabilidade de reconstrução dos padrões regulamentários legais do emprego, por assim dizer, camufla-se a ideia de fim do trabalho, em prol do realce no surgimento das novas formas de organização do mundo do trabalho, impossibilita-se as regulamentações baseadas, por exemplo, nas noções de empregador/patrão e empregado/trabalhador, portanto, a natureza dessa mudança seria política e social, preconizando, por exemplo, o atendimento das pautas reivindicatórias do setor privado sobre os anacronismos da regulamentação protetiva do trabalho moderno (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2020).

Percebe-se, que é na esfera laboral onde os ideários pós-modernos inserem concepções compatíveis de trabalho, com vistas a responder a infundável necessidade de manutenção do acúmulo do capital contemporâneo. Para Appel-Silva e Biehl (2006), essa contemporização do mundo do trabalho, foi praticada como forma de propiciar às reestruturações tão necessárias a manutenção da ordem capitalista, gerando como resultado o trabalho flexível, dotado de culto as lideranças nas equipes de trabalho, bem como a maior responsabilidade e controle sobre o labor, visando o respeito às metas produtivas e rentistas.

É sob os contornos racionalidade neoliberal, que essa realidade do mundo do trabalho se alicerça, já que alimenta subjetivamente os ideais da inevitabilidade das mudanças legais (regulamentação e privatização de serviços), ao mesmo passo que, fomenta uma nova racionalidade empreendedora, onde propaga o pensamento que todos devem agir e refletir como se fossem empresas, legitimando, por exemplo, que as novas possibilidades de trabalho não podem estar presas ao direito do trabalho (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2020).

Compatível, com o cenário apresentado pela racionalidade neoliberal, observa-se a disseminação em massa do uso e da crescente dependência aos aplicativos e plataformas digitais no mercado de trabalho contemporâneo. Para Filgueiras e Cavalcanti (2020), esse cenário atual do trabalho, a partir dessas ferramentas, tem como resultados a negação da natureza assalariada da relação empresa e trabalhadores, como também o próprio rótulo “laboral” dessa relação, já que imputa aos trabalhadores a posição de clientes dessas empresas tecnológicas.

Já Abílio (2020) afirma que as relações impostas pelos aplicativos, planejam alterar o discurso sobre seus vínculos, às próprias empresas com a Uber se apresenta como mediadora da oferta e da procura e não como contratante de motoristas, entretanto detêm o controle sobre a distribuição do trabalho, a gerência do mesmo, o estímulo da produtividade, a definição do valor, bem como, é a responsável pelo acesso e retirada dos seus parceiros na plataforma.

Da mesma maneira, a falsa percepção de liberdade, bastante ecoada nos discursos empresariais e na narrativa da lógica empreendedora contemporânea, propiciada pela inserção dos “novos” processos do mundo trabalho, legitimou, por consequência, o acobertamento de mudanças no perfil do trabalhador recrutado pelo moderno ambiente laboral, caracterizando esse novo profissional a partir de “uma postura maleável, ágil, aberta a mudanças em curto prazo e passível de assumir riscos, além de maior capacitação, principalmente tecnológica” (FERRER, 1998 apud APPEL-SILVA; BIEHL, 2006, p. 523).

[...] Proponho, portanto, um distanciamento crítico da definição de empreendedorismo para uma definição que evidencie que o que está em jogo nada mais é do que uma transferência para o próprio trabalhador da determinação – essencialmente subordinada – dos meios/estratégias/conhecimentos que permitem a permanência em uma atividade na qual nada está garantido. [...] o autogerenciamento é elemento estruturante de suas vidas e precede o que hoje possamos definir como políticas neoliberais ou inovações tecnológicas [...]. Entretanto, a grande novidade é que esse modo de vida, nessa condição, passa a ser subsumido, controlado, mapeado, gerenciado e monopolizado. Estratégias de vida hoje tornam-se dados processados e utilizados para o aumento da produtividade do próprio trabalhador que as engendra, e da multidão de trabalhador como um todo; estratégias de vida hoje tornam-se informações que serão administradas por empresas as quais detêm os meios de se apropriar delas de modo privado e tiranicamente utilizá-las como parte do gerenciamento e controle do trabalho (ABÍLIO, 2020, p. 123-124).

Para tanto, a racionalidade empregada atualmente, tem por incumbência, justamente a relativização, ou ainda o encobrimento das relações de trabalho, agora modernizadas, flexibilizadas, dinâmicas e, que, visa esconder a intensificação da exploração da classe trabalhadora, a precarização inerentes às novas de trabalho, conectadas, em última instância na subsunção do trabalho ao capital. Com resultantes desse recente processo temos:

Para os trabalhadores, é mais difícil construir identidades e se engajar em ações coletivas. Para as empresas, ajuda cortar custos (contornam direitos trabalhistas, usam de gestão flexível etc.) e a aumentar a produtividade (via ampliação da intensidade de trabalho para obter renda minimamente adequada ou diminuição da probabilidade de greves etc.). o efeito ideológico é tão forte que muitas vezes os trabalhadores sequer se reconhecem como parte da produção e incorporam, por uma escolha mediada desde o início pela coerção da sobrevivência, a figura do autônomo. (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2020).

Portanto, a era do trabalho flexível promove intensas mudanças na subjetividade da classe trabalhadora, alterando esse sujeito trabalhador em prol da perpetuação da acumulação capitalista, só que dotada de nova modelagem. Appel-Silva e Biehl (2006) norteadas pelo pensamento de Ricardo Antunes diferenciam que o sujeito moderno, tinha como premissa a interiorização dos valores regados pelo paradigma da ordem, da hierarquia, da eficiência e organização no trabalho, alterado, atualmente pelas ideias pós-modernas que pregoam o caos como paradigma, passando a focalizar os resultados e eficiência a qualquer custo dentro do âmbito laboral, estruturando-se a partir de concepções, ideais contraditórios como, por exemplo, demandar trabalhadores maleáveis e exigir alta dedicação, apego e envolvimento ao trabalho desempenhado por esse indivíduo. Em outras palavras, vista a camisa satisfatoriamente, ou flerte com o risco de demissão por não ser apto ao labor requisitado.

É nessa linha de raciocínio, que a classe burguesa, ao se utilizar das prerrogativas pós-modernas gozam do uso desenfreado da banalização do medo em relação ao desemprego estrutural. Essa manifestação do medo, do insucesso ou ainda da incapacidade de obter um emprego na era contemporânea, representa a lógica ideológica da subjetividade que os ideários pós-modernos utilizam em sua prática para explicar o caos, a imprevisibilidade do cenário capitalista globalizado. Assim, termos/conceitos como sucesso pessoal, liberdade, autonomia deslocam a explicação do contexto para o indivíduo, ao fazer esse movimento o que se promove na esfera profissional é a tendência de autonomização do indivíduo, onde os sujeitos sejam responsabilizados pelo seu próprio emprego-desemprego, sucesso-fracasso e inclusão-exclusão social, percebendo-se em contínuo risco (APPEL-SILVA; BIEHL, 2006), que de modo geral, representa a intensificação do trabalho no âmbito subjetivo dos trabalhadores, recaído sobre esses, a inclusão dos riscos e custos perante o trabalho, assim:

Nas últimas décadas, ficou claro que também era possível transferir parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador – um gerenciamento subordinado, permanentemente entrelaçado com as ameaças da concorrência e do desemprego. Dessa maneira, a transferência para o próprio trabalhador da administração de seu trabalho, de custos e de riscos não significa perda de controle sobre sua produção, ao contrário. Estabelecem-se novos mecanismos simultaneamente brutais e fluidos, como metas, bonificações, participações nos lucros e resultados, que possibilitam delegar ao trabalhador o gerenciamento de sua própria produtividade – papael que ele cumpre bem, como evidenciam formas toyotistas de organização do trabalho, as quais têm, em seu cerne, o engajamento emocional, subjetivo, do trabalhador, estabelecendo novas formas de apropriação e utilização de seu conhecimento (ABÍLIO, 2020, p. 114).

Essas constatações se materializam em uma dura realidade para os que vivem do seu trabalho, que convivem, atualmente, com a recente marcha posta em prática pela indústria 4.0

no sistema do capital. Os conjuntos de proposições tecnológicas, oriundas da Alemanha, tinham por objetivo atender economicamente, cientificamente e tecnologicamente as reações provocadas pelas alterações do mercado mundial, onde emergiu como resposta, as plataformas que, mesclam tecnologias de produção e agenda/medidas para a correta implementação da indústria 4.0 no setor produtivo (PINTO, 2020). Para tanto, o autor relata a intenção do governo alemão ao incentivar o desenvolvimento de um modelo de alta tecnologia por meio do Ministério de Educação e Pesquisa, partia da premissa de:

[...] desenvolver estratégias para competir globalmente por meio da combinação entre conhecimento avançado em manufatura e uso de tecnologias de informação (TI). De maneira geral, a proposta alemã de Indústria 4.0 tem como horizonte a criação de fábricas “inteligentes” (*smart factories*), constituídas por sistemas ciberfísicos com alto nível de autorregulação. Um elemento presente nesse processo, sem dúvida, é a criação de novas e mais abrangentes formas de automação do trabalho humano (tanto manual quanto intelectual). Mas uma novidade importante é a denominada internet das coisas (IoT, iniciais de *internet of things*), pela qual se permite uma conexão em rede entre diferentes máquinas e componentes, para além da comunicação entre os/as próprios/as trabalhadores/as por meio de tais equipamentos. A isso, somam-se propostas de integração das estruturas de TI nas empresas, visando à coleta, organização e análise de dados dos processos de produção em tempo virtualmente real, provendo as gerências de um poder muito maior de controle. Como parte dessa nova maquinaria estão sistemas de assistência (*assistance systems*), que permite que equipamentos como tablets, assim como óculos de realidade aumentada, relógios, luvas e outros dispositivos dotados de processamento computacional e conexão à internet (*smartwatches*, *smartgloves* etc.) forneçam informações aos/às trabalhadores/as durante as jornadas e, pela visão inversa, dados sobre seu trabalho às gerências (PINTO, 2020, p. 198-199, grifos do autor).

Portanto, na opinião do autor a Indústria 4.0 radicalizou os princípios da *lean manufacturing*, a partir de características como a: “redução dos estoques [...]; a extração, acumulação e processamento de dados [...]; o elevado nível de controle e vigilância, ora aperfeiçoados pela digitalização dos processos [...], pela IoT, pela IA e pelo *big data*, provendo as gerências de previsibilidade” (PINTO, 2020, p. 214, grifos do autor).

Na mesma linha de raciocínio, Gonsales (2020) aponta que, a Indústria 4.0 a partir do emprego de tecnologias inovadoras (nanotecnologia, plataformas digitais, inteligência artificial, robótica, IoT) representam um salto qualitativo na capacidade de organizar e controlar o trabalho, propiciando aos capitalistas, maior apropriação tanto de mais-valor absoluto, como também do relativo.

Para o autor, apoderamento da tecnologia pelas relações hegemonicamente estabelecidas, como instrumento de inovação no mundo do trabalho atual, se configura como um processo contínuo de destruição criativa, já que o capital necessita para sua expansão, conquistar novos mercados e/ou acentuar a exploração dos antigos mercados, por meio da

intensificação do trabalho utilizado no ambiente laboral (GONSALES, 2020).

A partir dessa perspectiva, compreendemos que a implementação da Indústria 4.0 tem efetivado a continuação da lógica de subsunção do trabalho perante o capital, perspectivando dar resposta ao cenário de fratura no sistema de acumulação, que desde 2007 não consegue sair, efetivamente, de mais uma crise do modelo sociometabólico capitalista. Para tanto, ao contrário que os teóricos pós-modernos propagam em suas teses que a classe trabalhadora estaria com seu destino fadado a extinção, a nova “alternativa organizacional” da Indústria 4.0 idolatrada pelo caráter inovador de seus processos, demanda à classe que vive do trabalho:

[...] por um lado é certo que uma força de trabalho polivalente e com conhecimentos de informática será mais requerida, por outro lado há deslocamentos de funções e alterações de qualificação que podem decorrer do simples fato de que a maquinaria adotada ultrapassa largamente a capacidade humana, impondo inexoravelmente uma liquidação de postos de trabalho, ainda que o preço da força de trabalho caia abaixo do valor mínimo necessário à reprodução daquele/a que a detém, ou seja, o/a próprio/a trabalhador/a. (PINTO, 2020, p. 215).

Na realidade concreta, essa racionalidade burguesa tem exercido a extinção de postos de trabalho estáveis, balizados por relações trabalhistas mais rígidas e que ofertam aos trabalhadores estabilidade, plano de carreira, gozo a benefícios (plano de saúde, vales, férias, 13º salário, etc.), substituídos, progressivamente, por trabalhos mais flexíveis, sem acesso a benefícios e direitos sobre o trabalho, bem como a promoção de novas formas de trabalho a partir das tecnologias. Para Pinto (2020), o que se observa atualmente é a concomitante desova de trabalhadores das fábricas, enquanto promove-se a expansão do desassalariamento, ou ainda, distintas formas de disfarçar o assalariamento do trabalho no setor de serviços, a partir do uso dos aplicativos para concretizar relações de trabalho instáveis e precárias.

Contudo, essa metamorfose dos postos de trabalho se alimenta de um vasto movimento de reformas, operacionalizadas pelos Estados, possuindo o caráter político-jurídico nessas medidas, que intentam à (des) regulmanetação das relações trabalhistas³⁶ e, por consequência, facilitam a superexploração do trabalho, por meio das privatizações, das terceirizações e da capilarização dos trabalhos temporários, portanto, o que se propõe é a reestruturação da gestão pública, adequada agora aos novos tempos, balizada pela lógica da mercadorização dos serviços/benefícios vindos do Estado (PREVITALI; FAGIANI, 2020).

Abílio (2020), classifica como desafio atual, a compreensão das plataformas digitais,

³⁶ É válido relatar que no Brasil, essa lógica pode ser exemplificada mais recentemente, pela lei nº 13.467 de 2017, onde se alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e permitiu a terceirização e flexibilização nas atividades-meio e atividades-fins do país. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=14/07/2017>.

dos algoritmos, inteligência artificial, dos *startups* que em via de regra, promovem uma “materialidade bizarra” nas relações de trabalho de certos setores de trabalhadores no século XXI, inovando na roupagem da moeda capitalista da exploração, enquanto de um lado se apresenta o desenvolvimento tecnológico e do outro, prolifera a degradação do trabalho. Nessa perspectiva, é normal que jovens trabalhadores (desempregados) se submetem aos aplicativos de entregas, pedalarem por 50 quilômetros por dia, durante jornadas de 12 horas, para obter uma remuneração de um salário mínimo, assim, consolida-se o perfil de “parceiros” modernos, ou seja, trabalhadores *just-in-time*³⁷ (ABÍLIO, 2020).

Previtali e Fagiani (2020), apoiados novamente em Ricardo Antunes afirmam que, as atuais relações sociais, legitimadas sob o capital, obstruem o potencial tecnológico em sua perspectiva humanizante, ou seja, os avanços das novas tecnologias possuem caráter seletivo, tendo como premissa o maior controle do capital sob o trabalho, acarretando na perda de autonomia sobre os meios e fins dessa atividade humana e, por conseguinte, leva a classe trabalhadora, a progressiva degradação da vida.

Para tanto, as recentes formas da reprodução laboral como, por exemplo, o *Crowdsourcing*³⁸ e a uberização, reafirmam adesão aos modelos de trabalho que perderam as suas formas socialmente reguladas e estabelecidas e que, forneciam ao trabalho sua concretude, assim, esvaziado de sentido, esmigalha-se também a identidade profissional desses trabalhadores, restando, apenas na sua prática, a requerida malabilidade que, se traduz em exponencial exploração aos sujeitos que vivem de seu trabalho, seja na forma de engajamento, seja nas lógicas de remuneração e avaliações, como também, na organização da concorrência, instrumento pétreo de controle sobre o trabalho³⁹ (ABÍLIO, 2020).

Portanto, a Indústria 4.0 associada aos novos contornos legais provenientes do Estado ratifica a ânsia da manutenção da lógica do capital em tempos de crise estrutural do sistema.

³⁷ Salienta-se que o processo de uberização do trabalho, não se limita apenas aos trabalhos de entregas de produtos ou motoristas de corridas, avançando também no Brasil em profissões como, por exemplo, camioneiros, esteticistas, operários da construção civil, setor de limpeza, babás, manicures, advogados, médicos, professores, que utilizam-se de aplicativos, possibilitando, por consequência a uberização de seu trabalho nas plataformas digitais (ABÍLIO, 2020).

³⁸ Franco e Ferraz (2019) baseiam a caracterização do termo “*Crowdsourcing*” em Jeff Howe, onde vinculam ao trabalho do tipo “*Crowdwork*”, ou ainda trabalho da multidão, interligado ao sistema produtivo, que pode ou não estar diretamente concetado ao processo de valorização. Essa modalidade, se destina a caracterizar o tipo de trabalho em que a função, usualmente poderia ser desempenhada por um trabalhador (ou pequeno grupo), é descentralizada e, passa a ser realizada uma oferta para que o serviço seja confeccionado por uma ampla quantidade de indivíduos que, ficam responsáveis por uma pequena parte da tarefa.

³⁹ Corroborando, Previtali e Fagiani (2020) tratam que os jovens atualmente manifestam de maneira singular essa nova realidade contraditória, já que são forjados e aprendem a serem mais adaptáveis ao uso das tecnologias digitais, mais interativos, competitivos e serem empreendedores de si mesmos, além disso, são duramente impactados na sua subjetividade que, resulta em sentimentos como inseguranças, injustiça, falta de reconhecimento profissional, entre outros.

Nesse sentido, Previtali e Fagiani (2020) afirmam que o teletrabalho⁴⁰ refere-se ao novo patamar de exploração sobre a atividade laborativa, ou seja, do novo estágio de subsunção do trabalho ao capital, impactando os trabalhadores de todos os níveis de escolaridade (do ensino básico ao superior). Portanto, o que se observa na realidade concreta contemporânea, é o equívoco de tratar do fim do trabalho, ou ainda, do fim da classe trabalhadora sob ação direta das tecnologias digitais, já que alteração perceptível no mundo do trabalho se apresenta no processo de desaparecimento dos vínculos de assalariamento, das relações mais formais de trabalho, que dialoga com a necessidade de intensificar a exploração da atividade laboral, já fetichizada e alienada no interior das relações capitalistas.

Todas essas alterações da classe trabalhadora, bem como as metamorfoses e tendências que demarcam o atual mundo do trabalho, se associam na materialidade concreta do mercado de trabalho contemporâneo, marcado pela crise estrutural do sistema do capital. Mundo do Trabalho, Mercado de Trabalho e Campo de Trabalho, passam a ser um movimento dialeticamente estabelecido, mediado por teorias e práticas sociais. Para Nozaki (2005, p. 11), “o mercado de trabalho torna-se uma noção ideológica que visa a adaptar o trabalhador às condições de maior precariedade, servindo aos interesses do capital, que depende da intensificação da exploração do trabalho para continuar se reproduzindo”.

Concebido pelas relações fetichizadas do capitalismo recente, o mercado de trabalho tem controlado os destinos dos que necessitam vender a sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência diária. Assim, o controle do mercado de trabalho não tem se limitado ao acesso as mercadorias produzidas e, sim garantir as condições básicas para a autoreprodução num contexto de desemprego estrutural, obrigando os trabalhadores modernos a submissão aos ditames do mercado de trabalho e, que justifica, por exemplo, a angústia da busca constante do desenvolvimento de competências individuais, como forma de superar a crise, que é estrutural e global nos marcos do sistema do capital (NOZAKI, 2005).

Ao submeterem-se as “regras” do mercado de trabalho, por conseguinte, ao sistema do capital que se utiliza da exploração do *Trabalho* como meio de perpetuar sua expansão, resta aos trabalhadores a escolha/adaptação aos melhores campos de trabalho que se inserem nesse grande mercado, onde a expressão laboral hegemônica se configura estranhada e alienada e progressivamente mais explorada pelos atuais modelos de racionalização do *Trabalho*.

⁴⁰ Compreendemos que são as novas manifestações de trabalho na era tecnológica, incluindo o trabalho por aplicativos e plataformas, trabalhos informais, intermitentes, entre outros.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA SUBSUNÇÃO AO CAPITAL

A partir das novas relações estabelecidas pelo sistema do capital no mundo do trabalho contemporâneo, o campo de trabalho em Educação Física acompanhou o movimento de mudanças que, influenciaram tanto a composição da área de atuação dos profissionais desse segmento, quanto o conteúdo e a forma do trabalho em Educação Física.

Essas constatações são provenientes da atual configuração da engrenagem capitalista que gerencia a crise estrutural, ao mesmo tempo em que coloca em confronto o Trabalho e o capital. Nesse sentido, Nozaki (2005) delimita que o mundo do trabalho, a partir dos seus aspectos centrais e estruturais, reflexos dessa relação (capital x trabalho), direciona a formatação do mercado, bem como dos campos de trabalho, ou seja, o mundo do trabalho se efetiva enquanto um “local” onde as relações entre as classes sociais (capitalistas x trabalhadores) historicamente tem subsumido o trabalho as necessidades do capital, mediando à crise estrutural e que, por consequência, acarreta em crises particulares, sustentadas pela precarização do Trabalho Abstrato.

Como desdobramento do mundo trabalho, o mercado de trabalho torna-se uma impressão ideológica, objetivando adaptar o trabalhador às condições mais favoráveis à exploração de sua força de trabalho, portanto, o mercado de trabalho funciona como um referencial da venda da força de trabalho, cabendo, a classe trabalhadora, nessa perspectiva a procura pelos melhores nichos de mercado, resultando como produto, a reprodução de sua própria força de trabalho para o capital (NOZAKI, 2005). É nesse sentido, que atualmente o parâmetro utilizado no contexto contemporâneo aos trabalhadores, é a lógica da empregabilidade, conciliável com o cenário de desemprego estrutural, alta rotatividade, crescente precarização e exploração do Trabalho Abstrato.

Toda essa cadeia se materializa nos contornos impostos aos campos de trabalho que surgem e cessam ao longo do tempo, para Nozaki (2005) esse termo se retringe aos locais/espacos de trabalho, referindo também a ocupação e o modo de atuação nesses locais dos professores, no caso da Educação Física. É, a partir desse percurso que se efetivam toda mudança no Trabalho, com vistas a adequá-lo ao imperativo do mercado e, na especificidade da Educação Física tem efetuado intensas modificações no seu mercado de trabalho e, por conseguinte, na formação profissional preconizada pelo atual contexto produtivo.

Contudo, faz-se necessário para este estudo, contextualizarmos o campo de trabalho da Educação Física, sob o prisma das mudanças das últimas décadas, em especial, das mudanças

ocorridas do sistema Taylorista/Fordista para o Toyotista. Iniciaremos nossa discussão a partir de duas obras, que entendemos ser importantes para o entendimento, a priori de como se apresenta, hoje, as implicações para o campo de trabalho da Educação Física a partir das metamorfoses do mundo do trabalho promovidas pelos ideários pós-modernos. Trata-se de Nozak (2004) e D'Agostini e Tilton (2015).

Através da reconstituição histórica realizada por Nozaki (2004) em relação ao campo da Educação Física que, mediada pelo conflito entre o capital e o trabalho, podemos dizer que inicialmente para o século XVIII e XIX no continente europeu, a Educação Física assume uma visão biologicista e naturalizante da recente constituição social, a saber, capitalista. Dessa maneira, a Educação Física passa a atuar, principalmente, através da ginástica, como instrumento de disciplinamento e regulação dos gestos e atitudes, ou ainda, criação do novo sujeito, adequado à manutenção da ordem capitalista.

No Brasil, a Educação Física toma corpo a partir dos anos 1930, marcando presença nas políticas educacionais, tendo como premissas os mesmos ideais higienistas e biologicistas europeus, além de assumir a perspectiva da eugenia da raça brasileira, subordinando-se, através do âmbito escolar, à implantação do sistema do capital no país (NOZAKI, 2004). Posteriormente, a partir do final da década de 40 até os anos 70, período marcado pela guerra fria, a Educação Física assume o importante papel de ser um dos meios de propaganda política dos blocos – capitalista e comunista – por meio do sucesso esportivo em competições internacionais.

Segundo, Nozaki (2004) essa variante da área se efetivou no Brasil com vistas a divulgar o desenvolvimento do plano econômico e aliviar as tensões políticas e sociais, utilizando-se do esporte como instrumento cultural de propaganda, influenciando, por conseguinte, a identidade da Educação Física escolar, onde se hegemoniza a lógica do esporte de alto rendimento. Tal perspectiva sobre a área convergiu com o contexto socioeconômico internacional, balizado pelo cenário próspero pós-segunda guerra que, possibilitou a concretização dos Estados de Bem-Estar Social (principalmente nos países centrais).

Entretanto, com a chegada do neoliberalismo, enquanto dogma político para conter a crise do capital, promoveu-se, por consequência, um vastíssimo processo de modificações no mundo do trabalho. Com a implementação do Toyotismo, se fez necessário repensar todo o processo de formação humana compatível com a nova realidade imposta pelo mercado globalizado, recaindo, por consequência, na área específica da Educação Física.

Nozaki (2004), nos atenta que historicamente a Educação Física atendeu aos interesses hegemônicos e que no processo em curso, iniciado pós- crise Fordista, a área tem sido

considerada periférica, na formação dos trabalhadores contemporâneos, já que os mesmos devem necessariamente ampliar os conhecimentos e evoluir competências dos campos cognitivos e interacionais, durante o período de formação escolar.

Associado a esse novo cenário socioeconômico, marcado pela crescente flexibilização e intensificação do trabalho, bem como pela dinamicidade das recentes relações socioprodutivas das últimas décadas, a formação em Educação Física, curva-se, novamente aos ditames impostos pelo mundo do trabalho, fragmentando área de conhecimento entre os campos escolar (licenciatura) e não escolar (bacharelado), incentivando a formação na última formação, sob a ótica do empreendedorismo, que segundo Nozaki (2004, p. 160) se adequa perfeitamente “ao modelo de trabalhador para a sociedade do trabalho precário e do desemprego, ou seja, com vistas à formação de sua empregabilidade, a partir de competências individuais, para disputar as fatias de tal mercado”. Nesses termos, o autor ainda afirma que:

[...] se a educação física não atende de forma imediata aos anseios de compor o novo quadro de formação humana de que o capital demanda, por outro lado, atua de forma mediata, ao tornar-se um distintivo de classe, na escola, para os que podem consumi-la, perdendo centralidade para as práticas corporais do meio não-escolar, as quais compõem a ideologia da empregabilidade, pautadas no trabalho precário. Assim, a educação física se insere em um movimento de totalidade, mediada por uma contradição: ao mesmo tempo em que serve à recomposição do capital, desvaloriza-se enquanto forma de trabalho. Por outro lado, os seus trabalhadores não se tornam passivos e interagem com este processo, dividindo-se entre saídas com um corte de classe e outras de cunho corporativista, aliada à gerência da crise do capital. (NOZAKI, 2004, p. 160).

Em outras palavras, a reconfiguração colocada à Educação Física, alinhavou as fatias do mercado de trabalho⁴¹, a lógica da sociedade do trabalho precário e do desemprego contemporâneo, demandando, por consequência, aos professores de Educação Física a contração da empregabilidade, como racionalidade do mundo de trabalho, imputando aos trabalhadores a efetivação de competências individuais para a disputa dos insuficientes empregos disponíveis no mercado. Nas palavras de Nozaki (2004, p. 168-169) a sociedade capitalista baseada no plano ideológico, do fetiche à mercadorização da vida, transforma também o mercado de trabalho em:

Deus (fetichizado) que controla os destinos dos que vendem a sua própria força de

⁴¹ Corroboramos, com as reflexões propostas por D’Agostini e Titton (2015), onde definem que mercado de trabalho refere-se a maneira imediata de análise de onde e como um professor de Educação Física, vende a sua força produtiva, transformando-a em mercadoria a ser vendida no interior das relações capitalistas, por meio da prestação de serviços e ao submeter-se a essa realidade o sujeito acaba aceitando as condições de trabalho, que podem ser ou não ser apropriados ao avanço de sua atividade vital de trabalho e, menos ainda, as necessidades de reprodução humana (produção de sua subsistência).

trabalho como única mercadoria que possuem para trocar no interior da relação capital, e assim efetivar o seu meio de vida. Para a classe trabalhadora dos dias atuais, não se trata tão somente de adquirir mercadorias e tornar-se escravas delas sob o ponto de vista do seu consumo, mas, sobretudo, na sociedade do desemprego estrutural, de tentar garantir, inicialmente, condições mínimas para a reprodução da vida na forma do trabalho abstrato, escravizando-se, agora sim, aos ditames do mercado de trabalho. Isto justifica a angústia contemporânea da busca para a formação humana voltada para a empregabilidade, na perspectiva do desenvolvimento de competências individuais como saída da crise, que é estrutural e global, sob o ponto de vista do sistema capitalista de produção.

No plano concreto da sociedade brasileira, essa tendência se confirmou a partir da desobrigação do Estado em garantir a oferta de atividades que promovem a saúde da população. Para Nozaki (2015), a consequência desses reordenamento do papel estatal nos anos 1980, levou a capilarização de empresas privadas nesse setor, como as academias de ginástica durante a década de 90 que, associando-se à tradição esportiva e do lazer, delineou novos campos de atuação do professor de educação física, condensado até então no trabalho escolar. No mesmo bojo, D'Agostini e Titton (2015) chamam a atenção à forte integração das recentes práticas esportivas ao modelo produtivo do capital, influenciando as novas perspectivas de produção e apropriação das manifestações da cultura corporal, provocando, por consequência, a desarticulação e a segmentação do acesso aos bens culturais, já que coloca a população como consumidores dessas práticas corporais, reificando-as como espetáculos para o consumo.

Para Nozaki (2008), é nessa realidade que o trabalho do professor de Educação Física, vai obedecer a um duplo movimento nos seus campos de trabalho: a) verifica-se a desvalorização do magistério no âmbito geral e, nessa desvalorização, a secundarização da Educação Física, em particular, ocasionada através das demandas da formação do novo trabalhador; b) baliza-se a partir dos ideais do empreendedorismo que, o trabalhador da área deve se direcionar as possibilidades de atuar no campo das práticas corporais (não escolares), marcados pela precarização do trabalho enquanto fenômeno de gerência da crise do capital.

D'Agostini e Titton (2015), advogam que o estabelecimento desse último mercado de trabalho, alicerçado a necessidade de estar empregado, por parte da classe que vive do trabalho, operacionaliza-se com uma lógica de reserva e preservação de uma cavidade específica de mercado, estruturado pelos conselhos federal e regionais (Sistema CONFED-CREF). Para tanto, essa materialização promovida pelos pilares do capital, tem como resultado a acentuação da alienação dos trabalhadores que, por conseguinte, possibilita a reprodução das condições ideais a proliferação do capital, restringindo a área de conhecimento (Educação Física) a pautar-se nas demandas do mercado de trabalho estáveis

ou nos modismos da área, representando, assim, limites tanto na atuação profissional (autônoma e liberal), quanto à produção destrutiva da força de trabalho humano (D'AGOSTINI; TITTON, 2015).

Portanto, a atual posta em prática pelo sistema do capital⁴², destina-se em depreciar o campo da licenciatura (escolar), ao mesmo passo, que objetiva tornar o campo não escolar, ligado à formação do bacharelado, mais vistoso aos olhos dos trabalhadores, já que concretamente, esse campo de trabalho, possibilita a acentuação da intensificação da exploração da força de trabalho, visto que majoritariamente o labor nesse campo caracteriza-se por ser: precário, temporário e com pouca regulamentação. Como exemplos desse cenário, no interior do mercado de trabalho da Educação Física, Nozaki (2008) cita o ofício efetuado em colônia de férias e atividades recreativas para determinada época (trabalho temporários), o labor executado nas academias, clubes, condomínios (alta rotatividade dos professores), além do “descarte” dos professores por motivos de aparência, decorrentes do avanço da idade, não compatíveis com a ideia mercadológica pretendida.

Contudo, D'Agostini e Titton (2015) ao analisarem as propositivas legais no atual momento socio-histórico, sustentavam a prerrogativa que tais marcos legais visam perpetuar uma perspectiva de manutenção e aprofundamento das terminações do capital sobre a formação humana necessária, delimitando assim um perfil de profissional a ser formado, por meio de base epistemológica e metodológica, Soma-se a isso, uma visão feiticizada e arbitrária dos ambientes de atuação compatíveis com cada formação (licenciatura e bacharelado), desconsiderando a falta de veracidade científica que demonstre a relação entre conteúdos (no percurso formativo) e a atuação profissional, a partir da especificidade da atividade laboral desenvolvida em ambos os campos de trabalho. Por isso:

As determinações da crise do capital, que condicionam a formação profissional por um conjunto de mediações, também influenciam as relações da formação com os campos realmente existentes para atuação profissional. A precarização da formação relaciona-se também com o que ocorre de mudanças nos campos de atuação, e relaciona-se com a precarização do trabalho, sendo reconfigurado conforme as mudanças mais gerais no mundo do trabalho. (D'AGOSTINI; TITTON, 2015, p. 141).

Ao delimitar essa opção de fragmentar a formação e, por consequência, a configuração do mercado de trabalho específico da Educação Física. Revela-se a verdadeira

⁴² No entendimento de D'Agostini e Titton (2015), ao se admitir formação fora da licenciatura, desconsidera-se a docência como identidade profissional, acarretando em implicações como a desqualificação da formação, arbitrariedades no trato com o conhecimento e com as manifestações da cultura corporal, além da fragmentação entre os trabalhadores da área, com objetivo de gerar exército de reserva, segundo os campos de atuação.

justificativa dessa escolha que, está na inevitabilidade de controle do trabalho pelo capital, pois o mesmo se utiliza dessa segmentação formativa para fins de controle da força de trabalho, segundo sua inserção no mercado, por meio da diferenciação na formação, com vistas a reduzir os custos dos capitalistas que, necessitam comprar a força de trabalho (D'AGOSTINI; TITTON, 2015).

Assim, os ditames do capital contemporâneo, visam prestigiar determinado campo de trabalho (bacharelado) em detrimento de outro (licenciatura). Essa realidade específica da área da Educação Física, pode ser justificada em decorrência das características de seus campos de trabalho, já que o “campo de atuação profissional da Educação Física escolar como disciplina curricular, que garante o trabalho estável, regulamentado pelo Estado, é o ‘segmento organizado’ de trabalho da área”, enquanto as demais atividades profissionais da área “que se caracterizam como atividades autônomas e liberais compõem o vasto campo do ‘segmento não organizado’, como é o caso, [...], do esporte de alto rendimento [...]” (POCHMANN apud D'AGOSTINI; TITTON, 2015, p. 142).

Contudo, D'Agostini e Titton (2015) ao aprofundarem suas análises, delimitam que a recente expansão de ramos da saúde, do lazer, da beleza e do entretenimento, vinculados a área da Educação Física, utilizam-se do emprego informal e precarizado, principalmente a força de trabalho jovem, recém-formada ou em formação, veiculando uma perspectiva profissional individualista, funcional, com foco na estética e consumo. Como exemplos desse campo, os autores citam a “ginástica laboral, o treinamento físico personalizado, recreação em clubes, festas e condomínios, a recreação hospitalar, as atividades de academia [...], jornalismo, *marketing* esportivos, desenvolvimento de materiais esportivos [...]” (POCHMANN apud D'AGOSTINI; TITTON, 2015, p. 142, grifos do autor).

Portanto, o que se efetivou nesse processo foi uma reorganização do trabalho do professor em Educação Física, no sentido de adequação ao novo cenário de crise do capital, que, por consequência, determinou o anseio de acentuação da precarização do trabalho e dos ataques aos direitos (regulamentação trabalhista, acesso aos direitos sociais, entre outros) como forma de manutenção da extração de mais-valia no processo de produção/consumo, por parte do capital.

Nas proposições elaboradas por Nozaki (2004), esse processo efetivou-se através da regulamentação da profissão de Educação Física (Lei 9696/98⁴³), materializando-se como meio corporativista, frente as contradições do trabalho abstrato que, enfrentava manifestações

⁴³ Normativa que trata da regulamentação da profissão de Educação Física e cria o sistema CONFEF-CREF. Determinação legal disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm.

concretas, do aumento do desemprego estrutural, bem como das precarizações das relações e do conteúdo do trabalho, ao mesmo tempo, em que incentivava a modificação do trabalho do professor de Educação Física para o campo não-escolar, mediado pelo trabalho precarizado.

Associado a esse processo de reordenação do mercado de trabalho, a formação em Educação Física foi acometida pela necessidade de mudanças em sua forma, prevendo a fragmentação do curso em duas principais áreas – Licenciatura e Bacharelado – como saída para atender a nova configuração de trabalhador imposta pelo mundo do trabalho contemporâneo.

Nessa perspectiva, de forjar uma formação em Educação Física, mais próxima, com as crescentes áreas que tematizam as manifestações corporais no ambiente não escolar que Nozaki (2004) vai constatar a ingerência do sistema CONFEF/CREF junto ao Ministério da Educação na formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso (DCNs) a partir de 1998, apontando para uma especialização da formação, para fins de obdecer a apreensão fenomênica do dinamismo e competitividade do mercado de trabalho da Educação Física, combatendo, por consequência, a proposta de um currículo dotado de sólida formação no contexto das transformações sociais e enfrentamento aos interesses do mundo do trabalho.

Para tanto, Nozaki (2004, p. 253) também afirma que, a percepção provieninete da atuação do sistema CONFEF/CREF na elaboração das sucessivas normativas na especificidade da área, se apresentam no viés de que a formação profissional “leve à adequação do trabalhador a um campo de trabalho que ele pretende gerenciar, porém, sem oferecer crítica ou tentativa de modificação das relações de trabalho contidas neste campo”, tal formação preconizada pela entidade, em última instância se associa a “perspectiva unilateral da formação humana para a gerência da crise do capital, ao mesmo tempo em que se serve desta última para poder projetar seu modelo de formação profissional”.

É dentro do aspecto elaborado no presente capítulo, é possível afirmar que o mundo do trabalho, a partir da hegemonização do *trabalho abstrato* no cenário capitalista, efetivou crecentes mudanças na racionalização dessa atividade, bem como no conteúdo e nas manifestações do *Trabalho* no seio social. A área da Educação Física, subordinada aos imperativos do capital, promoveu profundas reordenações em seu mercado de trabalho, na medida em que incentivou a mercadorização das diferentes expressões das práticas corporais com vistas a sua comercialização, como também modificou a sua formação específica, objetivando o controle da força de trabalho que, necessariamente utiliza-se da venda do seu labor, como meio de sobrevivência no ambiente capitalista, promovendo, por consequência a descaracterização da docência, como identificador da área. Contudo, esse cenário de

reordenamento do mundo do trabalho foi balizado a partir das referências dos ideários pós-modernos, objeto que analisaremos no próximo capítulo dessa dissertação.

4 AS NOVAS TENDÊNCIAS DAS RELAÇÕES ESTRUTURAIS NO ÂMBITO DA CULTURA CORPORAL

Nossa pretensão acadêmica, de agora em diante, consiste em relacionar os determinantes, apresentados nesse estudo no cenário do mundo do trabalho e, focalizar nossas abstrações, nas relações redesenhadas pelas novas tecnologias na área da Educação Física, bem como na efetivação da atividade laboral nessa singularidade.

Nessa perspectiva, entendemos que o atual contexto é concretizado pela confluência de inúmeros determinantes, preconizados pelo sistema do capital. Assim refutamos o conteúdo imposto pelos ideários pós-modernos, que defendem a extinção do trabalho, ou ainda, da classe trabalhadora, no processo de produção contemporâneo. Para tanto, percebe-se que as novas configurações do trabalho, principalmente, no início do presente século, postulam a crescente flexibilização do trabalho, bem como criam novas morfologias da atividade laboral e, por consequência, da classe que vive do seu trabalho, como instrumento de sobrevivência no sistema do capital.

Contudo, essa apresentação do mundo do trabalho, amparado pelas novas tecnologias, seja no âmbito da robotização da grande indústria, pela acentuação da dependência aos “app’s” na execução do trabalho, ou ainda, pela nova racionalização imposta pela internet das coisas, levam a cabo à intensificação/subsunção do trabalho ao capital, delegando aos trabalhadores a adaptação aos novos tempos. Portanto, o que se percebe pelo resgate das diferentes formas de se pensar o trabalho (formas de racionalidade laboral) idealizadas por diferentes capitalistas, é o desenvolvimento do longo caminho da subsunção do trabalho ao capital, no viés de garantir o aumento da produtividade e da acumulação dos capitais, enquanto aos trabalhadores resta a acentuação da exploração de sua força produtiva.

Corroborando, Venco (2019) sintetiza que o taylorismo/fordismo recrutava uma massa de assalariados no processo de trabalho/produção e aceitava as formas de organização desses trabalhadores. Já o toyotismo, idealizado pela concepção da “fábrica enxuta”, organizada com menos trabalhadores, acentuando os índices de produtividade, alicerçada no avanço da microeletrônica, necessitando de aspectos como a terceirização, pensada nos marcos da precarização das relações de trabalho e da desagregação dos coletivos (pulverização de trabalhadores em diversas unidades de produção e da representação sindical e capacidade

organizativa). Somar-se a isso, a polivalência, entendida como oposta a especialização taylorista (parcelamento das tarefas), difundida a partir da falsa imagem subjetiva de um trabalhador mais qualificado e mais participativo no processo de trabalho e, que, na verdade é processada na organização do trabalho para fins de avaliação de desempenho, como a contribuição a ser dada pelos trabalhadores para aperfeiçoar a produção, ou seja, destinando a esses mais uma tarefa no processo de trabalho contemporâneo (VENCO, 2019).

Contudo, a autora balizada pelos pensamentos de Marcio Pochmann, Ludmila Abílio e Danièle Linhart define que na fase *uber do trabalho*, a concorrência e as disputas entre a classe trabalhadora serão alçadas a novos patamares, já que impera a lógica do *cada um para si*, perde-se, assim, a noção de coletivo, de classe trabalhadora, dando espaço à concepção de empreendedorismo e que, se associam as novas formas de vivência do e no trabalho, afetando diretamente o sujeito, tornando a subordinação mais individualizada, personalizada, que delimita, por exemplo, o estabelecimento de metas e formas de avaliação que, implica na mobilização subjetiva e emocional do indivíduo, tornando mais difícil de suportar essa subordinação atual (VENCO, 2019).

É fundamentado nessa materialidade atual, que pretendemos discorrer teoricamente sobre a área da Educação Física, para isso retomaremos as temáticas dos objetivos específicos propostos no trabalho, com fins de abastecer de informações/determinantes a hipótese levantada nesse estudo, ou seja, que *“o fenômeno da uberização como a categoria que expressa os ideais da pós-modernidade, vem promovendo, intensas modificações no mercado de trabalho e, por conseguinte, na especificidade da Educação Física, bem como na sua formação específica e no conhecimento científico requisitado no atual contexto da sociedade contemporânea”*.

Trataremos de quatro temas convergentes e, que, a nosso ver compõem a totalidade do atual cenário da Educação Física. Partiremos, inicialmente, da análise das consequências das alterações do mundo do trabalho no contexto do emprego formal e informal/autônomo da área da Educação Física; No segundo momento, verificaremos as consequências das mudanças do mundo do trabalho na elaboração das novas políticas educacionais da área; Por fim, traremos à tona a investigação de como o conhecimento científico da área é tratado/reconhecido no contexto contemporâneo.

4.1 MANIFESTAÇÕES DO TRABALHO NOS ÂMBITOS FORMAIS E INFORMAIS DA CULTURA CORPORAL

Anteriormente, já elencamos alguns indícios de como o campo profissional da Educação Física, historicamente, vem se construindo no Brasil. Essa conformatação do campo de trabalho, idealizado, politicamente, em atuação conjunta com entidades privadas, principalmente, marcado pela figura do sistema CONFED-CREF⁴⁴ na construção das diretrizes norteadoras de diversas políticas da cultura corporal.

Na especificidade do mundo do trabalho, a referida entidade delimitou como pauta principal a regulamentação e a implementação dos cursos de bacharelado em Educação Física e, que posteriormente, segundo sua atuação política, jurídica e fiscalizadora delimitaria a fragmentação do mercado de trabalho da área, a saber, o campo escolar para os egressos dos cursos de licenciatura e campo não escolar aos formados em bacharelado⁴⁵.

Nesse universo, Furtado (2018) analisa que havia uma contradição no interior da área da Educação Física, em decorrência dos apontamentos teóricos que, criticavam o paradigma da aptidão física, enquanto o movimento das forças produtivas que formatavam a nova realidade do mercado de trabalho na área, direcionavam para o crescimento desenfreado de atividades ligadas ao setor fitness.

Para tanto, a constituição das Diretrizes Curriculares 03/87, idealizadas no meio de intensos debates, proveniente do movimento renovador e, da larga expansão do mercado de trabalho da Educação Física ligado à aptidão física, marcou a instituição de significativas modificações formativas na área, destacando-se a possibilidade de fragmentação curricular da formação inicial (FURTADO, 2018). Contudo, o autor salienta ainda que, com a promulgação da Resolução 07/2004, construída ao longo de anos, em seu texto final, apontava “a necessidade de retirar a expressão Bacharelado em Educação Física”, conteúdo proposto em versão preliminar da resolução, direcionando, por consequência, o seu teor legal para os “cursos de Graduação em Educação Física de forma ampla e não ao Grau Acadêmico específico de Bacharel”, distorcido, a partir de inúmeras produções teóricas, encabeçadas pela “ação do sistema CONFED/CREF e de seus representantes, por meio de seus panfletos publicados em suas revistas ou em veículos de publicações acadêmicas”, com o objetivo de inserir a falsa divisão da atuação profissional no mercado de trabalho da Educação Física

⁴⁴ Para fins de exemplificação do tamanho dessa entidade, Taffarel et al. (2021) trazem que a mesma em 2020, arrecadou mais de 440 milhões a partir do recolhimento, obrigatório, das anuidades de pessoas físicas e jurídicas no decorrer do ano, sob a prerrogativa da proteção da área e de atuação dos profissionais devidamente preparados/formados em Educação Física.

⁴⁵ Fonseca e Both (2021) definem que o uso da nomenclatura “profissional” em substituição ao termo “professor” possibilitou o registro desses “profissionais” e, que, conseqüentemente, provocou restrições no número de procedimentos possíveis, bem como o estreitamento do exercício profissional dos licenciados na área.

(FURTADO, 2018, p. 121-122).

Contudo, nossa pretensão nesse ponto, não se destina em debater essa falsa dicotomia, imposta pelo sistema CONFEF-CREF, dado que muito já se foi produzido teoricamente sobre tal temática⁴⁶, no interior da área da Educação Física. Nossa preocupação é analisar como o mercado profissional vem se comportando aos interesses do grande capital, averiguando se as áreas de atuação do professor em Educação Física sofrem de maneiras distintas, as tentativas de precarização do trabalho, inerentes a lógica acumulativa do capital.

De início, concordamos com Ramalho e Cardoso (2021), quando apontam que a divisão curricular possibilitou a acentuação da exploração desse mercado de trabalho, condizendo com a intenção capitalista de ampliar o leque do mercado de trabalho, dispondo, assim, de mais produtos, mercadorias e serviços para a área da Educação Física, enquanto promovia-se a desvalorização do proletário da área, ao mesmo passo que, ofertava o aumento do acúmulo de capital.

Dessa forma, o mercado profissional da área acompanhou o processo de modificação do mundo do trabalho, proveniente da reestruturação produtiva dos anos 70 nos países centrais, chegando ao Brasil de maneira intensificada na década de 90, com ascensão de governos neoliberais. Carmo et al. (2021) associa a guinada do pensamento econômico a novos conceitos como o empreendedorismo que, foi amplamente disseminado pelo discurso neoliberal, como solução à crise do desemprego, atribuindo, por consequência, a responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória profissional.

Contudo, do ponto de vista da relação conflituosa entre capital e trabalho, característica do capitalismo, entende-se que o empreendedorismo consiste em uma ideologia depositária de uma racionalidade neoliberal, cuja forma de disseminação por meio de discursos, imperativos e normas de conduta, acaba por naturalizar sua forma de dominação. (CARMO et al. 2021, p. 19).

Ao naturalizar as formas de dominação, a racionalidade neoliberal, que poderíamos associar aos discursos colocados pelas narrativas pós-modernas, acabam por deteriorar ou combater regras, instituições e direitos antes estabelecidos no cenário social, em busca de perpetuar o modelo socioeconômico, mesmo que isso custe a idealização de um novo mundo do trabalho e, por conseguinte de um novo sujeito a ser explorado.

Para tanto, os autores colocam que os discursos do empreendedorismo, marcados pela

⁴⁶ Algumas sugestões de trabalhos que trazem à tona essa discussão são os estudos de Veronez et al. (2013) e Frizzo (2010) que levantam a cronologia histórica das normativas elaborada no período (1987-2004), bem como os agentes que atuaram nesse processo de disputa dos rumos que a formação em Educação Física deveria seguir futuramente.

racionalidade neoliberal, estimulam a competição e o individualismo, com vistas a camuflar a precarização e flexibilização do trabalho, assim, o sistema capitalista de produção, opera, por necessidade, a constante renovação de seu modelo, utilizando-se das ideologias ou discursos ideológicos (atualmente neoliberal e compatível com a lógica empreendedora) que lhe conferem sentido, tanto no âmbito macrossocial (nas relações sociais, econômicas, políticas), quanto na esfera individual (pensamentos, estilo de vida, valores) (CARMO et al. 2021).

Além disso, os autores afirmam que, o toyotismo está alicerçado em ideias de cooperação, consenso, integração participação e valorização de grupos informais para perpetuação a ideologia neoliberal, assim, o toyotismo pode ser compreendido como uma adequação das teorias e práticas administrativas ao capitalismo flexível, contudo, os mesmos apoiados nos escritos de Paes de Paula, salientam que o alcance da eficiência e da produtividade, decorre da combinação de técnicas clássicas e práticas participativas operadas pelo modelo, o que reforça seu caráter ideológico no atual momento histórico (CARMO et al. 2021).

É diante dessa materialidade, que o conceito de empreendedorismo ganha terreno no interior do mundo do trabalho, principalmente, associando-se as novas tecnologias empregadas nos recentes processos de produção, circulação e consumo. Como resultantes, efetiva-se o culto ao individualismo exacerbado, propaga-se a ideia de liberdade/flexibilidade no trabalho – possibilidade de flexibilizar a jornada de trabalho, “inexistência” da figura do patrão e empregado, autogerenciamento do trabalho, entre outras características – além de dificultar ainda mais a coletivização dos trabalhadores, já que propícia a pulverização das relações laborais, onde cada trabalhador se torna um “empreendedor de si mesmo”⁴⁷. Assim:

Este modelo ganha forma em trabalhos autônomos, temporários e relações cada vez mais provisórias e flexíveis. Desse modo, consolida-se uma ideologia do empreendedorismo que extrapola as fronteiras das organizações e se entrelaça no tecido social. As técnicas de gestão não são mais restritas aos gestores, são de conhecimento geral, uma vez que todos devem gerir sua própria carreira. (CARMO et al. 2021).

Ecoa-se, portanto, através dos discursos pós-modernos, ou ainda dotados da racionalidade neoliberal, práticas individualizadas num contexto cada vez mais instável e dinâmico do mundo do trabalho. Do mesmo modo, na especificidade da Educação Física já pode observar iniciativas que buscam concretizar o novo modelo de trabalho no âmbito das

⁴⁷ Salienta-se que esse processo de individualização do sucesso ou do fracasso no âmbito laboral, também perspectiva o encobrimento do conflito social entre as classes, acirrado, pela era neoliberal na intenção de perpetuar o sistema de acumulação capitalista.

práticas corporais. Nesse contexto, Fonseca e Both (2021, p. 4) afirmam que:

[...] a regulação do trabalho profissional na Educação Física, tanto articulada pela própria profissão como pelas políticas do trabalho no Brasil, implicam nas condições para o exercício de suas atividades nos diferentes contextos de atuação e, por assim dizer, nas condições para a sua empregabilidade.

Para Quelhas (2020), os arranjos aflorados pela reestruturação produtiva, vêm desencadeando modificações na força de trabalho, a partir da perspectiva flexível de acumulação, tanto nos setores industriais, quanto no de serviços onde se localiza a área da Educação Física.

Desse modo, a empregabilidade idealizada pelo exercício profissional na Educação Física, balizada por um lado pelas normativas legais específicas da área ou não e, por outro lado, pela lógica hegemônica do mercado globalizado, que determina novos conceitos na organização do trabalho, no gerenciamento dos processos, na constante necessidade de capacitação e na terceirização dos riscos inerentes ao trabalho atual, determinam, assim, a recente trajetória concretizada no interior do mercado de trabalho da Educação Física. Ou seja, a área acompanha os determinantes colocados ao mundo do trabalho em geral. Efetivamente, portanto, mudanças no perfil/morfologia do trabalho, em pelo menos três segmentos:

[...] a *desregulamentação* – visto a expansão da informalidade, do trabalho temporário, da terceirização e das formas de subcontratação que, hoje, tornam-se tendência no mercado de trabalho; a *intensificação* – o elevado grau de produtividade e a capacidade de extrair mais valor da força de trabalho em tempo cada vez mais reduzido; e, a *precarização* – a instabilidade e a vulnerabilidade enfrentadas pela grande massa de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (PUPIO, 2017, p. 91, grifos do autor).

Na mesma linha, Quelhas (2020) sinaliza que se trata de um ajustamento do padrão regulatório do trabalho, perante o cenário do capitalismo contemporâneo, aumentando a autorregulação do mercado, promovendo, por consequência, maior insegurança ao trabalhador, enquanto amplia a liberdade do empregador em determinar as condições de uso, vínculo e remuneração sobre o trabalho.

Para o autor, as recentes alterações (legais) sobre o contrato de trabalho, possibilitam um cardápio de opções aos empregadores⁴⁸ e, vulnerabilizam os trabalhadores, já que houve a

⁴⁸ O autor delimita outros aspectos inerentes as recentes reconfigurações do mundo do trabalho, já que: a) libera a ampliação do contrato a tempo parcial; b) introduz o contrato intermitente; c) estende a contratação temporária (até 270 dias anuais); d) desfiguração da relação de emprego disfarçada pela contratação do autônomo de forma continuada (pejotização); e) oferece segurança para o desligamento de trabalhadores (coletivo e individual), sem necessidade de negociação com o sindicato ou prestação de conta às instituições públicas; f) oferta a rescisão do

liberação da terceirização total em qualquer atividade, bem como efetiva as diferentes modalidades como, por exemplo, os contratos temporários, os autônomos, as pejetizações e cooperativas de trabalho (QUELHAS, 2020).

Na especificidade da Educação Física, essas características começaram a aparecer, principalmente, em meados da década de 90 após a legitimação dos cursos de bacharelado em Educação Física. A fragmentação da formação na área, amplamente justificada pela expansão de diferentes frentes de atuação profissional, esteve associada na proliferação nesse período, de campos laborais como o esportivo e do lazer, principais alternativas à docência no ensino básico, até então grande responsável pelos postos de trabalho no interior do mercado de trabalho específico da Educação Física (FONSECA; SOUZA NETO, 2020). No entanto, os autores também relacionam a esse processo, as mudanças provocadas nos currículos e na organização das instituições de classe (conselhos e sindicatos), estruturadas no mesmo período, como resposta para a legitimação das práticas profissionais que extrapolavam o emprego formalizado (FONSECA; SOUZA NETO, 2020).

A extrapolação das relações formais, majoritariamente concretizada na docência da Educação Física Escolar, acarretou na ampliação do trabalho em Educação Física, para setores em que há predominância da iniciativa privada e que se destinam a ofertar os conhecimentos inerentes a área, a partir da lógica de prestação de serviço. Nessa conjuntura, Dacosta (2006 apud Fonseca; Souza Neto, 2020) sinaliza que a expansão da área nas últimas décadas institucionalizou a atuação profissional para além dos campos já legetimados (escolas, clubes e academias), incorporando ambientes laborais como hospitais, clínicas, indústria, tecnologia, turismo, lazer, gestão pública e outros espaços onde o especialista em atividade física se faz necessário, assim, preocupou-se em atender a crescente demanda, operacionalizando a transição dos profissionais pelos diferentes setores, no próprio mercado de trabalho, incubindo aos mesmos, por consequência, a sujeição as condições conflituosas, de baixo prestígio e status profissional, no contexto do mundo do trabalho toyotista e de suas novíssimas formulações trabalhistas (terceirização, intermitência, informalidade).

Porém, essa progressão não significou a perda da hegemonia do trabalho docente no ensino formal. Em estudo, Fonseca; Souza Neto (2020) apresentam dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, “espécie” de censo do mercado de trabalho formal brasileiro, abarcando 97% dos estabelecimentos do país, e demonstram que no ano de 2014, em números quantitativos eram quase 105 mil os postos de trabalhos formais

contrato por acordo; g) possibilidade de assinatura de termo de quitação anual de obrigações trabalhistas durante o contrato pelas parte interessadas, sem a presença de entidades de classes (QUELHAS, 2018).

no mercado de trabalho da Educação Física e, distribuídos na seguinte proporção: avaliador físico (7,1%); preparador de atletas (1,4%); preparador físico (22,8%)⁴⁹; treinador Profissional de futebol (3,2%); professores no ensino fundamental (34,7%); professores no ensino médio (18,6%); professores no ensino superior (11,6%) e árbitros esportivos (0,6%).

O ensino formal da Educação Física, detém ainda quase 65% dos postos de trabalho formais no país, contra 35% das demais frentes de atuação. Além disso, o estudo também aponta outro dado importante, a remuneração média dos trabalhadores na área de Educação Física no cenário nacional, onde o mercado de trabalho específico, paga um salário médio de R\$ 1849,00 (FONSECA; SOUZA NETO, 2020).

Entretanto, é preciso observar que esses dados se destinam a inferir sobre a realidade do trabalho formal, não abarcando a realidade do trabalho informal, em franca expansão no último período. São nessa materialidade, que ao investigar a situação laboral no segmento fitness Quelhas (2020) identificou consolidado nesse meio, os princípios organizacionais da acumulação flexível⁵⁰, ou ainda toyotista.

Em referência ao trabalho, o autor trata que a *fluidez* proporcionada pelos novos avanços do sistema/setor fitness em seus processos, implica num novo tipo da força de trabalho, já que o trabalho necessário a esses profissionais deve se direcionar para a redução de termos técnico-profissionais, enquanto favorece os termos socio-afetivos, em outras palavras, valoriza-se um profissional com bons níveis de relações interpessoal e comunicacional com os clientes/alunos, com vistas à fidelização dos mesmos a empresa/academia, enquanto se secundariza os conhecimentos técnico-científicos desse trabalho (QUELHAS, 2020).

Todavia, Quelhas (2020) sinaliza também para as repercussões sobre o trabalhador do crescente investimento em trabalho morto (equipamentos modernos) por parte das empresas desse segmento, resultando na desvalorização do trabalho vivo – em decorrência do menor conhecimento técnico exigido pelo avanço da maquinaria – provocando a não contratação de mais trabalhadores e a crescente exploração do trabalho, já que o professor deve atender um maior número de clientes, sem ter maior remuneração por esse “trabalho extra”.

Em relação ao conceito toyotista de flexibilidade, Quelhas (2020) aponta ao concurso

⁴⁹ Esse segmento compreende os trabalhadores que atuam em “academias, clínicas e outros espaços privados, os quais são nichos altamente responsivos ao mercado, movidos pela indústria dos produtos esportivos e das práticas vinculadas à autoimagem” (FONSECA; SOUZA NETO, 2020, p. 9).

⁵⁰ Conceitos do toyotismo podem ser constatados nos processos de trabalho das academias mais evoluídas, permitindo assim dar fluidez e flexibilidade ao serviço oferecido – pela presença de inúmeros equipamentos de ginástica, aliado a uma vasta variedade de exercícios possíveis - permitindo que mais clientes possam se exercitar simultaneamente, além do fato da recente lógica de localizar esses serviços em regiões de grande circulação de pessoas, por exemplo, shopping centers/zona comerciais (QUELHAS, 2020).

do trabalho flexível, que permite oferecer produtos variados (ciclismo estacionário, corrida em esteira, ginástica localizada, yoga, alongamento, personal trainer, atividades aquáticas), com enfoques diferenciados (estética, saúde, desempenho) em públicos diferentes (jovens, idosos, homens, mulheres, crianças), compatíveis com a demanda de consumo mais flutuante e diversificada. Para tanto, a flexibilidade dessa força de trabalho, também se faz necessária, já que “ocorre pela adoção de formas de contratação decorrentes do enfraquecimento das condições jurídicas que regem o contrato de trabalho, em especial, o trabalho em tempo parcial e o trabalho temporário” (QUELHAS, 2020, p. 73).

Em termos práticos, essa flexibilização permite a alocação de trabalhadores pela exata medida que a empresa demanda⁵¹, ou seja, em período de pico de movimento, aulas específicas, programadas pela procura do consumo dessas atividades e, por consequência, obrigam as academias a pagar apenas pelo trabalho desenvolvido por esse trabalhador, lógico comparável as relações laborais que os novos aplicativos tecnológicos têm intensificado ao trabalho contemporâneo como, por exemplo, o Uber, *Ifood*.

Em relação aos contornos subjetivos idealizados para o segmento, Sousa, Macedo e Mélo (2020) afirmam que no contexto neoliberal, opera uma lógica perversa sobre os trabalhadores, já que precariza-se a rotina laboral do “empreendedor individual da área”, enquanto delega ao sujeito, uma idealização fetichizada do seu corpo, onde a saúde assume nuances estéticas na aparência desse trabalhador, principalmente em se tratando de um professor de educação física, onde o ser saudável compõe os atos performativos da “espetacularização de si mesmo”, contudo essa “produção de si”, normalmente encontra dificuldades e limitações em decorrência da escassez de tempo⁵² que estes trabalhadores possuem no cotidiano laboral, frequentemente, fragmentado e itinerante (trabalho em diferentes locais), acarretando, por exemplo, na piora do descanso diário, na alimentação e na manutenção corporal desses profissionais.

Ainda segundo as autoras, o modelo de empresariamento de si “retrata também a

⁵¹ A partir da consulta realizada por Quelhas (2012 apud Quelhas 2020) ao website da rede Bodytech, uma das maiores redes de academias de ginástica no Brasil, levantou a jornada de trabalho de professores em atividades coletivas (ginásticas e afins) para verificar a ocorrência do contrato de tempo parcial e constatou-se: a) Quase 85% dos 132 profissionais que constavam nos quadros de horários, tinham no máximo 10 horas de trabalho (45% executavam uma jornada de até 5 horas semanais) b) Apenas 1,5% dos trabalhadores tinham carga horária próxima ao limite estabelecido em lei para a contratação pelo regime de tempo parcial (25 horas semanais); c) Suponhe-se que esses trabalhadores são obrigados a buscar outros contratos de trabalho, ou trabalhar por conta própria (personal trainer), em busca de complementar sua remuneração.

⁵² Nesse viés, as autoras mensuraram que a parcela minoritária dos trabalhadores, com rendimentos entre 1 e 3 salários mínimos, trabalham em média de 7,6 horas por dia, enquanto a fração majoritária dos trabalhadores que ganham mais de três salários mínimos, trabalham em média 11,45 horas diárias (SOUSA; MACEDO; MÉLO, 2020).

solidão do empreendedor autocentrado, atomista, num mundo pautado pela competitividade” e, ao segregar, determina um ritmo da vida que viola as experiências humanas, também temas da educação física, como as interações, as formas de sociabilidade e vivências lúdicas, do lazer, que são cooptadas por políticas insensíveis, visando à liofilização do corpo e da subjetividade desses sujeitos à lógica da eficácia, violentando, assim, a fruição do estar-no-mundo (SOUSA; MACEDO; MÉLO, 2020).

Enquanto isso, de maneira adjunta no cenário contemporâneo, o setor do ensino formal público, pratica a contratação de mais 600 mil professores, através de vínculos instáveis e temporários, além de processar uma remuneração menor e uma carga horária superior a esses trabalhadores em comparação aos docentes concursados/efetivos (SILVA; GOMES; MOTTA, 2020). Nesse sentido, as autoras acreditam na presença de um forte interesse econômico dos governos, com a contratação de docentes por mecanismos flexíveis que, desoneram menos as contas públicas, bem como dificultam a organização coletiva dos professores, em decorrência da fragilidade imposta para esses trabalhadores (falta de vínculo, rotatividade, ameaça de desemprego), favorecendo, por conseguinte, a fixação de políticas de austeridade da máquina pública e das relações trabalhistas (SILVA; GOMES; MOTTA, 2020).

Mais recentemente, as tentativas de terceirização, pejetização, implantação de Organizações Sociais (OS), uberização, entre outros meios, ampliaram-se e intensificaram-se no setor público⁵³, [...]. No geral, todas essas formas e tendências de precarização acabam expandindo, ou pretendendo aumentar o contingente de trabalhadores sem direitos, diferentemente do que caracteriza a relação salarial relativamente segura presente no setor público. (SILVA; MOTTA, 2019, p. 9).

Silva e Motta (2019) caracterizam essa precarização do trabalho docente como heterogênea, já que afeta tanto o setor estável, através de nuances e perspectivas impostas pelos governos, quanto nos estratos de docentes que convivem, mais intensamente, com o desprovimento de direitos, estabilidade, ofertado pelo trabalho temporário, parcial e/ou por hora. Segundo as autoras, o processo produz genuinamente o “*preariado professoral*”, em decorrência da parcela dos professores que possuem condição diferenciada dos demais docentes (grupos concursados) do setor público e que possuem direitos trabalhistas e

⁵³ Silva, Gomes e Motta (2020), apontam tentativas de diferentes governos para a contratação de professores por meio de “gambiarras”, por exemplo, a contratação *terceirizada* de professores por convênio com Organizações Sociais (Goiás e Paraíba) que deixariam de ser servidores públicos e passariam a CLT (Regime de Consolidação das Leis do Trabalho); A fracassada tentativa da prefeitura de Angelina (SC) de contratar “serviços de instrutor de atividades físicas”, numa clara e evidente tentativa de *pejetização* na contratação de professor para atuar no ensino público do município; Por fim, a proposta de *uberização* docente, da prefeitura de Ribeirão Preto que, objetivava a aquisição da força de trabalho docente, a partir do uso das novas tecnologias, onde o professor teria até 30 minutos para aceitar a oferta de trabalho (disponibilidade de aula).

estabilidade (SILVA; MOTTA, 2019).

Contudo, dentro da realidade das formas atípicas de contratação docente, ou seja, do precariado professoral um formato se sobressai aos demais, já que sua efetivação não garante emprego e renda ao final do mês. Os professores eventuais⁵⁴, diferentemente dos temporários que possuem contrato de trabalho, com a previsão de período de tempo, os eventuais não sabem quando terão trabalho disponível (trabalho intermitente), a remuneração que alcançarão ao final do mês, bem como padecem de identidade profissional a partir da atividade laboral que desempenham – desprovidos de carreira, não pertencimento a comunidade ocupacional e trabalho altamente expropriado – pois sua principal função é a manutenção das turmas, realizando as tarefas previstas no plano de substituição para docentes eventuais⁵⁵, ou seja, essa categoria se configura como força de trabalho pronta para ser utilizada na exata medida por parte do Estado (SILVA; GOMES; MOTTA, 2020).

Com a chegada da pandemia em 2020, os trabalhadores mais afetados pela crise sanitária, foram, justamente, os trabalhadores que não contavam com seguridade nas suas relações de trabalho. Silva (2020) define que, a situação dos docentes temporários e eventuais foi agravada com a pandemia⁵⁶, alocando-os na realidade do desemprego, sem o direito inclusive, ao auxílio emergencial do governo. Associado a esse cenário, aos professores que permaneceram no trabalho, através do ensino remoto, foram obrigados a desenvolver tarefas laborais por meio da mediação tecnológica, ignorando questões urgentes como o não acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos, condições de saúde e habitação e, que, resultam na falta de sensibilidade, para não dizer, total ignorância perante as condições de produção do trabalho pedagógico e da realização do processo de ensino/aprendizagem de maneira qualitativa.

Nesse sentido, promove-se um processo que avança na exploração do trabalho

⁵⁴ Esse modelo de utilização da força de trabalho docente, tem se alastrado principalmente no estado de São Paulo, onde conta com previsão legal para tal prática através da Resolução 97/2008. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/97_08.HTM?Time=9/29/2009%20:47:14%20PM.

⁵⁵ Dentro desse espectro, Silva, Gomes e Motta (2020) apoiadas em Souza (2012), relatam que de modo geral, os trabalhadores da educação, com caráter eventual, devem “tapar furo” em todas as disciplinas, mesmo que de forma precária, sem tomar conhecimento prévio de qual componente curricular o trato pedagógico irá ser realizado, tendo com exceção o trabalho da Educação Física em seu âmbito prático, já que os conhecimentos teóricos podem ser trabalhados em sala de aula, pelos professores eventuais.

⁵⁶ Para fins de exemplificação, Silva (2020) apresenta os casos de Mato Grosso onde o contrato de 12 mil docentes não foi efetivado, Goiânia onde 3,1 mil trabalhadores da educação foram demitidos por decreto municipal que, posteriormente foi revertido com a possibilidade de retorno ao cargo, desde que os profissionais concordassem com a redução de 50% dos rendimentos e a retirada do auxílio-locomção, Cachoeiro de Itapemirim – ES que a indenização de sobreaviso, no valor de um salário-mínimo, além de exonerar outros servidores (auxiliares, secretários e estagiários), no estado do Rio de Janeiro onde as prefeituras de Armação de Búzios (demitiu 400 professores), São Pedro da Aldeia (desligou 900 docentes), Rio das Ostras (mais de 1000 profissionais da educação) e Cabo Frio (3 mil trabalhadores da educação) e, por fim, São Paulo onde mais de 35 mil professores eventuais e temporários que estão sem renda desde o início da quarentena do COVID-19.

docente, já que é imposta essa mudança ao ensino remoto, mesmo que de maneira improvisada em alguns casos, para a autora esse cenário, efetiva a *youtuberização*, que combina o processo de uberização do trabalho docente, aliado a inserção compulsória nos meios virtuais, resultando na intensificação do labor docente em virtude do maior tempo necessário para elaboração das aulas digitais (elaboração de slides, gravação e edição de vídeos, disponibilização em plataformas etc.), bem como o custeio dos instrumentos/meios de trabalho (telefones, internet, luz, etc.) ficar a cargo dos docentes⁵⁷, sem falar na possibilidade de fiscalização do trabalho docente pelas plataformas (absenteísmo, desempenho docente e conteúdos), certificando ou não o professor para trabalhar no ensino dos consumidores, ou melhor, dos estudantes (SILVA, 2020).

Já Frizzo et al. (2018), em pesquisa realizada em Pelotas com professores da rede pública estadual, demonstra a partir do relatório técnico-científico “*Condições de Trabalho e Vida do Professorado de Educação Física na Rede Estadual de Ensino em Pelotas-RS*” que 15% dos professores de Educação Física entrevistados no município, já possuem o contrato temporário, como modelo de contratação, além disso outra realidade constatada no estudo, foi a concomitância com a complementação de turnos e salários em outras redes de ensino, como também de atividades laborais diferentes da docência formal como o trabalho de vendas, comércio, academia e personal *trainer*.

Percebe-se, portanto, que a tendência de precarização do trabalho⁵⁸ se confirma na realidade docente da cidade estudada, onde se efetiva a ocorrência da flexibilização da relação trabalhista em parcela da categoria, a coexistência de ocupações no sentido de complementar a renda mensal. Nessa questão específica, dados coletados por Frizzo et al. (2018, p. 18), apontam que os docentes estudados estavam separados da seguinte maneira: “31% apontou um salário médio entre 2 e 3 salários mínimos⁵⁹, outros 31% dos professores se encontram na faixa de 1 e 2 salários mínimos, 19% recebem entre 3 e 4 salários e 19% responderam receber entre 4 e 5 salários mínimos”. Ilustrando que a ampla maioria da categoria (62%) se encontra abaixo da remuneração prevista na Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, além do enfrentamento do parcelamento de salários, férias e 13º salário, imposto pelo Governo Estadual de José Ivo Sartori (PMDB) (FRIZZO et al. 2018).

⁵⁷ Dados disponíveis em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/698/943>.

⁵⁸ No estudo Frizzo et al. (2018), delimita três aspectos centrais dessa precarização: *condições de infraestrutura* (carência de recursos, materiais e equipamentos); *condições de trabalho* (jornada exaustiva, escasso período de estudo, desvalorização e aumento da desigualdade); *saúde mental* (desmotivação, desgaste, sobrecarga, solidão e impotência).

⁵⁹ Foi utilizado como parâmetro, o ano de 2015, onde o valor do salário mínimo nacional era de R\$ 788,00.

De maneira semelhante, Gerez e Bracht (2019) ao analisar o campo do ensino superior do estado Capixaba, constatou a presença da precariedade do trabalho, já que a grande maioria dos docentes atuam em regime horista e trabalhando em mais de uma instituição de ensino ou em outros espaços laborais da área da Educação Física. Além disso, os autores averiguaram que a precarização, também perpassa, pela diversidade de disciplinas ministradas pelos docentes, inclusive desconexas com a formação acadêmica dos professores, como também a presença do trabalho “voluntário”, já que disciplinas/orientações de TCC não são contabilizadas na carga horária desses trabalhadores, por fim, averiguou-se a simplificação do trabalho docente ao se reduzir a prática pedagógica a aplicação de planos de ensino, previamente elaborados pela instituição de ensino, resultando na perda da autonomia pedagógica desses professores (GEREZ; BRACHT, 2019).

Associado ao cenário exposto, de onde vêm, paulatinamente, se intensificando e precarizando as relações/formas de trabalho no mercado de trabalho da Educação Física, a aparição de aplicativos/plataformas, oriundos da Revolução 4.0, efetiva a metamorfose nos meios/instrumentos do acesso/oferta de “vagas” de trabalhos no último período, acirrando a subsunção do trabalho ao sistema do capital, bem como a delimitação dos novos conceitos/ditames do mundo do trabalho contemporâneo.

Nesse sentido, aplicativos voltados à comercialização da cultura corporal (manifestações, conhecimentos teóricos, serviços), possibilitam a renovação do ciclo vicioso de exploração do trabalho e acumulação de mais-valia, avançando, assim, nos métodos e meios de concretização dessa lógica. Ou seja, se o reordenamento produtivo Toyotista, operacionalizou novas formas de trabalho (terceirização, intermitância) e conceitos compatíveis (polivalência, empreendedorismo, competitividade), com vistas a favorecer a perpetuação da acumulação capitalista. Já a Revolução 4.0 (Plataformização do Trabalho), interveio nos instrumentos desse trabalho que, é progressivamente, mais dependente da tecnologia digital/computacional (plataformas de trabalho e aplicativos) para sua efetivação, resultando, por conseguinte, em alterações na oferta e na configuração do labor moderno, bem como no processo de produção, circulação e consumo desse trabalho altamente alienado nas atuais relações sociais.

Nessa perspectiva, a intensificação de plataformas voltadas para a oferta de prestação de serviços, tem sido a via de regra do modelo de inovação tecnológica do atual mundo do trabalho. São inúmeras iniciativas que poderiam ser levantadas, para fins de exemplificação⁶⁰,

⁶⁰ Segundo Ipesi Digital (2021), tomando como base, o estudo do Instituto Locomotiva mais de 32 milhões de brasileiros estão utilizando de plataformas digitais e aplicativos, como instrumento de trabalho, esse quantitativo

contudo, centralizaremos nosso foco, nas plataformas que oferecem os serviços ligados ao campo da Educação Física, mesmo que não se limite a especificidade da mesma.

Como primeira plataforma, listamos a “Superprof”, apresentada como um suporte online de registro e difusão de anúncios, tendo como único objetivo, o contato entre os professores e os alunos, classificando os anúncios a partir das matérias e das localizações dos sujeitos (SUPERPROF, 2021a).

A referida plataforma, em seu termo de condições gerais de utilização, bem como no registro e publicação de anúncios, não faz menção alguma a garantia de direitos trabalhistas, ao estabelecimento de vínculo empregatício, ou qualquer outra formalidade contratual. Salienta-se ainda que a plataforma, também terceiriza a fiscalização das informações disponibilizadas pelos professores aos alunos/consumidores do serviço, já que é dever dos mesmos verificar a informações (SUPERPROF, 2021a).

Em relação ao número de professores cadastrados nessa plataforma⁶¹, a mesma aponta para o cadastro superior a 16 milhões de professores em mais de 1000 matérias, dentre as manifestações laborais apontadas pelo site, estão à docência nos esportes e dança, na natação, no skate, no xadrez, nos *patins in-line*, além da figura do personal trainer (SUPERPROF, 2021b).

Ainda dentro do cenário educacional, a plataforma virtual “Profes” que tem por objetivo viabilizar a aquisição de conteúdos e serviços educacionais, através da disponibilização de perfis e conteúdos dos “autônomos” em seu website, ficando a cargo desses, a responsabilidade pelas publicações/conteúdos divulgados (PROFES, 2021). Além disso, a plataforma salienta que não possui qualquer vínculo empregatício com os trabalhadores cadastrados na plataforma que, poderiam realizar seus saques após 10 dias da efetuação da compra dos produtos confeccionados/produzidos pelo autônomo (PROFES, 2021). A plataforma prevê o agendamento de aulas com os professores autônomos, a partir da disponibilidade de horários do profissional e do usuário/aluno, estabelecendo assim um

de indivíduos representa 20% da força de trabalho no Brasil. Além disso, a pesquisa aponta que, em 13 meses, o número de trabalhadores quase dobrou em relação ao ano de 2020, onde 13% da força de trabalho fazia uso desses recursos no processo laboral, alcançando setores como a indústria, a agricultura e a mineração, além da pulverização nos setores de serviço e comércio.

⁶¹ Ao realizar uma busca na plataforma, verificou-se a presença de milhares de professores em atividades compatíveis com o mercado de trabalho da Educação Física, bem como à docência das diferentes manifestações corporais. Para fins de exemplificações, apresentamos alguns descritores que apresentaram um número superior a 100 perfis na plataforma, salientando que muitos professores possuem anúncios em diferentes temáticas, resultando, assim, na repetição da apresentação dos perfis durante a busca: Personal Trainer (3412 resultados); Educação Física (271 resultados); Esporte (2721 resultados); Ginástica (667 resultados); Lutas (328); Dança (1965 resultados); Musculação (1922 resultados); Treinamento Funcional (1559 resultados) (SUPERPROF, 2021b).

regime de trabalho intermitente, sem a garantia de uma remuneração fixa a esses profissionais (PROFES, 2021).

Outra plataforma, que opera de maneira semelhante é a GetNinjas, definida como uma prestadora de serviços de anúncios online, com vistas a viabilizar o contato direto entre os Contratantes e Prestadores de serviços, por meio do aplicativo/site GetNinjas (GETNINJAS, 2021a).

Ao que tange a formalização do labor, a plataforma através de seu “Termos e condições gerais de uso do site”, define o controle sobre a plataforma, podendo a seu critério advertir, suspender ou cancelar, de maneira temporária ou permanente os usuários da mesma, ao mesmo passo que, indica a terceirização das responsabilidades, nas diferentes esferas, ao contratante do serviço, desobrigando a plataforma de qualquer encargo, ou ainda, possíveis indenizações decorrentes do exercício da prestação de serviços. Para tanto, no tópico 18 a plataforma define que:

b. Em virtude de GetNinjas não figurar como parte nas transações de contratação dos Serviços que se realizam entre os Usuários, a responsabilidade por todas as obrigações delas decorrentes, sejam fiscais, trabalhistas, consumeristas ou de qualquer outra natureza, será exclusivamente do Contratante, do Prestador ou de ambos, conforme o caso. Na hipótese de interpelação judicial que tenha como Réu GetNinjas, cujos fatos fundem-se em ações do Prestador, este será chamado ao processo, devendo arcar com todos os ônus que daí decorram, incluindo despesas com taxas, emolumentos, acordos, honorários advocatícios entre outros. Por não figurar como parte nas transações que se realizam entre os Usuários, GetNinjas também não pode obrigar os Usuários a honrarem suas obrigações ou a efetivarem a negociação. (GETNINJAS, Não paginado, 2021a)

Evidenciando-se, assim, a inexistência de formalização das atividades laborais no contexto da recente “economia de plataforma” que vai ganhando terreno no atual mundo do trabalho. Dentro da presente plataforma, que “viabilizou” a solicitação de 4 milhões de serviços no ano de 2020⁶² (GETNINJAS, 2021b), incluindo o desenvolvimento de aulas voltadas para temáticas como o bem estar (alongamento, condicionamento físico, personal trainer, crossfit, entre outras atividades), os esportes (aquáticos, basquete, futebol, beisebol, etc.), as lutas (boxe, capoeira, esgrima, judô, etc.), além de atividades que convergem com a área da Educação Física como o lazer e os jogos (GETNINJAS, 2021b).

No ramo específico da Educação Física, a rede Gympass estabelece em sua atuação comercial a terceirização dos locais e dos profissionais envolvidos nas suas ofertas de produtos. Em sua página referente aos termos e de condições de utilização dos serviços

⁶² No website da plataforma, não conseguimos quantificar o número de profissionais atuantes em cada área de atuação, já que a mesma não disponibiliza publicamente os perfis dos trabalhadores.

oferecidos, a Gympass delimita que a oferta dos produtos (prestação de serviços), é concretizada em nome dos “parceiros”, sendo esses responsáveis pela entrega e pela qualidade das atividades ofertadas e, conseqüentemente, desresponsabiliza a Gympass sobre a posse e a propriedade de tais produtos (GYMPASS, 2021a).

Em relação ao trabalho empregado pela rede fitness nas suas plataformas virtuais, a mesma utiliza-se de flexibilidade no uso da força de trabalho, já que não delimita turnos de trabalho pré-estabelecidos, delegando aos trabalhadores a construção da sua agenda no portal do Gympass, conforme a disponibilidade que o mesmo tenha (GYMPASS, 2021b). Contudo, esse modelo estabelece uma relação de trabalho intermitente, pois a efetivação dessa prestação de serviço só será concretizada, caso tenha alunos agendados em algum horário compatível com a agenda do professor, bem como o pagamento, obtido pelo número de aulas virtuais dadas durante o decorrer do mês (GYMPASS, 2021b).

É nesse recente emaranhado das manifestações do trabalho, até agora apresentado, que se percebe a convergência dessas propositivas, no sentido de atender aos interesses do grande capital, assim, podemos averiguar que as mesmas, possuem certas tendências norteadoras e balizadoras da contemporaneidade laboral e, por conseguinte a confecção do segmento da cultura corporal.

Na especificidade da Educação Física, o reordenamento produtivo toyotista, implicou na fragmentação da área e decorrente desse processo, a desintegração dos seus trabalhadores, bem como aos conhecimentos científicos no percurso formativo. Em contrapartida, novos conceitos foram introduzidos pelos novos discursos teóricos, oriundos da rotulada “sociedade do conhecimento”, ou ainda “pós-moderna”, que assegurou a concretização da via neoliberal de sociabilidade, promovendo, assim a mercadorização da vida privada e social da população.

Essa perspectiva social, impôs aos trabalhadores a visão do empreendedorismo, narrativa que, sustentada pelo grande capital, era considerada a salvação do mundo trabalho contemporâneo, capaz de agilizar os processos produtivos, criar condições à constante inovação tecnológica e oportunizar o crescimento econômico individual e social. Na materialidade concreta, essa narrativa fracassou em seus postulados, já que efetivou a precarização e a flexibilização do trabalho na sociedade moderna, além de terceirizar as atuais conseqüências (climáticas, econômicas, sociais) sobre os indivíduos, que constantemente são incentivados a buscarem alternativas solitárias (individualismo), num contexto socioeconômico mais instável e dinâmico (competitivo) do presente século.

Essas noções na Educação Física, majoritariamente, localizada no setor de serviços, desdobra-se em diversas metamorfoses no desenvolvimento do trabalho da cultura corporal na

atualidade.

No ambiente do ensino formal, essas mudanças operacionalizam três estratégias de modificar o labor, a primeira se caracteriza por criar alternativas aos vínculos estáveis⁶³, por assim dizer, visam flexibilizar as relações trabalhistas, por meio da utilização de contratos temporários, horistas e categorias eventuais. A segunda medida visa atingir a intensificação desse trabalho, pois acentua as condições do trabalho, através do aumento da jornada de trabalho que, associado à diminuição da remuneração, representa a piora das condições de sobrevivência desses docentes. Por fim, a terceira modificação se refere, em alguns contextos, a simplificação do conteúdo do trabalho, onde o professor é compreendido como um replicador de planos de ensino e aula pré-elaboradas, desconsiderando a autonomia pedagógica desse profissional.

Na esfera mais mercadorizada da Educação Física (fitness, lazer, autônomos), constata-se mudanças mais severas aos trabalhadores desses setores. É nessa esfera produtiva que se concentra a pulverização da informalidade no mercado de trabalho da Educação Física, onde professores são contratados por demandas/consumo, terceirizados ou através de regime horista de contratação. Em relação ao conteúdo do trabalho, exige-se um labor mais voltado as habilidades de saber-fazer (conhecimentos utilitaristas) e aprender a conviver (bons níveis comunicacionais e interacionais). Por último, esses trabalhadores também sofrem com a intensificação do trabalho, em decorrência do avanço da maquinaria empregada pelo capital e, que, resulta na intensificação dos processos de trabalho e no atendimento dos clientes, cada vez mais, otimizado pelos empresários.

É válido ressaltar, que em muitos casos os trabalhadores absorvem duplamente o rebaixamento do trabalho ao capital, em virtude de desempenham atividades laborais em diferentes instituições/negócios, ou ainda em diferentes segmentos, como por exemplo, a complementação de renda, por parte de docentes da educação formal, em academias ou em atendimento como personal trainers.

Por fim, a crescente presença das plataformas/aplicativos no regime de trabalho contemporâneo, tem revelado a face mais trágica do trabalho hoje em dia. As mesmas, representam a fase mais nefasta da subsunção do trabalho ao capital, assumindo contornos de inovação e possibilidade de trabalho a todos, mas que se materializa no rebaixamento, ou na inexistência da relação de trabalho, pois atribuem-se o papel de mediadora de oferta e procura

⁶³Proni (2010), vai de encontro com essa situação, ao mostrar em seu estudo que mais da metade dos trabalhadores em Educação Física podem ser caracterizados como informais, tendo prevalência as áreas ligadas ao esporte (arbitragem e técnicos esportivos).

de serviços, descaracterizando a relação patrão/empregado e, por consequência, destina a extinção de vínculos, bem como dificultar o acesso aos direitos dos últimos, que recebem pela exata quantia de trabalho executado (trabalho intermitente e uberizado).

No próximo ponto, apresentamos algumas elaborações sobre as políticas educacionais, no viés de tecer nexos entre a materialidade encontrada no mundo do trabalho e no mercado de trabalho da Educação Física e o processo de formação de profissionais dessa área.

4.2 O PAPEL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA ERA DA REVOLUÇÃO 4.0

Nossa intenção, neste ponto não é de analisar os documentos legais, recentemente elaborados pelo conjunto de atores sociais, entre eles o Estado, entidades civis e representantes de grandes organizações nacionais e internacionais da área educacional. Assim, pretendemos proporcionar uma discussão, balizada pelos pensamentos de intelectuais que, já vem estudando a conformação atual do campo educacional e seus desdobramentos na formação de futuros trabalhadores do país.

Anexada ao projeto de reestruturação produtiva, a educação no interior do sistema do capital, vem cumprindo, historicamente, o importante papel da formação de sucessivas gerações de trabalhadores, idealizados e indispensáveis para a concretização da oferta do trabalho vivo nas linhas de produções e na prestação de serviços, visando a incessante necessidade de produção de mais-valia.

Na realidade contemporânea, o cenário educacional tem sido alvo de constantes reformas, no sentido de alterar o padrão de formação das futuras gerações. No Brasil, por exemplo, nos últimos anos temos acompanhado um vasto programa de reformas do sistema educacional⁶⁴ que, atingiu a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) através da promulgação da Reformulação do Ensino Médio (Lei nº 13.415)⁶⁵ e, posteriormente a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁶⁶, chegando ao universo do ensino superior em cursos de formação de professores pela promulgação das resoluções da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-

⁶⁴ Gonçalves (2020) aponta diversos exemplos (implementados ou não) desse movimento de reestruturação da educação no Brasil, como a retirada das questões de gênero nos Planos Municipais de Educação; o Movimento da Escola Sem Partido; a Reforma do Ensino Médio; a subalternização e/ou exclusão de componentes curriculares (Arte, Filosofia e Sociologia); a BNCC efetivada como currículo e não como Base; a BNC de Formação de Professores; o Future-se, entre outros desmontes do bem público.

⁶⁵ Norma legal disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>.

⁶⁶ O documento está disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>.

Formação)⁶⁷, a resolução da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)⁶⁸ e na especificidade da EF a Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (DCNEF)⁶⁹. Lima e Sena (2020, p. 28), ao tratarem da reforma educacional colocada em prática no país, sintetizam que:

[...] a rendição à pedagogia das competências, também expõe o alinhamento, definitivo, das políticas educacionais brasileiras, com o projeto de dominação do capitalismo global. O consenso estabelecido entre os setores empresariais que conduziram as reformas da Educação Básica e da formação de professores representa a vitória ideológica dos princípios e valores do setor privado sobre os princípios e fins da educação pública e aceleração do processo de mercantilização da educação, em todas as suas etapas e dinâmicas.

Para Oliveira (2020), que balizado pelos preceitos elaborados por Sahlberg⁷⁰ em artigo publicado no *The Washington Post* em 2020, delimita que atualmente ocorre uma impressionante semelhança entre os sistemas educacionais no mundo inteiro, por meio das reformas educacionais implementadas em todo o mundo, através da propagação das mesmas por especialistas, meios de comunicação e pelos políticos e, que resultam num processo de adoecimento do ambiente escolar e dos docentes, bem como na redução das aprendizagens discentes.

Nessa lógica, o “serviço educacional” tem se moldado no sentido de mercadorizar suas atividades. De acordo com Sahlberg (2012 apud Oliveira, 2020), o Movimento de reforma educacional global apresenta diferentes sintomas: a) promoção de maior concorrência nos sistemas educacionais (pela lógica que a qualidade educacional melhora, quando se tem maior concorrência entre os ambientes de ensino, delegando autonomia e responsabilização aos mesmos, além de certificar esses espaços, por meio de testes padronizados); b) ampliação da escolha da escola (posiciona os pais como consumidores do serviço educacional, onde devem buscar as melhores escolas possíveis para as aprendizagens dos seus filhos); c) responsabilização das escolas e a padronização dos testes aos estudantes (divulgam que é responsabilidade dos docentes e das instituições a otimização do aprendizado discente,

⁶⁷ Normativa na íntegra em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192.

⁶⁸ Normativa disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>.

⁶⁹ Diretrizes disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877795/do1-2018-12-19-resolucao-n-6-de-18-de-dezembro-de-2018-55877683.

⁷⁰ O autor faz referência/metáfora ao processo de infecção viral nos sistemas de ensino e rotula esse processo como Movimento de reforma educacional global.

inferida por testes padronizados que, comumente, tem limitado os currículos a priorizar conteúdos como a leitura e a matemática).

No mesmo viés, mais em específico sobre o ensino médio, reconfigurado no ano de 2017, através da Lei nº 13,415, Kuenzer (2017) aborda que tem se intensificado a flexibilização dos projetos e das práticas pedagógicas, tendo na particularidade do ensino médio a mediação das novas tecnologias de informação e comunicação. Para tanto, a nova proposta do ensino secundário, promovida pela Reforma do ensino médio (Lei nº 13,415 de 2017), propõe a flexibilização⁷¹ do currículo formativo, objetivando, assim a diversificação dos percursos, com vistas a atender as diversas trajetórias dos estudantes (BRASIL, 2017).

Kuenzer (2017, p. 334), afirma que a medida do aumento progressivo da carga horária dessa etapa formativa, os componentes curriculares comuns perderam espaço no percurso formativo, já que os mesmos perderam “dois terços de um percurso de 3 anos com 800 horas por ano e a 60% de um percurso de 3 anos com 1.000 horas por ano; caso o percurso seja integral, com 1.400 horas por ano em 3 anos, o conteúdo comum corresponderá a 38% do total do curso”.

Dentro dessa perspectiva, o novo ensino médio, dotado da flexibilidade como princípio curricular, concentra-se a um quadro conceitual:

[...] da aprendizagem flexível, concebida como resultado de uma metodologia inovadora, que articula o desenvolvimento tecnológico, a diversidade de modelos dinamizadores da aprendizagem e as mídias interativas; neste caso, ela se justifica pela necessidade de expandir o ensino para atender às demandas de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva. (KUENZER, 2017, p. 337).

Diante desse processo, tem-se a necessidade de formação e da qualificação da força de trabalho que, implica a subsunção da educação ao trabalho fetichizado, submetendo o processo de ensino-aprendizagem à lógica da pragmática utilitarista, expressando à forma de controle hegemônico imanente dessa relação social e, como resultante, forja sujeitos dotados de habilidade para o ingresso no mercado de trabalho, ao mesmo passo, em que cria uma disputa as vagas escassas e com condições de subalternidade, ilustrando que no cerne das concepções educacionais contemporâneas, há espaço apenas à autoexpansão do capital,

⁷¹ Contudo, a autora aborda que o conceito de flexibilidade, não se refere somente a organização curricular, já que se destinada balizar, o conceito de competências que, ponderam ser certificadas “por demonstração prática, experiências de trabalho supervisionadas ou adquiridas fora do ambiente escolar, o que permite reconhecer conhecimentos tácitos”, como também se destina aos docentes (especialmente aos educadores técnicos e profissionais) que, “poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional desde que atestado seu notório saber por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais” (KUENZER, 2017, p. 335-336).

desprezando a formação intelectual e a formação integral do sujeito nesse caminho (ARAÚJO; PEREIRA; RIBEIRO, 2020).

Essa perspectiva educacional, trás consigo a justificativa para a implementação da flexibilização curricular, pois oferece a crítica ao modelo único, ao conteudismo, a disciplinarização, bem como a centralização no docente durante o processo de formação, em contrapartida, propõe uma forma mais flexível, alicerçada na pesquisa e no diálogo, tendo no centro o aluno (sujeito crítico), viabilizando, assim a construção do conhecimento pela colaboração e pela solidariedade, respeitando também, a dimensão vivencial dos alunos no processo, possibilitando as escolhas, tal como é a justificativa empregada pela Lei nº 13.415, o que resulta na formação de sujeitos com novas características (iniciativa, autonomia, disciplina e comprometimento), colocando em prática no meio educacional, o resultante do avanço da microeletrônica, a dimensão (aprendizagem flexível) como a simplificação que atende a interesses de caráter ideológico (KUENZER, 2017).

Assim, o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, em vez de profissionais rígidos, que repetem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência. Para que essa formação flexível seja possível, propõe-se a substituição da formação especializada, adquirida em cursos de educação profissional e tecnológica, por uma formação mais geral (KUENZER, 2017, p. 338-339).

As novas políticas educacionais têm assumido uma feição de fomentar uma “formação escolar de um sujeito ativo, que sabe resolver problemas, portanto, é útil ao mercado”. Para tanto, as novas práticas pedagógicas devem dar conta de forjar um ideário nos futuros trabalhadores da necessidade da “constante adaptação e autonomia para resolução de problemas [que] impõe-se como parte essencial do trabalho” contemporâneo e, conseqüentemente, é foco da formação educacional, alinhada a pedagogia das competências e do aprender a aprender que, tempo por prioridade a contemplação das demandas oriundas do mercado de trabalho (ARAÚJO; PEREIRA; RIBEIRO, 2020, p. 10).

Isso significa dizer, que a formação nessa faixa etária preconiza os conhecimentos rasos e flexíveis das competências e habilidades que, oportunizam o aprendizado ao longo da vida, ou melhor, a eterna adaptação ao longo da vida, conciliável com a atual realidade do mundo do trabalho, marcado pela rotatividade, pelo desemprego, pela parcialidade e pela subutilização da força de trabalho.

Na opinião de Kuenzer (2017), esse caráter flexível da formação da força de trabalho

contemporânea, se destina a aferir uma menor importância a qualificação prévia dos trabalhadores, dando maior enfoque a capacidade de adaptabilidade desse sujeito que, consegue adaptar as competências anteriores (cognitivas, práticas ou comportamentais) com a perícia de aprender e submeter-se ao novo, o que demanda subjetividades que lidem com a dinamicidade, a instabilidade, a fluidez. Neste sentido, a autora afirma que o caráter concreto expresso pelo discurso da acumulação flexível, revela:

[...] a necessidade de ter disponível para consumo, nas cadeias produtivas, força de trabalho com qualificações desiguais e diferenciadas que, combinadas em células, equipes, ou mesmo linhas, atendendo a diferentes formas de contratação, subcontratação e outros acordos precários, assegurem os níveis desejados de produtividade, por meio de processos de extração de mais-valia que combinam as dimensões relativa e absoluta (KUENZER, 2017, p. 341).

Por isso, a formação se sustenta nos ideais da pós-modernidade que, negligência o papel importante da teoria e sua intrínseca relação com prática. No universo das atuais políticas educacionais, Kuenzer (2017) diz que o conhecimento é considerado ahistoricamente, impossível a captar a realidade, em decorrência das diversidades culturais, ou seja, o possível são as interpretações, as narrativas associadas ao cotidiano, que reduzem o conhecimento à linguagem, constituídos pelo confronto de discursos.

Trata-se de um ideário que reforça no campo epistemológico e político o individualismo, a descrença na possibilidade de disputa pelo poder em suas macroestruturas e na possibilidade de mudanças estruturais, a negação do trabalho vivo como condição eterna e essencial na formação ontológica do ser social, enquanto que atribuem esse papel a esfera comunicacional e à linguagem, dentre outras características. (ANGELO; MEDEIROS, 2020, p. 280).

Esse posicionamento educacional, nos leva ao pensamento da incapacidade de alterar a realidade, ao mesmo tempo, nivela (por baixo) os diferentes saberes e, que, resulta no processo de superficialização do processo educativo, admitindo para fins de formação secundária, a certificação de competências comprovadas por exercício profissional supervisionado (KUENZER, 2017). Do ponto de vista epistemológico, a concepção educacional, expressa o reducionismo do conhecimento (tácito e prático) que, contrapõe a teoria e a prática, no plano filosófico o pragmatismo ganha terreno, já que o conhecimento preconizado está alicerçado nas necessidades práticas, ao útil, o que resulta, em síntese, num pensamento que se debruça em práticas não sistematizadas, derivadas das respostas criativas à elucidação dos problemas cotidianos do trabalho e das relações sociais, assim, o aprender a aprender cria soluções pragmáticas, mediadas pela linguagem, bem como as aprendizagens colaborativas,

mediadas pelas tecnologias, são resultados da troca de experiências práticas, não necessitando uma reflexão sustentada teoricamente (KUENZER, 2017).

No mesmo sentido, Angelo e Medeiros (2020) abordam que escola contemporânea almeja o aprimoramento de competências, possibilitando aos estudantes a garantia de suas necessidades, portanto, ocorre um esvaziamento do sentido da educação, anteriormente de maneira utilitarista, a mesma servia de preparação ao mercado de trabalho e, atualmente, sem ter a garantia dos postos formais de trabalho, incube-se ao processo escolar a preparação à empregabilidade, forjando indivíduos flexíveis, dotados de competências e habilidades, para prover meios de sua subsistência, num cenário de intensas mudanças no âmbito laboral.

Para os autores, essa visão de educação, baseada na pedagogia das competências e na lógica do aprender a aprender, tem um significado de “se colocar à disposição no mercado como trabalho geral, adaptando-se às necessárias exigências das mutações do mundo do trabalho, aprender a competir, a se tornar empregável, a empreender” (ANGELO; MEDEIROS, 2020, p. 286). Assim:

A articulação da nossa educação no atual momento do neoliberalismo e do modo de produção pós-fordista/taylorista ou toyotista, incumbida da formação flexível, geral, calcada na pedagogia das competências, visa uma formação dos mínimos na escola onde sua complementação se dará nos processos laborais com os cursos de treinamento. Esses cursos de treinamento, frente a essa educação individualista, gera um sujeito competidor implacável a serviço do capital e contra seus próprios pares, outros trabalhadores. Competências, habilidades, aptidão, isso tudo confirma o “destino natural” e uma educação dual para conformar sujeitos desiguais. (ANGELO; MEDEIROS, 2020, p. 286).

Nesse cenário educacional que, associa os interesses do grande capital e o discurso pós-moderno, configura-se à formação básica, um processo de ensino aprendizagem pautados nas experiências e não no conhecimento científico em sua totalidade, da mesma forma, prefere-se a aprendizagem prática em detrimento do domínio teórico dos saberes. A educação, é compreendida no atual momento socio-histórico, como mecanismo de formação flexível – e convergente aos interesses do mercado de trabalho moderno – não interessa, portanto, o desenvolvimento do processo de ensino em suas dimensões filosóficas, históricas, emancipatórias, resistindo ainda o âmbito social que, segundo Angelo e Medeiros (2020) se materializam no viés da formação cidadã – através do emprego do discurso e da linguagem – com vistas a forjar valores democráticos, liberais, respeito a diversidade e o exercício da cidadania nos sujeitos futuros, com vistas a tornar esses sujeitos mais resilientes as atrocidades inerentes a atual fase do capitalismo.

Para isso, a Lei 13.415/2017 formulou o ideário formativo a partir dos itinerários

formativos⁷², com vistas a fomentar a flexibilização do currículo. Segundo a normativa, os mesmos deveriam “ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”, o que relativiza o discurso empregado publicamente na época de sua aprovação, onde os estudantes seriam os protagonistas de suas escolhas (BRASIL, 2017, p. 1). Outro ponto relevante se destina ao aspecto da presente lei, desconsiderar por completo, o atual cenário de precariedade na infraestrutura das escolas públicas em sua grande maioria, além da sobrecarga que é marca constante do trabalho docente no país, o que inviabiliza a aplicação, por completa, da proposta preconizada pelo conteúdo da normativa, resultando na efetivação do “possível” no processo formativo secundário.

Nessa perspectiva, Duarte et al. (2020) pronuncia que a previsão da formação técnica e profissional, aliado a possibilidade de contratação de profissionais de notório saber, bem como o reconhecimento das experiências do setor produtivo, indicam à concretização das parcerias público privadas nesta etapa de formação, estando, também, em alinhamento com as recomendações de organismos internacionais (UNESCO, Banco Mundial) e que objetivam aumentar os vínculos do ambiente escolar com o mundo do trabalho.

Para Lavoura (2021) as atuais políticas educacionais, dentre elas a reforma do ensino médio e a BNCC, são expressões da resposta do capital ao cenário de crise e que se sustenta na trípole (acumulação flexível, financeirização e privatização neoliberal) visando a restauração das taxas de lucro. Para isso, no tocante educacional:

Essa ofensiva destrutiva tem revelado uma de suas facetas mais perversas e cruéis: a busca desenfreada de acumulação do capital na educação, privatizando o ensino e destruindo seu caráter público, precarizando as relações de trabalho dos trabalhadores em educação, e promovendo o rebaixamento da formação humana pela lógica do esvaziamento dos currículos e da secundarização dos conteúdos. (LAVOURA, 2021, p. 6).

Para tanto, a nova concepção educacional aplica os conceitos racionais e ideológicos, que se vendem pelas suas “práticas inovadoras” e detentoras de métodos ativos, dinâmicos, criativos e individualizados, o que resultaria num processo de aprendizagem otimizado, das competências cognitivas e socioemocionais, compreendidas como centrais à adaptabilidade ao século XXI e suas respectivas incertezas e desafios (LAVOURA, 2021).

Essa opção educacional tem a intenção de formatar os novos sujeitos para o hoje do

⁷² A referida lei elenca cinco possibilidades de itinerários para o ensino médio: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

cenário mundial, ou seja, a formação balizada pelas competências e habilidade, não se hegemonizou de maneira desarticulada com o ambiente de crise capitalista. Nesse sentido, o autor aborda que a adoção dessa concepção, “trata-se de flagrante e deliberada introjeção de uma nova cultura conformista e submissa à ordem do capital”, onde os sujeitos são responsáveis pelo seu próprio fracasso/sucesso nas suas vidas, dependendo, “portanto, do esforço e da responsabilidade de cada um”, como também, trata-se a partir dessa opção pedagógica “abandonar a visão retrógrada de que a função da escola é a de socialização do conhecimento sistematizado”, fomentando os novos conceitos traduzidos na pedagogia das competências e habilidades⁷³, pulverizadas no ambiente escolar no presente século (LAVOURA, 2021). Assim, sinteticamente o autor afirma que:

Parece-me claro que estes dois aspectos, o da *individualização* e *responsabilização* do processo formativo e da preparação profissional, e o da *negação do conhecimento sistematizado* no ensino, apresentam-se como centrais na atual tendência de *destituição corrosiva da dimensão ontológica da educação escolar* no contexto dos ataques do capital à escola pública. (LAVOURA, 2021, p. 12, grifos do autor).

Para o autor, é funcional à dinâmica cultural de tal concepção, já que é eficaz na promoção da ruptura entre epistemologia e ontologia, dissolvendo a capacidade humana de apreender as formas de ser dos objetos e dos fenômenos da realidade em sua essência, transitando ora na promoção de uma razão miserável imediatista (pragmática instrumental), ora valorizando um irracionalismo pós-moderno, que nega a dimensão ontológica do real e distorce em significações simbólicas subjetivistas e relativistas (jogos de linguagem) (LAVOURA, 2021).

Compatíveis, as recentes normativas utilizam-se dos defensores pós-modernos e suas idealizações, para defender o abandono dos conhecimentos historicamente construídos e sistematizados nas diferentes disciplinas escolares na etapa do ensino médio, sob justificativa de dedicar-se ao desenvolvimento das competências nas experiências práticas, demandando, por consequência, a reformulação da organização escolar, bem como no papel dos docentes em relação à aprendizagem dos alunos (LAVOURA, 2021).

Nessa perspectiva, a educação básica nega seu papel de transformação/emancipação dos novos sujeitos, assumindo a tarefa de formar indivíduos capazes de suportar as mazelas produzidas pelo sistema do capital. Importa, portanto, a formação de empreendedores, de

⁷³ Trata-se de um saber prático ou prática reflexiva oriunda de uma epistemologia da prática, de uma reflexão-nação, de um aprender fazendo, uma maneira de saber tácito, construído sem que se tenha refletir sobre esse conhecimento, uma vez que não se trata de uma atividade intelectual (LAVOURA, 2021).

consumidores responsáveis, sujeitos resilientes e adaptáveis ao cenário contemporâneo⁷⁴, abertos a aprender e a respeitar as diferenças. Assim, a formação pretende individualizar esse processo, procurando alternativas atitudinais e comportamentais nesses sujeitos, personalizando, assim, a trajetória, o sucesso, o fracasso, o aprendizado e a adaptabilidade de cada um, diluindo o complexo coletivo e totalitário da vida em sociedade.

De maneira semelhante, as recentes normativas que legislará a formação docente no próximo período, tem engessado o processo de ensino nas licenciaturas aos ideários capitalistas e nas respectivas concepções educacionais idealizadas para a atualidade tecnológica.

A universidade, como ambiente social formalmente reconhecido na formação de professores na contemporaneidade, também é grande responsável pela produção do conhecimento científico e das inovações no cenário social. Taffarel (2019, p. 6), delimita que são nas universidades que “onde se materializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, como também “onde se exercita a autonomia pedagógica, didática” e, é nessa instituição que “a formação não está desarticulada de um projeto histórico de sociedade que busca a superação da desigualdade, da discriminação, da opressão, da violência e da miséria”, marcas da atual fase do sistema do capital e da educação pública no Brasil.

Contudo, Anes (2021) relata que num ambiente de reestruturação produtiva, onde a valorização da sociedade do conhecimento⁷⁵ está estabelecida, não garante o acesso irrestrito ao conhecimento, principalmente, aos indivíduos da classe trabalhadora, em decorrência da lógica colocada em prática pela acumulação flexível, onde se tem a intenção da apropriação privada do conhecimento, rotulando-o como mercadoria produtiva, perspectivando a perpetuação contínua da inovação tecnológica e automação da produção, propiciando a elevação da extração de mais-trabalho por parte do grande capital e, por consequência a otimização das taxas de lucratividade do grande capital.

A educação superior, seguiu o mesmo caminho da educação básica em relação as influências dos organismos internacionais, perante as suas diretrizes, critérios e normativas a

⁷⁴ Freitas e Molina (2020), tratam que a partir dessa materialidade social, é que tem se justificado o desenvolvimento das competências socioemocionais, já que os alunos e futuros trabalhadores, necessitam estar preparados a instabilidade do século XXI, bem como a mutabilidade do mundo do trabalho contemporâneo e o cenário do não trabalho (para parcela significativa dos trabalhadores).

⁷⁵ Segundo Kumar (1997 apud ANES, 2021, p. 281) “sociedade do conhecimento corresponde a uma nova reorganização do próprio capital. Ela representa apenas mais uma ideologia deste sistema produtivo, para exercer seu controle sobre o trabalho e o homem”. Portanto, o autor complementa que, essa nova etapa social capitalista, tende a reproduzir a relação orgânica do capital, possuindo “o intuito de garantir o aperfeiçoamento produtivo do capital, sua ampliação e a realização de mudanças sobre o caráter tradicional das sociedades industriais que foram iniciadas ainda no século XIX”.

serem desenvolvidas nesta etapa de ensino. Essa realidade regulatória do ensino superior, por parte dessas entidades, fomentou o avanço do caráter empresarial, econômico e utilitário e, por conseguinte, delegou aos trabalhadores da educação superior a desenvolverem um processo formativo a partir da aprendizagem de capacidades básicas, com ênfase à implementação de práticas educativas ligadas ao empreendedorismo e a lógica de certificação e avaliação de desempenho, objetivando torná-la mais competitiva, otimizada e qualificada economicamente e produtivamente (DIAS SOBRINHO; DIAS, 2006 apud ANES, 2021).

Na linha de raciocínio do autor, a reestruturação do ensino superior, iniciada nos anos 90 e em curso até os dias atuais, teve como forte característica a flexibilização dos modelos de formação superior, permitindo a quebra do tripé universitário (pesquisa, ensino e extensão), bem como a criação de diferentes empreendimentos educacionais (faculdades de ensino, faculdades integradas, etc.) com viés mercadológico e empresariais, coexistentes e influentes na produção de formações profissionais aligeiradas, instrumentais, a partir de cursos/currículos vistos aos interesses do mercado, ou ainda, adaptadas a produção flexível (ANES, 2021).

Associado a esse processo de flexibilização e mercadorização do ensino superior, a especificidade da formação de professores tem, paulatinamente, sido foco de inúmeras elaborações legais que, objetivaram modificar o processo de formação de futuros docentes em todas as licenciaturas do país.

Silva e Cruz (2021) tratam essa materialidade educacional, intimamente conectada como o período neoliberal de rearticulação do capital em todo mundo que, no Brasil tem se concretizado a partir da reforma do Estado, adequando-o às novas exigências da competitividade internacional e, conseqüentemente, tem imposto ao ambiente educacional os papéis de constituir uma nova sociabilidade e de forjar a qualificação dos recursos humanos necessários ao novo padrão socioeconômico, onde a produtividade e a qualidade dos bens/produtos são imprescindíveis.

Para Lima e Sena (2020), a premissa orientadora das atuais políticas educacionais, refere-se à noção central da formação ser balizada pela prática, na reflexão da ação e na imediatidade do próprio fazer, onde os elementos à formação docente são fornecidos pela prática e que a teoria tem seu papel na problematização da prática, ou seja, ela deve ser aplicável ao ambiente prático⁷⁶, além de ser capaz de dar respostas aos problemas encontrados

⁷⁶ Aqui decorre o entendimento que os professores aprendem pela e na prática escolar e, por conseguinte, a reflexão sobre as vivência diárias se configura como o elo de união entre a teoria e prática, o que legitimaria a secundarização dos fundamentos teóricos e demais mediações sociais (política, econômica, cultural, etc.), dando

no cotidiano educacional.

Desse curso de alterações na formação docente, destacam-se importantes normativas que orientaram/orientam os currículos das Instituições de Ensino Superior (IES) nos últimos anos, com a intenção de formatar os recursos humanos adaptados aos novos moldes do século XXI. Politicamente, tais normativas tem se sustentado no braço neoliberal do capital, acompanhando as demandas imperialistas de formação de força produtiva humana adequada ao atual cenário, a partir do desenvolvimento da capacidade adaptativa e compreensiva (passiva) perante a realidade contemporânea da era tecnológica e, que, pelo discurso hegemônico, pode ser alcançado através da evolução de competências e habilidades em áreas como a comunicação e da flexibilidade dos saberes (MILANI; GOMES; SOUZA, 2021).

Nesse sentido, as leis educacionais têm assumido a feição da pós-modernidade, pelo uso da pedagogia das competências, nova roupagem da teoria do capital humano (THC), como dogma educacional moderno, com o viés de fomentar o interesse mercantil no processo de produção do conhecimento e, utiliza-lo em favor da manutenção do atual sistema sócio metabólico (GOMES; SOUZA, 2021).

Os organismos internacionais baseados em forte fundamentação com matriz na teoria do capital humano vêm definindo padrões para identificar, avaliar e determinar o que é a 'qualidade da educação' e a 'boa docência', utilizando de certos dispositivos para influenciar em âmbito internacional a organização dos sistemas educacionais. Esses padrões estão vinculados com formas de ordenar e classificar os estudantes, as escolas e os sistemas educacionais, impondo critérios de eficácia e eficiência em educação para diferentes partes do mundo e orientando mudanças na organização dos sistemas educativos nacionais. A OCDE, por meio dos seus estudos, tem reforçado os vínculos entre produtividade, capital humano e políticas educacionais. Nesse sentido, ela recomenda regularmente aos países a reforma de seus sistemas de educação e formação de professores, propondo medidas que mostram que mais capital humano leva a mais produtividade. (OLIVEIRA, 2020, p. 90-91).

Corroborando, Lopes e Rivas (2020), apoiadas nos preceitos de Saviani e Frigotto afirmam que, TCH é a gênese para conceitos como a lógica das competências e da empregabilidade, relacionadas com a base material da sociabilidade moderna do capital, ao mesmo tempo, que o ideário neoliberal justifica esses conceitos, através do estabelecimento hegemônico da competitividade e no emprego da pedagogia do aprender a aprender. Portanto, esse cenário:

[...] apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo

mais abertura ao fazer/executar e as descobertas a partir das experiências da intervenção docente (LIMA; SENA, 2020).

objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontra subjugados à “mão invisível do mercado” (SAVIANI, 2013, p. 437, apud LOPES; RIVAS, 2021).

Assim, recentemente, no âmbito da formação de professores, destacam-se as normativas como as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) de 2015⁷⁷ e a DCN de 2019⁷⁸, bem como a relação dessas com a DCNEF de 2018 que, tem dado o tom na formação de professores em EF da era da acumulação flexível.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) ao caracterizar a DCN/2015, diz que a mesma:

[...] expressa a concepção e os princípios da ideia de base comum nacional para a formação de professores edificada pelo movimento dos educadores. Nesse sentido, ela registra, de um lado, conquistas para a formação dos profissionais ao consolidar normas e diretrizes nacionais em sintonia com a defesa da escola pública de qualidade; e de outro, sua suficiência, indicando que a aprovação da BNCC não demanda mudanças nas DCNs de formação de professores, pois ela expressa devidamente a necessidade de a formação de professores articular-se às políticas públicas de educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao sistema nacional de avaliação da Educação Superior visando garantir projetos institucionais que promovam a melhora da formação inicial e continuada dos professores para o atendimento às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. (ANPED, 2019).

A DCN/2015, compreendida como importante marco legal na formação dos professores brasileiros que, na opinião de Cintra e Costa (2020, p. 10) “apontavam para um discurso na direção de uma formação que conduz à práxis como articulação entre a teoria e a prática permeando o trabalho educativo”, não teve oportunidade de ser concretizada de maneira efetiva nas IES em decorrência do atropelamento que a mesma teve com a publicação da DCN/2019, já que:

A Resolução CNE/CP nº 2/2015 foi elaborada em ampla discussão com as entidades educacionais e comunidade científica, incorporando teses e princípios da formação inicial e continuada de professores (historicamente construídos), mas foi revogada pelo CNE, que instituiu duas normativas (Resolução CNE/CP nº 2/2019 – diretrizes para a formação inicial de professores e criação da base nacional comum, BNC-F, e Resolução CNE/CP nº 2/2020 – diretrizes para a formação continuada de professores). (LOPES; RIVAS, 2020, p. 79).

⁷⁷ Utilizaremos a sigla DCN/2015 para designar a normativa, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>.

⁷⁸ Empregamos o uso da sigla DCN/2019 para fazer referência a mais recente diretrizes de formação de professores, disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-20-de-dezembro-de-2019-*-242332819.

Em contradição, o Estado brasileiro após um intenso processo de golpe jurídico e parlamentar, de retirada do governo petista de Dilma Rousseff que, levou Michel Temer ao poder que, utilizou-se do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, para passar o trator nas políticas educacionais, – por consequência nos trabalhadores e nas entidades representativas da área educacional – dentre elas implementou a DCN/2019, sob prerrogativa de atender a BNCC (também fortemente distorcida das versões anteriores) como documento norteador do processo educacional⁷⁹. Para tanto, a DCN/2019 vincula a formação docente ao desenvolvimento de competências profissionais, balizadas nos princípios já estabelecidos pela BNCC em suas competências gerais (BRASIL, 2019).

Para formação de professores, essa conexão entre a visão mercantil do processo educacional e da formação da futura força produtiva docente, resulta na opinião de Lopes e Rivas (2020, p. 82) na “responsabilização do sujeito, [n]o ajustamento às regras da sociedade, [n]o comportamento flexível, [n]a rotinização e [n]a adaptação dimensionam a formação docente, distanciando-se da concepção de professor enquanto intelectual crítico”.

Do ponto de vista mais geral, essa “nova” formação docente preconizada na atualidade do século XXI, também corresponde ao entendimento que esses sujeitos têm influência central na concretização do processo de ensino. Para Oliveira (2020), a reforma educacional global centraliza o foco na formação docente, pois, parte da constatação que os professores representam maior impacto nas aprendizagens dos alunos, passando a ser foco de estudo dos organismos internacionais, no sentido de identificar, avaliar e delimitar as atitudes e afazeres da boa docência.

Para tanto, Oliveira (2020, p. 102) caracteriza que o “ato de ensinar e a subjetividade do professor estão ambos profundamente alterados dentro da nova visão de gestão que persegue resultados, que tem seu desempenho constantemente medido, em suma, baseada na competição” que, também se fia pela autorreflexão sobre seu trabalho, no sentido aumentar a produtividade docente, além de aprofundar a individualização (destruição da identidade profissional comum/coletiva). Desse emaranhado contemporâneo, o docente do século XXI, oriundo das novas políticas educacionais “torna-se um solucionador de problemas e, ao mesmo tempo, um sujeito empreendedor que deve zelar pelo seu próprio desempenho e

⁷⁹ Válido ressaltar, que o “toque de caixa” nas políticas desse governo, bem como da gestão atual de Jair Bolsonaro, tem favorecido o grande capital, já que se destina em desregular os direitos sociais, bem como impulsiona a livre regulação do mercado que, associado ao quadro pandêmico tem capilarizado o desemprego, o aumento da pobreza e da fome no país e da insuficiência dos serviços públicos à população, graça ao desmonte provocado, sistematicamente, pelos sucessivos governos.

desenvolvimento profissional, mesmo que não tenha qualquer segurança e apoio para tal” (OLIVEIRA, 2020, p. 103), simultaneamente, também é o agente responsável – segundo o discurso hegemônico – pelas aprendizagens discentes, pelo processo de ensino e pela qualidade da educação em sua totalidade.

Segundo Pires e Cardoso (2020, p. 83), o projeto neoliberal de educação e, por consequência, a formação de futuros docentes tem por objetivo produzir “sujeitos dóceis, fáceis de serem capturados, empreendedores de si, homogêneos para o bom funcionamento dessa engrenagem”, dotados de características como a “‘flexibilidade’ e [a] ‘cooperação’ [que] compõem também a racionalidade neoliberal”. A educação ao assumir os contornos mercantis, tem por interesse a geração do indivíduo “flexível, resiliente, que se adapte facilmente às situações encontradas no âmbito do trabalho, que possua iniciativa e esteja a postos para cooperar” com o sistema do capital (PIRES; CARDOSO, 2020, p. 83).

Como desdobramentos desses preceitos na formação docente, as recentes legislações tem preconizado um processo formativo que desacredita os domínios/conhecimentos teóricos e reflexivos e reduz a docência ao aprendizado de habilidades e competências (saber-fazer), transformando o professor em um reprodutor pedagógico e de práticas estabelecidas (PIRES; CARDOSO, 2020, p. 83), que no atual cenário, indica para os conhecimentos da BNCC, compreendidos como o padrão a ser implementado no sistema educacional brasileiro.

Dessa maneira, percebe-se que a profissão docente, também vem assumindo feições do trabalho uberizado moderno, na qual a parcela intelectual desse labor está fora do controle desse trabalhador. Nas palavras de Pires e Cardoso (2020, p. 85) “o docente não tem participação nas decisões curriculares, ele é mero executor de um pacote pensado por outrem”, ou seja, ocorre a expropriação da dimensão intelectual/reflexiva do trabalho, ao mesmo que limita ao sujeito apenas a realização de tarefas – no caso da docência, a confecção das aulas – pré-estabelecidas pelo sistema educacional. Silva e Cruz (2021, p. 9), sintetizam que:

A contradição entre a possibilidade do reconhecimento do trabalho docente devido à sua imprescindibilidade e o controle sobre seu trabalho articulado à interdição da participação deliberativa promove uma imposição de aligeiramento e intensificação de forma a estabelecer uma divisão e atuação técnica do trabalho na hegemonia pedagógica das competências, fazendo com que professores se adaptem aos parâmetros de aferição de produtividade quantitativos e performáticos, incongruentes com a natureza de sua atividade, reduzindo-os/as a executores/as de tarefas, destituindo-os/as do poder nas deliberações sobre as políticas educacionais impostas a regulamentações aplicadas ao mundo do trabalho.

No mesmo bojo, as autoras afirmam que a institucionalização da lógica das

competências na formação docente, tem instituído na organização curricular novas práticas educativas orientadas pelo caráter técnico, prático e utilitarista, onde se tem vinculado o conhecimento apenas pela sua aplicabilidade, ou seja, tem limitado o sentido dos saberes ao seu viés pragmático, interessando apenas seu valor de uso (SILVA; CRUZ, 2021).

Pereira, Araújo e Valencia (2021), averiguam que o atual processo de reformulação do processo educacional brasileiro, tem interferido no trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes. Para os autores, esses profissionais abandonam o ideário de serem os sujeitos capazes de transmitir o conhecimento a partir da especificidade de cada discente, adquirindo “novas roupagens” para que o aluno construa seu processo de ensino aprendizagem, ou seja, o professor não goza de ser o detentor do conhecimento a ser transmitido aos alunos⁸⁰, passando à função de organizador de atividades práticas, deteriorando, assim, as formas mais complexas e necessárias para a absorção do conhecimento científico hoje existente (PEREIRA; ARAÚJO; VALENCIA, 2021). Portanto:

a concepção neotecnicista de formação do professor, pois a resolução centraliza a formação e o trabalho docente nas competências da BNCC; na ênfase dos saberes da docência, especificamente o conhecimento prático profissional; no domínio do conteúdo a ser ensinado e seu conhecimento pedagógico, ou o “conhecimento pedagógico do conteúdo”; no uso de metodologias ativas – resolução de problemas e inovação; na formação em serviço e na centralidade da prática. Tal perspectiva vê a formação de professores com o objetivo de aprender e ensinar com vistas ao domínio de competências capazes de relacionar a transposição da matéria a novas habilidades competitivas. (SILVA, 2020, p. 109).

Os autores apontam que os cursos de formação de professores, ao serem balizados pela pedagogia das competências e seus pressupostos, são alterados no sentido de secundarizarem os conhecimentos científicos, dando espaço para disciplinas pragmáticas, que preparam o docente à prática da realidade precária do mundo contemporâneo, bem como, já incorpora na formação docente, a tendência de culpabilização individual frente aos desafios/percalços oriundos da formação superficial hoje preconizada pelas políticas educacionais, demandando um esforço solitário por parte desse docente, para a busca de iniciativas e atitudes (saberes tácitos) que possam resolver os problemas encontrados (PEREIRA; ARAÚJO; VALENCIA, 2021).

Dessa perspectiva formativa, Silva (2020) trata que a formação docente, bem como o trabalho desses profissionais, passa a ser compreendidos sob a epistemologia da prática,

⁸⁰ Do ponto de vista dialético, essa construção do conhecimento é realizado entre os atores envolvidos no processo de ensino, devendo o professor efetivar um trajeto que busque a ascensão do nível sincrético para o nível sintético por parte dos discentes.

através do viés neotecnicista, em razão da defesa que o saber profissional, a produção dos conhecimentos e a reflexão da prática docente têm como centro nodal, o saber fazer. Assim, nas palavras da autora, passa-se a compreender que o “ser professor é constituído e aprimorado à medida que o profissional em formação, ou em serviço, busca refletir a partir de situações práticas reais, tornando-se responsável pela construção do seu saber e da sua prática pedagógica, num aprender fazendo” (SILVA, 2020, p. 110).

Já Freitas e Molina (2020), ao focalizarem na formação preconizada pela DCN/2019, apontam importantes traços do perfil docente idealizado pelos preceitos pós-modernos. Para os autores, ao terceirizar aos docentes a responsabilidade da busca pela formação continuada de maneira isolada e, que aprende a partir de suas experiências, dialoga-se integralmente com a “nova configuração da sociedade do não trabalho, do Estado mínimo, [onde] cada indivíduo passa a ser muito mais responsável por sua existência e deve encontrar os seus próprios meios de sobrevivência” (FREITAS; MOLINA, 2020).

Na opinião de Silva (2020), a priorização pelas competências e habilidades, ou ainda nas “competências profissionais dos professores” (BRASIL, 2019) como foco da formação docente, acarreta no escanteamento da questão do trabalho docente e das dimensões fundamentais (estabilidade por concurso público; dedicação exclusiva pelo trabalho em um ambiente escolar; salários e planos de carreira dignos; condições de trabalho por uma infraestrutura física e recursos humanos adequados; relação de alunos e professores compatíveis para o processo de ensino aprendizagem; existência de materiais pedagógicos e tecnológicos nas escolas, etc.) para o desenvolvimento e valorização desse trabalho pedagógico no meio educacional.

Concordamos com o pensamento de Pereira, Araújo e Valencia (2021, p. 16), quando os autores afirmam que no atual cenário das políticas educacionais e a respectiva formação de professores recomendada pelas mesmas, onde “temos um ciclo de formação ideal para atender as demandas do mercado e do capital, sendo que os professores são convertidos em profissionais flexibilizados e desenvolvem justamente esse perfil de aluno” e, por conseguinte, a “educação propagada pela reestruturação produtiva visa a simples formação tácita do sujeito e o conhecimento científico se vê cada vez mais desvalorizado nas escolas, com destaque para a rede pública”.

Em outras palavras, o processo em curso, visa o amoldamento da educação (em todos os níveis) aos moldes neoliberais, onde a busca pelas oportunidades e pelas aprendizagens são colocadas no âmbito particular, não cabe ao Estado garanti-las de maneira duradoura e qualitativa, em razão desse entendimento, a atividade escolar/educacional tem se deslocado da

ideia de direito social para o conceito de mercadoria a ser adquirida pelos indivíduos, interessada na “autoqualificação” para competir no mercado de trabalho cada vez mais feroz.

Essa caracterização, também dialoga com o próprio cenário que a EF tem sido colocada, já que a área não é compreendida pela visão hegemônica, como detentora de conhecimentos relevantes na formação dos novos sujeitos. Assim, no próximo item debateremos como as políticas educacionais têm interferido e formatado a formação dessa área de conhecimento.

4.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Historicamente a Educação Física tem assumido um papel de formação de professores pautados por uma racionalidade do “saber-fazer”, ou ainda, dos conhecimentos práticos da cultura corporal. Para Abreu, Sabóia e Nobrega-Therrien (2019), essa concepção formativa hegemônica, iniciou-se pelos princípios eugênicos em decorrência da forte influência dos médicos no processo formativo (aulas teórica de caráter biologicista), passando, posteriormente durante o período militar no Brasil, ao pensamento tecnicista balizado pela assunção do “fazer pelo fazer”, fortalecendo, assim, a perspectiva formativa técnica-desportiva, sustentada pela mecanização dos gestos técnicos (viés instrumental). Portanto, na opinião dos autores, a formação em Educação Física nesse período se apresentava como:

[...] representações hegemônicas polarizadas na constituição histórica da Educação Física, do início da década de 1930 à década de 1980, assumiram sobremaneira uma racionalidade do corpo alienado às forças produtivas hegemonicamente ascendentes, implicadas pelo capital (ABREU, SABÓIA E NOBREGA-THERRIEN, 2019, p. 198).

Contudo, os autores indicam à reverberação no presente século, o desejo de conhecer o objeto epistemológico da Educação Física nas políticas educacionais, ainda vinculando-se a uma prática eminentemente técnica, que oferecem “privilégios” as experiências vividas nos ambientes educativo-profissionais, incidindo numa dura realidade que direciona para a desprofissionalização docente, à mercantilização esportiva e despolitização identitária em prol de modelos reprodutivistas na especificidade da formação docente em Educação Física (ABREU, SABÓIA E NOBREGA-THERRIEN, 2019).

Para Nunes e Neira (2018), a competição é a característica marcante do atual momento, onde se propaga a noção que o sujeito é detentor da capacidade de fazer escolhas

(aquisição, participação e consumo), bem como se identifica com os objetos produzidos pelo presente sistema de produção (produto, mensagem e serviço) o que gera novos sentidos para as mais diferentes questões, dentre elas o corpo, as práticas corporais, a educação e a educação física.

Nesse universo de grandes transformações, a Educação Física tem acompanhado o intenso ritmo de mudanças do mundo do trabalho, concretizando novas formas de trabalho em seu mercado específico, bem como, necessita recrutar novos perfis de trabalhadores, capazes de atender as recentes manifestações do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo, que se submete a diversidade de vínculos laborais e de remunerações praticadas no atual mercado de trabalho do século XXI.

A reestruturação produtiva, operada a partir dos anos 70, vêm acumulando transformações que visaram atender o capital especulativo e financeiro, enquanto degradavam as condições de trabalho e de sobrevivência do sujeito humano/trabalhador, implementada a partir da associação de condicionantes econômicos, sociais e, principalmente, tecnológicos (troca da base metal-mecânica pela microeletrônica) que, causaram impactos gigantescos no mundo do trabalho e, por consequência, resultaram em modificações nas relações de produção e de trabalho (VERENGUER, 2005).

Para a autora, uma das principais mudanças no âmbito laboral se efetiva pela execução do conceito da flexibilidade no mundo do trabalho atual. Assim, “as idéias de flexibilização dos contratos de trabalho (perda dos direitos trabalhistas, terceirização, precarização do emprego etc.)”, bem como a “flexibilidade do trabalhador (multifuncionalidade e polivalência) escondem, na verdade, exploração, sobrecarga e insegurança no trabalho” (VERENGUER, 2005, p. 50).

Como consequência desse cenário, as qualificações desses profissionais também tem se alterado ao longo do tempo, já que se exige do trabalhador a incorporação de múltiplas tarefas (concepção, organização, execução, avaliação das tarefas e controle da qualidade) no fazer laboral cotidiano, implicando numa escolarização mais voltada a alguns saberes⁸¹, em decorrência do trabalho qualificado necessitar de “certos conteúdos mais refinados” para sua concretização (VERENGUER, 2005).

Essa realidade incidiu primeiramente nos setores automobilístico, têxtil e metalúrgico, posteriormente, contaminou as demais áreas produtivas como o setor terciário/serviços, onde

⁸¹ No caso do ensino básico, as novas políticas educacionais têm apontado como necessidade as habilidades da leitura, da escrita e da quantificação para inserção das futuras gerações de trabalhadores no mercado de trabalho (BARRETO; ANVERSA; SOUZA, 2020).

se insere majoritariamente as atividades laborais da Educação Física, tanto o segmento educacional (privado ou não), quanto às demais manifestações da cultura corporal, paulatinamente, mercadorizadas pelo sistema do capital.

Para Verenguer (2005), o atual quadro da Educação Física – maior demanda pelos seus serviços; clientes com maior poder de informação e mais exigentes; crescente número de trabalhadores intervindo na área; regulamentação da profissão – tem recrutado uma postura mais profissional desses trabalhadores, exigindo que o exercício profissional em Educação Física tenha como parâmetros a consciência, o conhecimento e a responsabilidade na sua intervenção.

Contudo, essa realidade não se aplica em todos ambientes laborais da área da Educação Física, principalmente em setores onde o investimento em maquinaria ocorre de forma mais intensificada, objetivando a maximização do lucro. Em um estudo de caso, que focalizou uma grande academia de ginástica na cidade São Paulo, é possível ver o exemplo da padronização dos procedimentos e de intervenção nos serviços oferecidos pelo estabelecimento, resultando numa intervenção profissional caracterizada pela repetição dos procedimentos previamente padronizados pelo programa de condicionamento físico geral da academia, onde se constata a falta de autonomia desses trabalhadores qualificados no exercício profissional o que, acaba por se relacionar como condicionante de exploração e alienação do trabalho por parte do capital (VERENGUER, et al. 2008). Nessa perspectiva:

[...] o trabalho pode ser tanto fonte de liberdade e criação como de alienação e escravidão. Destituído de significado, portanto mera repetição e execução de tarefas, o trabalho deixa de ser fonte de realizações e o trabalhador não se percebe como criador, como alguém indispensável, pois ao não decidir sobre os rumos da sua intervenção, o profissional torna-se uma mercadoria, ou seja, algo que se compra, se usa e, depois, descarta-se (SADER, 1999 apud VERENGUER, et al. 2008, p. 458-459).

De maneira semelhante, Bernardi e Molina Neto (2016) afirmam que os métodos de racionalização do ensino formal, ferem o trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes em Educação Física, já que o controle pedagógico fica nas mãos de agentes externos. Nesse sentido, os autores defendem a ideia de que a autonomia, enquanto necessidade educativa vital, não deve cercar/limitar a liberdade técnica e ideológica do professor, devendo estar alicerçada num projeto de Educação Emancipadora. Entretanto, o alijamento desses docentes, também perpassa pela negação da sua participação nos projetos de concepção escolar (organização escolar, espaços físicos e pedagógicos) que interferem no desenvolvimento da Educação Física (BERNARDI; MOLINA NETO, 2016).

Outra realidade encontrada no segmento fitness, é controle dos ideais subjetivos sobre esses trabalhadores. Guimarães Filho, Moura e Antunes (2011), relatam que profissionais atuantes em mega-academias, tendem a fazer uso de suplementos alimentares e medicamentos, visando melhorar seu desempenho (estética corporal) nas atividades laborais e, por consequência, aumentar os rendimentos financeiros, enquanto, secundarizam as suas condições de saúde (tempo de descanso, alimentação, aquisição de doenças relacionadas ao trabalho, etc.), em casos extremos, esses trabalhadores trabalham doentes em decorrência dos descontos salariais, já que não possuem carteira assinada pela academia.

Os referidos autores, também apontam para o privilégio de atividades personalizadas durante a rotina de trabalho dos profissionais de Educação Física nesse segmento. De acordo com o estudo, todos os trabalhadores entrevistados atuam com atividades personalizadas (marcadas pela rotatividade de alunos), como também, a grande maioria (84%) atua em pelo menos dois locais de trabalho, onde desenvolvem atividades diversas nesses recintos comerciais (aulas coletivas e personal trainer), podendo alcançar jornadas de trabalho com duração de 12 horas diárias (GUIMARÃES FILHO; MOURA; ANTUNES, 2011).

Como plano de fundo de todas essas realidades, avança a concretização de um mundo do trabalho cada vez mais imprevisível e concorrido em suas dinâmicas. Para a Educação Física, a atualidade do mercado de trabalho tem manifestado a ascensão de relações trabalhistas mais invisibilizadas e individualizadas, por exemplo, o trabalho dos personal trainers e do trabalho horista (nas diferentes manifestações da cultura corporal, ou ainda, na oferta de aulas específicas em escolas, universidades e clubes) que em tempos de pandemia se associaram aos aparatos tecnológicos, possibilitando a oferta de serviços em *home office* e/ou digital.

Nesse sentido, podemos constatar a concretização do empreendedorismo como forte tendência/alternativa ao mercado de trabalho atual. Nas palavras de Antunes (2020), o processo de “uberização” das relações laborais, vendidas como prestações de serviços, esconde o viés de assalariamento e exploração do trabalho contemporâneo que, se associam ao marco das empresas liofilizadas e flexíveis que, impõe na prática os vínculos voláteis (terceirizados, informais e flexíveis) e, que resultam na intermitência do trabalho, nos contratos de zero horas (sob demanda), na subutilização da força de trabalho e no desemprego como figuras no mundo do trabalho do século XXI, possibilitando o florescer do pensamento que o “patrão de si mesmo” ou o “empreendedor de si mesmo” é a alternativa correta de vencer no atual contexto social.

Freitas, Oliveira e Coelho (2019), destacam que é na realidade das novas cadeias de

produção de valor no cenário mundial, que a formação universitária tem sido influenciada por agentes que atuam a partir de interesses particulares/corporativistas. Nessa perspectiva, o novo designer das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (DCNEF), absorve crenças e epistemologias provenientes dos setores mercantis, já que alguns dos próprios conselheiros, bem como, seus posicionamentos sobre temas apresentados, são favoráveis aos interesses do mercado (FREITAS; OLIVEIRA; COELHO, 2019).

Para os autores, a nova DCNEF aponta nitidamente à formação de professores guiada pela ênfase nas capacidades/habilidades/competências que os futuros professores em Educação Física devem adquirir durante a formação inicial, com vistas a se tornarem “gestor de si mesmo” e empreender no mercado de trabalho (FREITAS; OLIVEIRA; COELHO, 2019).

Para tanto, Freitas, Oliveira e Coelho (2019, p. 249) sinalizam que conceitos como a “ideologia empregabilidade, o empreendedorismo, a gestão de si mesmo e a aprendizagem ao longo da vida” ao se associarem ao tocante específico da formação em Educação Física, “baseiam-se no gerencialismo e pressupõem medidas de organização e de administração visando à redução de custos e potencializando resultados”, dialogando com a demanda contemporânea de “formar professores de Educação Física com eficiência, imbricados por uma lógica pragmática, técnica, produtiva e empreendedora”.

No Brasil, esse ideário tem desenvolvido um processo que atende aos interesses do grande capital, já que promove a comercialização em grande escala da formação no setor privado, hegemonicamente nos modelos semipresenciais ou a distância (EaD), possibilitando a obtenção de lucros por parte das instituições educacionais que oferecem esses serviços. Assim:

A formação de professores de Educação Física a distância em instituições de Ensino Superior favorece o crescimento de um exército de trabalhadores que retroalimentam essa cadeia de produção de valor tendo em vista a fragilidade e a precarização da formação adquirida. Portanto, ao vender esse “produto” e suas variáveis, em nome da empregabilidade e do sucesso profissional, essa formação contribui para o florescimento da expansão do mercado superior privado no Brasil. Outra variante desse processo, efeito da disruptura na formação em Educação Física, reside no mercado do fitness. Esse segundo “produto”, oriundo da privatização no âmbito da Educação Física e das atividades físicas passou por uma expansão exponencial em todo o mundo. (FREITAS; OLIVEIRA; COELHO, p. 251, 2019).

Nessa conjuntura, a DCNEF tem por objetivo promover a formação de professores em Educação Física com contornos contemporâneos onde se naturalizam a comercialização de todo o processo formativo, a partir do pensamento do autoinvestimento de si mesmo, proposto

pela Teoria do Capital Humano (TCH), convertido na Pedagogia das Competências (PC) no século XXI, depositando a responsabilidade sobre os indivíduos pela sua própria aptidão de manter-se ativamente no atual mercado de trabalho (GOMES; SOUZA, 2021).

A própria DCNEF, executa com maestria essa lógica de autoresponsabilização por parte do indivíduo e suas escolhas. Santos Júnior e Bastos (2019), delimitam que ao implementar a referida normativa o Estado se retira da responsabilidade de garantir uma formação única em Educação Física, transferindo essa “escolha” aos estudantes no meio do processo de instrução inicial, mantendo a fragmentação da formação nos cursos⁸² e que, possui correlação direta com a precarização do mundo trabalho de acumulação flexível.

Contudo, essa realidade também é produzida pelas questões ideológicas relacionadas à saúde e à qualidade de vida, amplamente propagadas pela grande mídia e outras instituições que, tratam as práticas/manifestações corporais como mercadorias a serem comercializadas no interior do mercado de produtos e serviços fitness, esportivo e do lazer (FREITAS; OLIVEIRA; COELHO, 2019).

Por de trás desse cenário, efetiva-se a pulverização de empregos precários aos professores de Educação Física que, necessitam desses “bicos” para conseguir sobreviver no cotidiano moderno. Não diferente da situação dos trabalhadores que trabalham por aplicativos (Uber, 99, Ifood, Rappi, etc.), o mercado de trabalho da Educação Física, tem expandido o labor cada vez mais ligado a demanda de consumo, ou seja, a partir dos “modismos” contemporâneos, necessitando de uma força de trabalho flexível e apta para ofertar essas manifestações da cultura corporal, atualmente, apropriadas pelo capital e, hegemonicamente, mercantilizadas pelos espeços de lazer, atividades físicas, saúde e ambientes educacionais.

Conciliável, a formação preconizada pela DCNEF tem valorizado os conhecimentos do cotidiano e pessoal (pragmáticos, socioemocionais e instrumentais), secundarizando os conhecimentos mais refinados constituídos pela humanidade ao longo da história (SANTOS JÚNIOR; BASTOS, 2019). Para isso, a DCNEF promove a expansão da parcela prática dos cursos no interior da organização curricular, prezando pela aplicação prática dos conhecimentos da cultura corporal, forjando “*professores competentes*” referenciados pela habilidades/competências (GOMES; SOUZA, 2021), impostas pelo avanço da tecnologia no processo de produção, circulação e consumo e, que, visam a maturação da Revolução 4.0 (FREITAS, 2018).

⁸² Santos Júnior e Bastos (2019), tratam que a divisão da formação balizada pela PC, produzem uma ênfase ao individualismo, bem como, rebaixa os conteúdos de ensino em decorrência do aligeiramento do processo formativo e da flexibilidade do currículo, com vistas a atender as demandas quantitativas de profissionais no interior do mercado de trabalho.

Para tanto, a DCNEF estruturada em duas etapas de 1600 horas (Etapa Comum e Etapa Específica), totalizando 3200 horas referenciais para a graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), destina 20% das horas referenciais (640 horas) aos estágios supervisionados a serem executados em ambientes de prática real (espaço escolar e não escolar respectivamente), ampliando a carga horária dos mesmos, com objetivo de atribuição de habilidades e competências desses âmbitos laborais (BRASIL, 2018).

Portanto, percebe-se que a própria formação idealizada pela DCNEF já possui uma postura de aproximar os futuros trabalhadores do cotidiano do mercado de trabalho, afastando-os de uma formação robusta e com viés emancipatório, em outras palavras, a normativa propaga uma formação aligeirada, alienante e pragmática, bem como, auxilia na acentuação da exploração dos trabalhadores de Educação Física na presente face do mundo do trabalho (GOMES; SOUZA, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a escrita final do trabalho, teceremos as considerações finais sobre a temática levantada como norte do presente estudo, ou seja, como se tem apresentado as mudanças no mundo do trabalho a partir do emprego dos ideários/conceitos pós-modernos e quais as suas implicações para a área da Educação Física.

Nessa perspectiva, pudemos constatar que o mundo do trabalho geral, bem como o mercado de trabalho em Educação Física, tem apresentado uma fase de incentivar/beneficiar a perspectiva pós-moderna neoliberal, onde seus desdobramentos se materializam a partir de noções/ideias individualizadas e fragmentadas, implicando à realidade laboral a efetivação da visão empreendedora, ou ainda, a percepção do trabalhador ser “patrão de si mesmo”. No mesmo bojo, também se operacionaliza a mudança no teor desse trabalho, já que as teses pós-modernas incidem fortemente nas relações trabalho, bem como nas diretrizes centrais do trabalho, empregando a polivalência do labor moderno, a flexibilização das relações e vínculos trabalhistas e a precarização das condições de trabalho.

Com ascensão da tecnologia no interior da sociedade contemporânea, em especial a tecnologia digital/computacional que, possibilitou a revolução 4.0, reconfigurando as cadeias produtivas, bem como a forma do labor no século XXI. O trabalho por plataformas digitais, o *home office*, o trabalho digital, entre outras manifestações de trabalho contemporâneos, possibilitadas pela associação da tecnologia computacional e o sistema de rede (*internet*), tem pulverizado trabalhos temporários e intermitentes, recrutando trabalhadores a partir do nível

de demandas comerciais. Esse novo padrão laboral, concretizado pelo uso massivo das tecnologias, tem proliferado em larga escala, um movimento no mundo de trabalho, denominado de “uberização do trabalho” ou “fenômeno da uberização”, onde o labor tem assumido, crescentemente, sua relação e dependência para com os recursos da tecnologia digital/computacional.

Na especificidade da Educação Física, esses preceitos impostos no interior do atual mundo trabalho, desdobra-se em diversas metamorfoses no desenvolvimento do trabalho da cultura corporal na atualidade. Para melhor exemplificação, explanaremos a sínteses encontradas a partir das três principais manifestações do atual mercado de trabalho em Educação Física.

No ensino formal, foram operacionalizadas três principais estratégias por parte do capital: a) criação de alternativas aos vínculos estáveis, (contratos temporários, regime horista e categorias eventuais); b) intensificação do trabalho (aumento da jornada de trabalho, diminuição da remuneração); c) simplificação do conteúdo do trabalho (replicador de planos de ensino e aula pré-elaboradas).

Na esfera mais mercadorizada da Educação Física (fitness, lazer, autônomos), constata-se mudanças mais severas aos trabalhadores desses setores, onde se tem promovido: a) pulverização da informalidade no mercado de trabalho da Educação Física (contratação por demandas/consumo); b) a terceirização/pejotização de atividades da cultura corporal (por exemplo, o serviço de ginástica laboral nas empresas ou trabalho como MEI⁸³); c) o fetiche pelo empreendedorismo como saído ao atual momento do mercado de trabalho, onde vende a ideia de liberdade e flexibilidade do trabalho (atividades como personal *trainer*, proprietário de estúdios, academias, venda de produtos nutricionais, etc.).

Por terceiro, o trabalho por plataformas/aplicativos, tem revelado a face mais trágica do trabalho hoje em dia, pois associam os diferentes determinantes do mundo trabalho contemporâneos (rebaixamento de remuneração, inexistência da relação de trabalho, não garantia dos direitos aos trabalhadores, entre outros), já que são consideradas apenas mediadoras da oferta e da procura de serviços, promovendo “postos de trabalho” com caráter intermitente e uberizado.

Sinteticamente, o que podemos constatar em nosso estudo foi a confirmação de nossa hipótese que: *o fenômeno da uberização como a categoria que expressa os ideais da pós-modernidade, vem promovendo, intensas modificações no mundo do trabalho, e por*

⁸³ A sigla se refere ao trabalho desenvolvido pela empresa/sujeito denominado como Microempreendedor Individual.

consequente, na especificidade da Educação Física, bem como na sua formação específica e no conhecimento científico requisitado no atual contexto da sociedade contemporânea.

Esse nosso posicionamento, decorre da constatação que as plataformas digitais e o trabalho necessário a esse recente modelo laboral, tem acarretado uma acentuação da subsunção do trabalho ao sistema do capital, bem como a concretização de novos conceitos/ditames do mundo do trabalho contemporâneo.

Além disso, verifica-se o rebaixamento a formação dos novos profissionais ao secundarizar os conhecimentos técnico-científicos, priorizando o aprendizado dos saberes compreendidos como essenciais na atual conjuntura (saberes utilitaristas/práticos, socio-afetivos). É válido reiterar, que esse modelo formativo tem sido replicado em diferentes partes do mundo e no Brasil, tem sido o foco das novíssimas propositivas educacionais em todos os níveis de ensino, do ensino básico pela implementação da BNCC, ao cenário da formação no ensino superior pela adoção de políticas com as BNC e a BNC-EF.

Contudo, consideramos a necessidade do acompanhamento dos atuais desdobramentos, já que os indícios aqui apontados se referem ao estágio inicial do que está por vir no interior do mundo do trabalho. Outra demanda na especificidade da Educação Física é compreender de forma mais aguçada de como ocorre o processo de mercadorização e, posterior descarte dos componentes da cultura corporal (os modismos) no cenário capitalista. Em outras palavras, se faz urgente a interpretação de como esses “modismos” surge e altera o estilo de vida de parcela significativa da população, ao mesmo tempo que, influência a formação em Educação Física e no comportamento do mercado de trabalho, impondo assim, a abertura e o fechamento de segmentos inteiros aos trabalhadores que se dedicam e dependem dessas manifestações para garantir sua sobrevivência no sistema do capital.

Por fim, reinteramos a necessidade da classe trabalhadora se apropriar do seu papel peculiar na realização do processo produtivo e, demonstrar sua força num contexto de ofensiva do capital sobre o trabalho humano. Para tanto, é inevitável a resistência e a luta dos trabalhadores perante aos moldes opressivos impostos pelo grande capital que, tem negado o acesso aos direitos mais básicos (trabalhistas, seguridade social, etc.) a esses sujeitos ao mesmo tempo, que acelera o processo de exploração e expropriação de mais vália do trabalho humano.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Trad. (Murillo van der Laan, Marco Gonsales). 1. ed. São Paulo: Boitempo, cap. 7, p. 111-124. 2020,
- ABREU, S. M. B; SABÓIA, W. N; NOBREGA-THERRIEN, S. M. Formação docente em educação física: perspectivas de uma racionalidade pedagógica do corpo em movimento. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 191-206, set./out. 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/897/1317>. Acesso em: 7 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.897>.
- ALMEIDA, F. Q; VAZ, A. F. Do giro linguístico ao giro ontológico na atividade epistemológica em Educação Física. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 11-29, jun./set. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/12485/10007>. Acesso em: 7 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.12485>.
- ALVES, G. Trabalho e Mundialização do Capital - O Novo (e Precário) Salariado Tardio. **Revista on-line Estudos do Trabalho**. p. 66-84. [20--?]. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-trabalho-mundializacao-capital.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.
- ANES, R. R. M. Reestruturação produtiva, conhecimento e adequação da universidade aos moldes empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.277-295, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43516/24614>. Acesso em: 12 nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43516>.
- ANGELO, D. F. B; MEDEIROS, T. B. Educação e reestruturação produtiva: neoliberalismo, pós-modernidade e o “aprender a aprender”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 279-290, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/35898/21843>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. 10 reimp. Ver. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.
- ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **ARGUMENTUM**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 09-15, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/941/713>. Acesso em: 7 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v2i2.941>.
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>.

APPEL-SILVA, M; BIEHL, K. Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções. **Revista mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 518-534, set. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482006000200011. Acesso em: 10 jul. 2021.

ARAÚJO, R; PEREIRA, K. C. P; SILVA, L. R. Mundo do trabalho e as reformas na educação: a formação do trabalhador flexível e a precarização do ensino. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020011, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655788>. Acesso em: 10 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8655788>.

ASTRADA, C. **Trabalho e alienação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968. 103 p.

BERNARDI, G. B; MOLINA NETO, V. Implicações da proletarização do trabalho docente na educação física escolar. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/36661/pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i2.36661>.

BEZERRA, A. L. S. O enfrentamento do desemprego sob a legitimação do trabalho precarizado no Brasil do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS 2019, 16., 2019. Brasília. **Anais Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: 16º CBAS, 2019. Disponível em: <http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1136>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é Base. **MEC**: Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). **Diário Oficial da União**, 10 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-20-de-dezembro-de-2019-*_-242332819. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. In: **Diário Oficial da União**, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). In: **Diário Oficial da União**, 29 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **MEC**: Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 243, p. 48, 19 dez. 2018. Seção 1. 2018b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877795/do1-2018-12-19-resolucao-n-6-de-18-de-dezembro-de-2018-55877683. Acesso em: 30 dez. 2021.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília, DF, 2013. 76 p. Disponível em: http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2020. 148 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, seção 1, v. 154, n. 134, p. 1-7, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=14/07/2017>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei. Nº 9.696, de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Planalto**, Brasília, DF, 2 set. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm. Acesso em 19 maio 2021.

BUNGENSTAB, G. C. Epistemologia da educação física brasileira: (re)descrições da atividade epistemológica no século XXI. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 26, p. 1-14, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/100551>. Acesso em: 28 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.100551>.

CARBINATTO, Bruno. Bilionários ficaram quase 30% mais ricos durante a pandemia. Abril, São Paulo, 07 out. 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/bilionarios-ficaram-quase-30-mais-ricos-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CARMO, L. J. O. et al. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR [online]**, v. 19, n. 1, p. 18-31, jan./ mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/HY7NpJpmW6vh6sKX3YdCrSd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2021. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200043>.

CASTANHO, S. Globalização, redefinição do estado nacional. In. LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. cap. 2, p. 13-37.

CHAGAS, E. F. A determinação dupla do trabalho em marx: Trabalho concreto e trabalho abstrato. **Marxismo 21**, p. 1-17, 14 set. 2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/A-determina%C3%A7%C3%A3o-dupla...-Ed.-Chagas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

D'AGOSTINI, A; TITTON, M. Educação Física no contexto da crise estrutural do capital e nas mudanças do mundo trabalho: repercussões na formação de professores. In. SOUZA, M. S; RIBAS, J. F. M; CALHEIROS, V. C. (Orgs.). **Conhecimento em Educação Física: no movimento das mudanças no mundo do trabalho**. Santa Maria: ed. UFSM, 2015. 188 p.

D'ANCONA. M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Trad. Carlos Szlak. 1 ed. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018. 142 p.

D'ANCONA. M. Quase morte, pós verdade, 2017. In. D'ANCONA. M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Trad. Carlos Szlak. 1 ed. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018. Prefácio, p. 13-17.

DUARTE, A. M. C. et al. A contrarreforma do Ensino Médio e as perdas de direitos sociais no Brasil. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-26, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22528/14286>. Acesso em: 8 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v45i0.22528>.

DUARTE, J. L. N. Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 291-299, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6GLMjngcgdqqQNFXCqSrSgr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p291>.

DUARTE, N. A rendição Pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores associados, 2004. p. 219-242.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4603/4239>. Acesso em: 26 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.4i4.p4603>.

ESCOBAR, Herton. Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020. **Jornal da USP**. São Paulo, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>. Acesso em 15 dez. 2020.

FELIZARDO, J. M. Capitalismo, organização do trabalho e tecnologia da produção e seus impactos na qualificação da força de trabalho. **Revista Labor**, v. 1, n. 3, p. 1-27, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/9286/7476>. Acesso em: 4 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i3.9286>.

FERREIRA, J. M. C. Novas tecnologias e organização do trabalho. **Organizações e Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 91-108, set./dez., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v7n19/07.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302000000300007>.

FILGUEIRAS, V; CAVALCANTE, S. Um novo adeus à classe trabalhadora. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Trad. (Murillo van der Laan, Marco Gonsales). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 11, p. 159-178.

FONSECA, R. G; BOTH, J. O mercado de trabalho para o profissional de educação física no estado do paraná – Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, e27010, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/zdWgDD5w4SR5sQkgdsVVkWp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.102787>.

FONSECA, R. G; SOUZA NETO, S. Educa o física, profissionaliza o e mercado de trabalho: uma análise sobre o projeto profissional. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, e26024, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/98699/56460>. Acesso em: 15 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.98699>.

FRANCO, D. S; FERRAZ, D. L. S. Uberiza o do trabalho e acumula o capitalista. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, Edi o Especial, p. 844-856, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/9NJd8xMhZD3qJVwqsG4WV3c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395176936>.

FREITAS, L. C. **A reforma educacional da educa o**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, R. G; OLIVEIRA, M. R. F; COELHO, H. R. Recentes Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de gradua o em educa o física e disruptura na forma o: apontamentos preliminares. **Caderno de Educa o Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 1, p. 245-253, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/21959/pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.36453/2318-5104.2019.v17.n1.p245>.

FREITAS, S. C; MOLINA, A. A. Estado, políticas públicas educacionais e forma o de professores: em discussão a nova resolu o cne/cp n. 2, de 20 de dezembro de 2019. **Pedagogia em Foco**, Iturama (MG), v. 15, n. 13, p. 62-81, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/506/423>. Acesso em: 1 dez. 2021.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In:

FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010. cap. 6, p. 75-100.

FILGUEIRAS, L. A. M; DRUCK, G; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, Mai./Ago. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490/11866>. Acesso em: 20 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v17i41.18490>.

FRIZZO, G. Divisão da formação em educação física: “crônica de uma morte anunciada”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 163-173; ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9591/7015>. Acesso em: 1 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v2i2.9591>.

FRIZZO, G. et al. **Relatório Técnico-Científico**: condições de trabalho e vida do professorado de Educação Física na rede Estadual de ensino em Pelotas-RS. março de 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/otpef/files/2018/04/Relat%C3%B3rio-Final-Projeto-EM-no-RS-1.pdf>. Acesso em: 23 de ago de 2021.

FURTADO, R. P. Novas Diretrizes e antigos debates: uma análise das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Educação Física – Resolução CNE/CES 06/2018. In: SOARES M. G; ATHAYDE, P; LARA, L. (Orgs.) **Formação profissional e mundo do trabalho**. Natal, RN: EDUFRN, 2020. cap. 7, p. 115-136.

GEREZ, A. G; BRACHT, V. As faces da precariedade do trabalho docente e as estratégias de ação de professores de Educação Física atuante no ensino superior privado mercantil. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-23, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e61672/41746>. Acesso em: 10 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e61672>.

GETNINJAS. **Conectando quem precisa com quem sabe fazer**. São Paulo, 2021b. Disponível em: <https://www.getninjas.com.br>. Acesso em: 12 set. 2021.

GETNINJAS. **Termos e condições gerais de uso do site**. São Paulo, 2021a. Disponível em: <https://www.getninjas.com.br/termos-de-uso>. Acesso em: 12 set. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GOMES, G. V; SOUZA, M. S. Formação de professores em educação física pós BNCC. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 858-873, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/38854/25256>. Acesso em: 10 dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43482>.

GONSALES, M. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Trad. (Murillo van der Laan, Marco Gonsales). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 8, p. 125-137.

GONÇALVES, M. E. S. A BNC de formação e as DCN's dos profissionais do Magistério e seus respectivos Projetos de Brasil. In: UCHOA, A. M. C; LIMA, A. M; SENA, I. P. F. S.

(Orgs.). **Diálogos críticos**, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Cap. 6, p. 123-141.

GOOGLE. Google notícias. 2021. Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em: 11 Mar. 2021.

GUIMARÃES FILHO, J. C. M; MOURA, D. L; ANTUNES, M. M. Quando a beleza põe mesa: uma análise das condições de trabalho do profissional de educação física em mega-academias. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 197-213, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2011v23n36p197/19650>. Acesso em: 6 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2011v23n36p197/>.

GYMPASS. **Interessado em ter mais clientes?**. 2021b. Disponível em: <https://hs.gympass.com/pt/pt-br-referral#FORM>. Acesso em 13 set. 2021.

GYMPASS. **Termos e Condições de Uso**. 2021a. Disponível em: <https://www.gympass.com/ad/terms>. Acesso em 13 set. 2021.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011. 235 p.

IPESI DIGITAL. **Brasil tem 32 milhões de trabalhadores em plataformas digitais e aplicativos**. 2021. Disponível em: <https://ipesi.com.br/brasil-tem-32-milhoes-de-trabalhadores-em-plataformas-digitais-e-aplicativos/#:~:text=Brasil%20tem%2032%20milh%C3%B5es%20de%20trabalhadores%20em%20plataformas%20digitais%20e%20aplicativos%20E2%80%93%20Ipesi>. Acesso em: 12 set. 2021.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Trad. Paulo Bezerra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 354 p.

KOVÁCS, I. Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 52, p. 41-65, 2006. Disponível em: [https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Kovacs2006#:~:text=A%20designa%C3%A7%C3%A3o%20E2%80%9Cnovas%20formas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20E2%80%9D%20\(NFOT,de%20demo%2D%20cratiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20e](https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Kovacs2006#:~:text=A%20designa%C3%A7%C3%A3o%20E2%80%9Cnovas%20formas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20E2%80%9D%20(NFOT,de%20demo%2D%20cratiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20empresa)mpresa. Acesso em: 4 mar. 2021.

KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

- LAVOURA, T. N. O ceticismo epistemológico e a agenda pós-moderna: implicações para o trabalho educativo. **Filosofia e Educação [RFE]**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 194-218, jun./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8646510/14058>. Acesso em: 10 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/rfe.v8i2.8646510>.
- LAVOURA, T. N. Uma face contemporânea da barbárie: a BNCC e a ofensiva do capital na devastação da educação pública. **Revista Fluminense de Educação Física**, Edição Comemorativa, v. 2, ano 2, p. 1-22, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/edfisica-fluminense/article/view/50043>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- LEITE, K. C. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociologia**, Belo Horizonte, v. 32, e020009, p. 1-18, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v32/1807-0310-psoc-32-e020009.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.
- LIMA, A. M; SENA, I. P. F. S. A pedagogia das competências na BNCC e na proposta da BNC de formação de professores: a grande cartada para uma adaptação massiva da educação à ideologia do capital. In: UCHOA, A. M. C; LIMA, A. M; SENA, I. P. F. S. (Orgs.). **Diálogos críticos**, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Cap. 1, p. 11-37.
- LOPES, Y. L. B; RIVAS, N. P. P. Base comum nacional ou base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica: a quem interessa a inversão da nomenclatura? **Formação em Movimento**, v. 3, n. 5, p. 71-91, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://costalima.ufrrj.br/index.php/FORMOV/article/view/685/1050>. Acesso em: 30 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v3i1n5.71-91>.
- LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 131 p.
- MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 1, p. 100–111, mar. 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932002000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 abr. 2020.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.
- MARTINS, L. M; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Acesso em: 12 dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-223.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>.
- MARX, K. **A ideologia Alemã**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128 p.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 1491 p.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 144 p.

MEDEIROS, J. L.G. A ciência afundada no tsunami irracionalista: as raízes do ataque à razão. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.443-464, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43474/24624>. Acesso em: 29 jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43474>.

MÉZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo, et al. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011. 158 p.

MILANI, M. F; GOMES, G. V; SOUZA, M. S. O atual cenário da formação docente no Brasil: os desdobramentos da BNCC nos cursos de licenciatura. **Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 33, n. 64, p. 01-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/79829/46879>. Acesso em: 10 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021.e79829>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coronavírus (COVID-19). Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MOURA, J. A. Mundialização e sociedade mundial. Apontamentos para uma posição ontológico-política do problema. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7, n. 2, p. 92–106, 10 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/15170/11367>. Acesso em: 26 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v7i2.15170>.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. FMI prevê para este ano maior recessão global desde 1929. Brasil, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fmi-preve-para-este-ano-maior-recessao-global-desde-1929/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

NOZAKI, H. T. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: Mediações da regulamentação da profissão**. 2004. 380 p. Tese (Doutor em Educação)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/educacao_fisica_artigos/edf_reordenamento_mercado_trabalho.pdf. Acesso em 30 abr. 2021.

NOZAKI, H. T. Mudanças no mundo do trabalho e reordenamento do trabalho do professor de Educação Física. **Efdesportes Revista Digital**, Buenos Aires, v. 13, n. 123, ago. 2008. Disponível em: <https://www.efdesportes.com/efd123/reordenamento-do-trabalho-do-professor-de-educacao-fisica.htm#:~:text=O%20reordenamento%20do%20trabalho%20do,s%C3%A3o%20permeados%20pelo%20trabalho%20prec%C3%A1rio>. Acesso em: 14 maio 2021.

NOZAKI, H. T. Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais. In: Figueiredo, Z. C. C. (Org.). **Formação profissional em educação física e mundo do**

trabalho. Vitória, Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005. cap. 1, p. 11-30. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/upload/biblioteca/GTT%20FORMACAO.PDF>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NOZAKI, H. T. Trabalho e educação na atualidade: mediações com a Educação Física brasileira. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 183-200, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/13244/pdf>. Acesso em 10 mai. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644413244>.

NUNES, M. L. F; NEIRA, M. G. O currículo de licenciatura em educação física e a fabricação do sujeito-cliente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230038, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PKgL4nCJQD6pyMd4JqDRp6L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 jan. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230038>.

OLIVEIRA, D. A. Políticas itinerantes de educação e a reestruturação da profissão docente: o papel das cúpulas da OCDE e sua recepção no contexto brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 1, p. 85-107, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss1articles/oliveira.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n1.6>.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y nutrición en el mundo 2019**. Roma, 2019. 229 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PASSINI, M. O. Metástase do irracionalismo. In: PASSINI, M. O. (Org.). **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009. Cap 2. p. 25-38.

PEIXOTO, E. M. M. Fundamentos marxistas: modo de produção como eixo para uma síntese em perspectiva histórica da relação trabalho/educação física, esportes e lazer. **Motrivivência**, Ano XXII, n. 35, p. 99-112, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p99/18086>. Acesso em: 10 mai. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2010v22n35p99>.

PEREIRA, K. C. P; ARAÚJO, R. B; VALENCIA, A. S. A reestruturação do trabalho, educação flexível e políticas de formação de professores. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, p. 1-20, 2021 Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3769>.

PINTO, G. A. A indústria 4.0 na cadeia automotiva: a Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Trad. (Murillo van der Laan, Marco Gonsales). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 13, p. 193-215.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PIRES, M. A; CARDOSO, L. R. BNC para formação docente: um avanço às políticas

neoliberais de currículo. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 55, p. 73-93, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1463/1116>. Acesso em: 30 nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i0.1463>.

PREVITALI, F. S; FAGIANI, C. C. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Trad. (Murillo van der Laan, Marco Gonsales). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 14, p. 217-235.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo**: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 216 p.

PROFES. **Termo de uso**. Disponível em: <https://profes.com.br/info/termos-de-uso/>. Acesso em: 14 set. 2021.

PRONI, M. W. Universidade, profissão Educação Física e o mercado de trabalho. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 788-798, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/3693>. Acesso em: 5 jan. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n3p788>.

PUPIO, B. C. Cadeia produtiva da indústria da cultura corporal em academias de ginástica: em busca dos nexos e determinações da tese da divisão da formação como decorrência da reestruturação produtiva. 2017. 231 p. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25353>. Acesso em: 11 ago. 2021.

QUELHAS, A. A. A proletarização da educação física brasileira no pós-fordismo. In: SOARES M. G; ATHAYDE, P; LARA, L. (Orgs.) **Formação profissional e mundo do trabalho**. Natal, RN: EDUFRN, 2020. cap. 6, p. 65-78.

RAMALHO, C. C; CARDOSO, F. S. A adequação à exploração do mercado de trabalho via segmentação da Licenciatura e Bacharelado em Educação Física. *Revista Pensar a Prática*, v. 24, e65902, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/65902/37040>. Acesso em: 18 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v24.65902>.

ROSSI, P; DWECK, E. O discurso econômico da austeridade e os interesses velados. In: GALLEGO, E, S. (Org.) **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 128p.

SÁ, M. G. Pós-modernidade!? Dimensões e reflexões. **Revista pós ciências sociais**, v. 3, n. 6, p. 41-60, 2006. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/809/520>. Acesso em 17 out. 2020.

SACARDO, M; SILVA, R. H. R. A crítica crítica dos giros epistemológicos e/ou linguísticos no debate político-epistemológico da área da educação física. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 2, p. 26–39, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/15883/14879>. Acesso em: 29 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i2.15883>.

SANCHEZ GAMBOA, S. Tendências Epistemológicas: dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões da Nossa Época: v. 42). 120 p.

SANFILICE, J. L. Pós-modernidade, Globalização e Educação. In: LOMBARDI, J. C. (Org.) **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 3-12p.

SANTOS JÚNIOR, O. G; BASTOS, R. S. As (novas) diretrizes curriculares nacionais da educação física: a fragmentação repaginada. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 317-327, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/34754/20942>. Acesso em: 1 fev. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i3.34754>.

SANTOS, V. C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. In: VI Colóquio Internacional Marx e Engels, 6., 2009, Campinas/SP. **Anais VI Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

SÃO PAULO. Resolução SE 97, de 23 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério. São Paulo, 2008. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/97_08.HTM?Time=9/29/2009%20:47:14%20PM. Acesso em: 23 ago. 2021.

SILVA, A. M. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, n. 9, v. 5, p. 587-610, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/698/943>. Acesso em: 25 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i9.698>.

SILVA, A. M; GOMES, T. A. M. M; MOTTA, V. C. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. **Cadernos de Educação**, n. 63, p. 137-155, jan./ jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/17406/11983>. Acesso em: 23 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i63.17406>.

SILVA, A. M; MOTTA, V. C. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, e20305, p. 1-20, set./ dez. 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/20305>. Acesso em: 24 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v44i3.20305>.

SILVA, K. A. C. P. C. A (de) Formação de Professores na Base Nacional Comum Curricular. In: UCHOA, A. M. C; LIMA, A. M; SENA, I. P. F. S. (Orgs.). **Diálogos críticos**, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Cap. 5, p. 102-122.

SILVA, K. A. C. P. C; CRUZ, S. P. S. Projetos em disputa na definição das políticas da

formação de professores para a educação básica. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 46, p. 1-16, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8918/5835>. Acesso em: 30 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8918>.

SILVA, R. B; ALEXANDRE, A. C. S. Políticas sociais e subjetividade: discussões a partir do contexto neoliberal. **Psicologia em Pesquisa**, v. 13, n. 1, p. 1–11, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v13n1/01.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300478>.

SILVIO, R. M; LAMAS, F. G. **A propriedade privada e a questão da emancipação humana: aspectos históricos e jurídicos**. s.d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/358010205/A-Propriedade-Privada-e-a-Questao-Da-Emancipacao-Humana-Aspectos-Historicos-e>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Trad. (João Peres). São Paulo: Editora Elefante, 2017. 332 p.

SOUSA, S. R; MACEDO, C. G; MÉLO, R. S. Competências ostensivas: o cotidiano de professores de educação física atuantes em academias de musculação. **Movimento**, Porto Alegre, e26057, p. 1-17, ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/100297>. Acesso em: 07 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.100297>.

SUPERPROF. **Encontre o professor perfeito**. 2021b. Disponível em: <https://www.superprof.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2021.

SUPERPROF. **Menções Legais**. 2021a. Disponível em: <https://www.superprof.com.br/tcgu.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

TAFFAREL, C. N. Z. et al. Sistema de proteção do trabalho e do trabalhador da Educação Física: porque somos contra a regulamentação da profissão. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 33, n. 64, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/80039/46858>. Acesso em: 12 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021.e80039>.

THE WORLD BANK. **Poverty and Shared Prosperity 2020: Reversals of Fortune – Frequently Asked Questions**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/brief/poverty-and-shared-prosperity-2020-reversals-of-fortune-frequently-asked-questions>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UBS; PWC SWITZERLAND. **Riding the storm: Market turbulence accelerates diverging fortunes**. Suíça, 42p. Disponível em: <https://www.pwc.ch/en/publications/2020/UBS-PwC-Billionaires-Report-2020.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. United Nations Children’s. **Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene 2017**. Suíça, 2017. 57 p. Disponível em: <https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2017/launch-version-report-jmp-water-sanitation-hygiene.pdf?ua=1>. Acesso em: 23 abr. 2020.

- VALENTINI, S. A decadência ideológica do pensamento burguês: o caminho pós-moderno. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 465-479, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43262/24625>. Acesso em: 28 jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43262>.
- VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **Cad. Saúde Pública**, v. 35, Sup 1:e00207317, p. 1-17, mai, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/NkTJp5HZgJQVjhY36kT5rpN/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00207317>.
- VERENGUER, R. C. G. **Mercado de trabalho em educação física: Significado da intervenção profissional à luz das relações de trabalho e da construção da carreira**. 2003. 141 p. Tese (Doutorado em Educação Física)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/275452/1/Verenguer_RitadeCassiaGarcia_D.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.
- VERENGUER, R. C. G. Mercado de trabalho em Educação Física: significado da intervenção profissional em academia de ginástica. **Motriz**, Rio Claro, v. 14, n. 4, p. 452-461, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- VERENGUER, R. C. G. Reestruturação produtiva, relações de trabalho e intervenção profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 4, n. 4, p. 39-54, 2005. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REMEFE-4-4-2005/art3_edfis4n4.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.
- VERONEZ, L. F. C. et al. Diretrizes curriculares da Educação Física: reformismo e subordinação ao mercado no processo de formação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte [online]**, v. 35, n. 4, p. 809-823, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/wkkJFWrtJcD4k7Spnpwggwhh/?lang=pt#>. Acesso em: 1 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892013000400002>.